



EDITAL

TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO RA-XIV	
TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV	
Regido pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006; Decreto nº 26.851/2006 e suas alterações, demais legislações.	
OBJETO	Contratação de empresa para execução da obra de construção do Campo Sintético do Bosque localizado no Parque Distrital de São Sebastião - DF, na área confrontada ao sul pela Quadra 5, ao norte pela Quadra 2, a oeste pelas Quadras 4 e 100, do Bairro Vila Nova e a leste por área rural, na Região Administrativa de São Sebastião - RA XIV, Coordenadas Geográficas Google Maps: -15.907297, -47.755826, com área total de 6.010m ² (seis mil e dez metros quadrados)
SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME	
DATA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS	01/09/2023
HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF:	09h30min
UNIDADE RESPONSÁVEL	Comissão Permanente de Licitação/Gabinete
E-MAIL DA COMISSÃO	cpl@saosebastiao.df.gov.br
TELEFONE	(61) 98199-0787
PROCESSO SEI	00144-00002394/2019-51
ESTIMATIVA	R\$ 2.296.048,99
REGIME DE EXECUÇÃO:	Empreitada por preço global
FORMA DE EXECUÇÃO:	Indireta
TIPO DE LICITAÇÃO:	Menor Preço
MODALIDADE	Tomada de Preços (Art. 23, inciso I, alínea "b" da Lei nº 8.666/93)
LOCAL DA REUNIÃO:	SEDE da Administração Regional de São Sebastião - RA XIV situada à Quadra 101 Área Especial S/N, Setor Residencial Oeste - CEP: 71.692-090, São Sebastião, Brasília/DF.



O Distrito Federal por meio da Administração Regional de São Sebastião e da Comissão Permanente de Licitações – CPL RA-XIV, designada por meio da Ordem de Serviço n° 32, de 01/07/2019, publicada no DODF n.º 122 de 02/07/2019, alterada pela Ordem de Serviço n° 48, de 02/10/2019, publicada no DODF n° 191, de 07/10/2019, pag. 23, alterada pela Ordem de Serviço n° 04, de 05/02/2020, publicada no DODF n° 28, de 10/02/2020, pag. 17, pela Ordem de Serviço n° 58, de 09/10/2020, publicada no DODF n° 194, de 13/10/2020, pag. 14, Ordem de Serviço n° 07, de 28 de janeiro de 2021, DODF n° 22, de 02 de fevereiro de 2021, pag. 24, Ordem de Serviço n° 37, de 21 de julho de 2021, DODF n° 143, de 30 de julho de 2021, pag. 71/72; Ordem de Serviço n° 42, de 12 de agosto de 2021, DODF n° 157, de 19 de agosto de 2021, pag. 27; Ordem de Serviço n° 55, de 05/10/2021, DODF n° 189, de 06/10/2021, pag. 23; Ordem de Serviço n° 13, de 07/03/2022, DODF n° 46, de 09/03/2022, pag. 27; Ordem de Serviço n° 17, de 31/03/2022, DODF n° 64, de 04/04/2022, pag. 39; e Ordem de Serviço n° 37, de 13 de julho de 2023, DODF n° 134, de 18/07/2023, pag. 17, no uso das atribuições legais instituídas pelo artigo 42, XXXVIII, do Regimento das Administrações Regionais, aprovado pelo Decreto n° 38.094, de 28 de março de 2017, publicado no DODF n° 61, de 29 de março de 2017, nos termos do § 4º do Art. 51 da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações e em observância às disposições do presente Edital, bem como à Lei de Licitações e Contratos, TORNA PÚBLICO para o conhecimento dos interessados a realização de LICITAÇÃO do tipo MENOR PREÇO, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, no regime EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, na forma de EXECUÇÃO INDIRETA, com objetivo de contratação de empresa para execução da obra de construção do Campo Sintético do Bosque” localizada no Parque Distrital de São Sebastião - DF, com área total de 6.010m² (seis mil e dez metros quadrados), devidamente especificada no Projeto Básico e demais anexos que o complementam.

A presente Comissão se reunirá a fim de receber os envelopes, simultaneamente, **Habilitação e Proposta de Preços**, em conformidade com os termos deste edital e seus anexos, que ocorrerá no dia **PRIMEIRO DE SETEMBRO DE 2023, às 09h30min (nove horas e trinta minutos)**, na sede da Administração Regional de São Sebastião – RA-XIV, no endereço: Quadra 101 Área Especial S/N, Setor Residencial Oeste - CEP: 71.692-090, São Sebastião, Brasília/DF.

O Edital e seus anexos estão disponíveis no sítio eletrônico www.sao-sebastiao.df.gov.br, clicando no menu: “serviços”; “licitações”; “em andamento”; “Tomada de Preços n° 01/2023 – RA-XIV”; ou poderão ser adquiridos no endereço físico supramencionado, neste caso, os interessados deverão trazer *pen drive para transferência das informações* ou ainda por meio de pagamento das cópias deste edital recolhidas ao Banco de Brasília S.A – BRB, por meio do Documento de Arrecadação – DAR, (Taxa de Expediente), código 357.3, CNPJ da Administração Regional de São Sebastião: 03602202000100, Processo n° 00144-00002394/2019-51, calculado de acordo com a seguinte equação = número de cópias x R\$ 0,20 (vinte centavos) para custear a reprodução gráfica do edital, conforme dispõe a Portaria 116 de 11/06/2008 combinado com o § 5º do artigo 32 da Lei 8666/93. Os contatos da CPL para informações, dúvidas e esclarecimentos são: telefone: (61) 98199-0787; e-mail: cpl@saosebastiao.df.gov.br.

As vistorias deverão ser feitas no horário das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00, com agendamento pelo telefone (61) 98199-0876 ou 3550-6505, opção 4 (Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção).

Não havendo expediente na data marcada para abertura da licitação, ficará a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, salvo disposições em contrário.

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060, nos termos do Decreto n° 34.031/2012.



TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023 - RA-XIV

CAPÍTULO I – DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa para execução da obra de construção do Campo Sintético do Bosque localizado no Parque Distrital de São Sebastião - DF, na área confrontada ao sul pela Quadra 5, ao norte pela Quadra 2, a oeste pelas Quadras 4 e 100, do Bairro Vila Nova e a leste por área rural, na Região Administrativa de São Sebastião - RA XIV, Coordenadas Geográficas Google Maps: -15.907297, -47.755826, com área total de 6.010m² (seis mil e dez metros quadrados), conforme especificações constantes no Projeto Básico (118368156), Caderno de Especificações (118368326), Caderno de Encargos Gerais (118953325), Planilhas Orçamentárias/Estimativas, Cronograma Físico-Financeiro, Benefícios e Despesas Indiretas – BDI, Planilha de Detalhamento dos Custos Unitários Referentes às Composições Criadas (Próprias), Planilha Memoria de Cálculo, Doc. SEI nº (118548822), devidamente especificadas no presente edital e demais anexos que o acompanham, os quais são partes integrantes deste instrumento convocatório.

1.2. A licitação é do tipo **MENOR PREÇO**, na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS**, no regime **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, na forma de execução indireta, nos termos do Art. 22, Inciso II, § 2º, c/c Art. 45, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

1.3. A despesa com a execução do objeto desta licitação está estimada no valor total de **R\$ 2.296.048,99 (dois milhões, duzentos e noventa e seis mil quarenta e oito reais e noventa e nove centavos)** e será custeada com recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária:

- a) Unidade Orçamentária: 09116 – Administração Regional de São Sebastião RA-XIV;
- b) Fonte de Recursos: 100;
- c) Programa de Trabalho: 27.812.6206.1079.0043;
- d) Projeto/Atividade/Denominação: Construção de Espaços Esportivos - São Sebastião;
- e) Elemento de Despesa: 4.4.90.51 – Obras e Instalações.

1.3.1. Os recursos descritos no item 1.3 provêm da Lei Orçamentária Anual nº 7.212, de 30 de dezembro de 2022, LOA/2023 - estima receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2023, e alterações posteriores.

CAPÍTULO II – DOS LICITANTES

2.1. A participação nesta licitação implica na aceitação integral e irrevogável pelas licitantes, dos termos, cláusulas, condições e Anexos do Edital, que passarão a integrar o contrato como se transcrito, com lastro na legislação referida no preâmbulo da licitação, bem como na observância dos regulamentos administrativos e das técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato, inclusive a aceitação expressa das exigências nele estabelecidas.

2.2. Poderão apresentar propostas as empresas:

- a) especializadas no ramo pertinente;
- b) que apresentarem Certificado de Registro Cadastral - CRC da NOVACAP, enquadradas em qualquer grupo e qualquer categoria, obedecidos os itens: **4.1, 4.9.1 e 4.9.2**, ou que atenderem às



condições exigidas para habilitação até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, obedecidas as orientações constantes nos itens 4.1.1 e 4.1.2; e

c) que satisfaçam as condições deste edital e seus anexos, nos termos do Art. 22, § 2º, Art. 34, § 2º e Art. 36, da Lei nº 8.666/93.

2.2.1. O cadastramento prévio no CRC da NOVACAP, não servirá de substituto para a documentação relativa à qualificação técnica dos licitantes. (Decisão n. 5.558/2007-TCDF)

2.2.2. As Microempresas – ME e as Empresas de Pequeno Porte – EPP interessadas em participar do certame deverão atender aos novos tetos para enquadramentos trazidos pela Lei Complementar nº 139, de 10/11/2011, que alterou, dentre outros dispositivos, o Art. 30, da LC nº 123/2006.

2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

a) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, em razão do baixo grau de complexidade e valor da obra;

b) pessoas jurídicas suspensas temporariamente de participar em licitações e impedidas de contratar no âmbito da Administração do Distrito Federal, de acordo com o inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/1993 e disposições constantes no Decreto Distrital nº 26.851/2006 (inciso III do art. 2º, c/c § 2º do art. 5º);

c) as pessoas jurídicas declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública de todos os entes da Federação, em quaisquer poderes, conforme inciso IV do Art. 87, c/c inciso XI do Art. 6º da Lei nº 8.666/1993;

d) empresa em processo de falência, sob o concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, ou em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, **ressalvadas** as empresas em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente que poderão participar do presente certame, desde que demonstre a sua viabilidade econômica na fase de habilitação.

e) empresa ou empresário impedido de licitar ou contratar com a Administração do Distrito Federal, nos termos do Art. 7º, da Lei nº 10.520/2002, c/c art. 8º do Decreto Distrital nº 26.851/2006;

f) empresas que tenham em seu quadro de pessoal agente público ou dirigente da Administração Regional de São Sebastião RA-XIV;

g) o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

h) Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de:

h.1) agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital; ou

h.2) agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação;

h.3) as vedações constantes na letra “h” do item 2.3 estendem-se às relações homoafetivas;

i) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;



i.1) é permitida a participação do autor do projeto ou da empresa a que se refere a letra “i” deste item, na licitação de obra ou serviço, ou na execução, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

2.3.1. A vedação da letra “f” do item 2.3 se aplica:

- a) para as condições de proprietário, controlador, administrador, gerente ou diretor de pessoa jurídica independentemente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação no capital ou patrimônio.
- b) aos executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas.
- c) ao agente público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título.

2.3.2. Considera-se participação indireta, para fins do disposto no item 2.3, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

2.3.2.1. O disposto no item 2.3 não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua a elaboração de projeto executivo como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração.

2.3.3. O disposto no item 2.3.2 aplica-se aos membros da comissão de licitação.

2.3.4. Para fins de cumprimento do Decreto n° 39.860, de 30 de maio de 2019, a licitante deverá entregar, no envelope de habilitação, a declaração padronizada pela Controladoria-Geral do Distrito Federal, Portaria n° 356, de 29 de julho de 2019, conforme Modelo Anexo XV.

2.3.5. A licitante deverá apresentar declaração de Inexistência de Nepotismo, conforme Anexo XIV – Modelo de Declaração de Inexistência de Nepotismo”.

2.3.6. Será realizada prévia pesquisa junto aos Portais Eletrônicos de Governos (SICAF, STC/GDF ou CEIS/Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU) e no CNJ (condenações cíveis por ato de improbidade administrativa) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, considerando o Art. 97 da Lei n° 8.666/93.

CAPÍTULO III – DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

3.1. No dia, hora e local fixados no preâmbulo deste Edital de Tomada de Preços, cada licitante deverá apresentar a esta Comissão Permanente de Licitação – CPL, simultaneamente, sua documentação e proposta de preços em envelopes separados, fechados e rubricados no fecho contendo, respectivamente, em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, além da Firma ou Razão Social, os seguintes dizeres:

ENVELOPE N° 01 - DOCUMENTAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV
Administração Regional de São Sebastião – RA XIV



ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023 - RA-XIV
Administração Regional de São Sebastião – RA XIV

3.2. O “Envelope nº 01 – Documentação”, relativo à habilitação, deverá conter, obrigatoriamente, sob pena de inabilitação da licitante, os documentos indicados no Capítulo IV, itens e subitens, originais ou cópias autenticadas em cartório, ou ainda, cópia acompanhada do original para efeito de autenticação por membro da Comissão de Licitação.

3.3. A licitante deverá apresentar o envelope nº 02 – Proposta de Preços, conforme modelo Anexo XVII;

3.4. Após o(a) Presidente da Comissão de Licitação ter declarado encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro envelope ou documento será aceito.

3.5. Recebidos os envelopes “Documentação” e “Proposta de Preços” e iniciada a abertura destes, não será permitida quaisquer retificações que possam influir no resultado final do processo licitatório.

3.5.1. Abertas as propostas, não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

3.6. Após a fase de habilitação, não cabe desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

3.7. A falta, omissão ou perda do prazo de validade de quaisquer dos documentos exigidos para habilitação, implicará na inabilitação do licitante.

3.8. A falta de assinatura em qualquer dos documentos de habilitação ou da proposta de preços poderá ser suprida na sessão de abertura dos respectivos envelopes, desde que a licitante esteja devidamente representada, sendo vedadas quaisquer assinaturas em momento posterior.

CAPÍTULO IV – DA HABILITAÇÃO

4.1. O envelope nº 01, relativo à habilitação, deverá conter, em plena validade, todos os documentos indicados neste Capítulo IV a saber:

4.1.1. CRC – Certificado de Registro Cadastral da NOVACAP, emitido nos termos do Art. 22 §2º, Art. 34 §2º e Art. 36, da Lei nº 8.666/93, e conforme estabelece o **item 4.9** deste certame.

4.1.1.1. Poderão apresentar propostas as licitantes devidamente cadastradas ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas nos termos do Art. 22 § 2º da Lei nº 8.666/93. Dessa forma, as licitantes que não dispõem do CRC da NOVACAP deverão se dirigir ao setor de cadastramento daquele órgão, providenciar o cadastramento **até o terceiro dia anterior** à data do recebimento das propostas e trazer o comprovante/protocolo à Comissão Permanente de Licitação da Administração Regional de São Sebastião.

4.1.1.2. A licitante que não possuir o CRC poderá participar da licitação, desde que requeira sua inscrição (Parágrafo 2º, do Artigo 34, da Lei nº 8.666/93), no serviço de cadastro e licitação da NOVACAP, localizado no Edifício sede da NOVACAP, no Setor de Áreas Públicas, Lote "B", em Brasília, Distrito Federal.

4.2. Habilitação Jurídica, nos termos do Art. 28 da Lei 8.666/1993:



- 4.2.1.** Nos casos de empresário individual, cédula de identidade e registro comercial.
- 4.2.2.** No caso de sociedades empresárias, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis; a documentação de eleição dos seus administradores, quando não constar do próprio ato constitutivo.
- 4.2.3.** Em se tratando de sociedade simples, ato constitutivo averbado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas; a documentação de eleição dos seus administradores, quando não constar do próprio ato constitutivo.
- 4.2.4.** Ato administrativo de autorização para funcionamento no País, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 4.2.5.** Procuração, pública ou particular, passada pelo licitante, assinada por quem de direito, outorgando ao seu representante poderes para tomar as decisões que julgar necessárias, durante a licitação, sendo necessário o reconhecimento de firma no caso de procuração particular, junto com a comprovação da condição do outorgante.
- 4.2.6.** A falta da procuração não inabilita o licitante, mas seu representante fica impedido de se manifestar no certame, em nome do representado, até a obtenção desse documento.
- 4.2.7.** Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.
- 4.2.8.** Comprovação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, será por meio de Declaração da Junta Comercial, ou Declaração de Faturamento ou Declaração de beneficiária do tratamento jurídico diferenciado de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006 – Estatuto da Microempresa. (Anexo XI)
- 4.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista**, nos termos do Art. 29 da Lei nº 8.666/93, para todas as licitantes, cadastradas ou não.
- 4.3.1.** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, no caso dos empresários individuais.
- 4.3.1.1.** O CPF deverá ser apresentado em documento próprio, comprovação por internet ou outro documento anexo à documentação exigida que contenha o seu número.
- 4.3.2.** Prova de inscrição no CNPJ.
- 4.3.2.1.** O CNPJ deverá ser apresentado em documento próprio, comprovação por internet ou outro documento anexo à documentação exigida que contenha o seu número.
- 4.3.3.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 4.3.4.** Prova de regularidade perante a Receita Federal, em plena validade, ou seja, Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda / Secretária da Receita Federal do Brasil, e regularidade para com a Previdência Social/INSS, nos termos da Portaria do MF nº 358, de 5 de setembro de 2014 e Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014.
- 4.3.5.** Prova de regularidade perante a Fazenda do DF, em plena validade, por meio de Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa expedida pela Secretaria de Estado de Economia do DF, sendo obrigatória para todas as candidatas, domiciliadas ou não no DF, por força do Art. 173 da Lei Orgânica do Distrito Federal.



4.3.6. Para as licitantes domiciliadas fora do Distrito Federal, além das certidões já mencionadas nos itens **4.3.4** e **4.3.5**, deverão ser apresentadas também prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede.

4.3.7. Certificado de regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF.

4.3.8. Prova de inexistência de débitos junto a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa (CND Trabalhista) nos termos do Art. 29, inciso V da Lei 8.666/1993 e da Lei nº 12.440/2011.

4.3.9. As microempresas e empresas de pequeno porte, se for o caso, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sendo assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis prorrogáveis por igual período, para regularização dos itens exigidos, no caso da licitante for declarada vencedora, nos termos do Art. 42 e Art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

4.4. Qualificação Técnica

4.4.1. Prova de inscrição ou registro da empresa e dos seus Responsáveis Técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, da localidade da sede da licitante, ou junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

4.4.1.1. No caso de a licitante vencedora possuir CREA de outra localidade, deverá apresentar visto do CREA-DF, previamente à contratação.

4.4.2. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICO/OPERACIONAL ou CERTIDÃO (ÕES) **em nome da Empresa**, que comprove(m) a execução, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, obras similares às descritas no Projeto Básico e seus anexos, podendo haver a apresentação de tantos atestados quantos forem necessários, sendo admitido o somatório destes para a comprovação dos itens de exigência do Edital, se for o caso.

4.4.2.1. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica/Operacional ou Certidão (ões), de que trata o item 4.4.2, deverá(ão) comprovar a execução dos seguintes serviços:

Serviços	Unidade	Quantidade Total do Projeto	Quantidade MÍNIMA a Comprovar de 20%
Execução de grama sintética, conforme descrito no item 3.1 da Planilha Orçamentária, Doc. SEI nº 118548822.	M ²	5.185,00	1.037,00
Alambrado para quadra poliesportiva, estruturado por tubos de aço galvanizado, descrito no item 6.0.1 da Planilha Orçamentária Doc. SEI nº 118548822.	M ²	1.452,00	290,40

4.4.2.1.1. Será admitido o somatório dos atestados que comprovem os quantitativos mínimos exigidos no item 4.4.2.1, não necessariamente executados em uma mesma obra/serviço.

4.4.2.1.2. Admitir-se-á como similar à grama sintética a execução de grama natural, visto que ambas guardam níveis de complexidade semelhantes.

4.4.2.1.3. Os quantitativos mínimos a comprovar, exigidos no item 4.4.2.1, **correspondem, simultaneamente, às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto a ser contratado, no percentual mínimo de 20% (vinte por cento), não ultrapassando o máximo de**



50% (cinquenta por cento) dos quantitativos a serem executados. (Acórdão 1851/2015 – Plenário; Súmula 263 do TCU)

4.4.3. ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou CERTIDÃO (ÕES) do Responsável Técnico, devidamente registrado(s) no CREA/CAU que comprove(m) a execução, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, obras similares às descritas no Projeto Básico e seus anexos, constando a execução de:

Serviços	Unidade
Execução de grama sintética, conforme descrito no item 3.1 da Planilha Orçamentária, Doc. SEI nº 118548822.	M ²
Alambrado para quadra poliesportiva, estruturado por tubos de aço galvanizado, descrito no item 6.0.1 da Planilha Orçamentária Doc. SEI nº 118548822.	M ²

4.4.3.1. Deverá(constar, preferencialmente, do(s) atestado(s) de capacidade técnica ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA/CAU (para atender os itens 4.4.2 e 4.4.3), em destaque, os seguintes dados: data de início e término das obras/serviços; local de execução; nome do contratante e da pessoa jurídica contratada; nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA/CAU; especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados;

4.4.3.2. Admitir-se-á como similar à grama sintética a execução de grama natural, visto que ambas guardam níveis de complexidade semelhantes.

4.4.4. A comprovação de que a licitante possui Responsável Técnico será exigida da licitante vencedora no momento da contratação. Deverá ser profissional (is) de nível superior – Arquiteto ou Engenheiro Civil, com capacitação técnica para execução dos objetos desta licitação, devidamente reconhecido (s) pelo CREA/CAU, detentores de ATESTADO (S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou certidão (ões) citados no item anterior, profissionais esses que deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

4.4.4.1. A comprovação de que a licitante possui profissional, detentor de acervo técnico, para atender as exigências desta licitação poderá ser feita por meio da apresentação de quaisquer dos documentos constantes no subitem 4.4.4.2, ou mediante Certidão de Registro do CREA/CAU do Responsável Técnico, detentor dos acervos técnicos apresentados no item 4.4.3. (Decisão nº 841/2012-TCDF)

4.4.4.2. O vínculo do profissional detentor do acervo técnico deverá ser comprovado pela licitante vencedora no ato da assinatura do contrato, da seguinte forma:

- Sócio – cópia autenticada do contrato social ou estatuto social, devidamente registrado no órgão competente;
- Diretor – cópia autenticada do contrato social, em se tratando de firma individual, ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- Empregado – cópia autenticada da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT, ou ainda, cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Autônomo prestador de serviço – cópia autenticada do contrato de prestação de serviços compatíveis com o objeto desta licitação;



4.4.4.3. É vedada a indicação de um mesmo engenheiro como responsável técnico por mais de uma empresa proponente, fato este que inabilitará todas as empresas envolvidas.

4.5. Qualificação Econômico-Financeira

4.5.1. A averiguação da situação econômico-financeira da licitante será procedida mediante a apresentação do Balanço Patrimonial referente ao último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei, observado o que segue:

a) Balanço Patrimonial devidamente REGISTRADO na Junta Comercial do estado ou do Distrito Federal; **Ou**

b) Balanço Patrimonial devidamente AUTENTICADO na Junta Comercial do estado ou do Distrito Federal, com o pertinente Termo de Abertura e Encerramento.

4.5.2. Serão habilitadas as empresas que estiverem em boa situação financeira a ser demonstrada por intermédio dos índices, abaixo relacionados, com resultados contendo no máximo duas casas decimais, sendo as demais desprezadas:

a) Comprovar o Índice de Liquidez Geral (ILG), superior a 1,00 (um), obtido a partir de dados do Balanço Anual, por meio da seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}$$

b) Comprovar o Índice de Liquidez Corrente (ILC), superior a 1,0 (um), obtido a partir de dados do Balanço Anual, por meio da seguinte fórmula:

$$ILC = \frac{ATIVO CIRCULANTE}{PASSIVO CIRCULANTE}$$

c) Índice de Solvência Geral – ISG, superior a 1,00 (um), obtido a partir de dados do Balanço, por meio da seguinte fórmula:

$$ISG = \frac{ATIVO TOTAL}{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}$$

4.5.2.1. Para as empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), nos índices referido no item 4.5.2 letras “a”, “b” e “c” deste edital quando de suas habilitações, deverão comprovar, considerado os riscos para a administração o capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma dos §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei nº 8.666/1993, como exigência imprescindível para sua habilitação. Será, ainda, solicitada prestação de garantia adicional na forma dos §§ 1º e 3º, do artigo 56, do mesmo diploma legal, para fins de contratação.

4.5.2.2. Reserva-se, a Comissão Permanente de Licitação, o direito de rever os cálculos, com auxílio de profissional de Contabilidade do quadro de servidores da Administração Regional.

4.5.3. As empresas recém-constituídas e que não tenham promovido a apuração dos primeiros resultados, poderão participar do certame apresentando o seu Balanço de Abertura que demonstre sua situação econômico-financeira, devidamente registrado na Junta Comercial do estado ou do Distrito Federal.



4.5.4. Certidão Negativa de Pedido de Falência, Concordata e/ou Recuperação Judicial expedida por distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição ou revalidação nos últimos 30 (trinta) dias que antecedem à abertura dos envelopes de habilitação. Na ausência de prazo de validade das certidões mencionadas neste item considerar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias da data de suas expedições.

4.5.4.1. Caso as certidões requeridas no **item 4.5.4.** relatem notícia de recuperação judicial ou extrajudicial da empresa, sua habilitação será aceita na hipótese de demonstrar a existência de plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, conforme previsto na letra “d” do **item 2.3.** do presente Edital.

4.5.5. Nos termos da NBC-T-2.1 do Conselho de Contabilidade, item 4.5.1, o balanço e demais demonstrações contábeis de encerramento de exercício, bem como a demonstração dos índices contábeis deverão ser obrigatoriamente assinados por contador credenciado e pelo titular da empresa ou representante legal.

4.5.6. As Demonstrações dos Índices Contábeis de Liquidez e Solvência apresentadas pelas licitantes deverão estar em conformidade com os dados do Balanço Patrimonial referente ao último exercício social, nos termos do item 4.5.1, e desenvolvidas conforme as fórmulas indicadas no item 4.5.2 e subitem 4.5.2.1 de forma clara e objetiva.

4.6. Outros Documentos

4.6.1. Declaração de vistoria ao local dos serviços objeto desta Tomada de Preços, emitida pelo próprio licitante (Anexo VII); ou

4.6.2. Declaração de DECLINAÇÃO de vistoria ao local dos serviços objeto desta Tomada de Preços, emitida pelo próprio licitante (Anexo VIII).

4.6.3. Declaração de inexistência da superveniência de fatos impeditivos (Anexo IX).

4.6.4. Declaração de negativa de contratação de funcionário menor, não possuindo em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, nos termos do Art. 27, V, da Lei 8.666/93, em cumprimento ao Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição de 1988 (Anexo X).

4.6.5. Declaração de Responsabilidade Técnica Operacional e Indicação de Equipe Técnica, nos termos do § 6º do Art. 30 da Lei n.º 8666/93 (Anexo XII).

4.6.5.1. Declaração de Disponibilidade de Equipamentos mínimos necessários para execução dos serviços objeto desta licitação, conforme especificado no “Anexo XII” deste Edital.

4.6.6. Declaração de adoção de medidas sustentáveis, conforme o disposto no Art. 12 da Lei n.º 8.666, de 1993, na Lei Distrital n.º 4.770/2012 e no Art. 2º do Decreto n.º 36.520/2015, no que se refere as medidas para promoção do desenvolvimento sustentável do Distrito Federal, e conforme as condições estipuladas no Projeto Básico – Caderno de Especificações (Anexo XIII).

4.6.7. Declaração de inexistência de nepotismo, nos termos do § 6º do Art. 30 da Lei n.º 8666/93 e do Art. 2º, Inciso II, do Decreto Distrital n.º 32.751/2011 (Anexo XIV).

4.6.8. Declaração para os fins do Decreto n.º 39.860, de 30 de maio de 2019, padronizado pela Controladoria-Geral do Distrito Federal, Portaria n.º 356, de 29 de julho de 2019 (Anexo XV).

4.7. A não apresentação dos documentos solicitados neste Capítulo será motivo de inabilitação do licitante, impedindo-o de participar da fase subsequente desta licitação, exceto os itens declaradamente não desclassificatórios.



4.8. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, publicação em órgão da imprensa oficial, ou pela Internet, nos casos em que o órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar sua consulta.

4.9. As licitantes que apresentarem o Certificado de Registro Cadastral – CRC ficam dispensadas da apresentação dos documentos relativos à Habilitação Jurídica (item 4.2), exceto o subitem 4.2.8, se for o caso. Ficando, entretanto, OBRIGADAS à apresentação da documentação relativa à Qualificação Técnica (4.4), Regularidade Fiscal e Trabalhista (4.3), Qualificação Econômico-Financeira (4.5) e Declarações Complementares (4.6), em consonância com o Artigo 32, §3º da Lei 8.666/1993.

4.9.1. O Certificado de Registro Cadastral – **CRC** aceito será o expedido pela **NOVACAP/DF**.

4.9.2. Somente poderão apresentar propostas as licitantes previamente cadastradas até o terceiro dia anterior à data dos recebimentos das propostas do Art. 22, §2º, da Lei nº 8.666/93. Desta forma, as licitantes que não dispõem do CRC da NOVACAP deverão se dirigir ao setor de cadastramento daquele órgão, providenciar o cadastramento até o terceiro dia da data anterior ao certame e trazer o **COMPROVANTE/PROTOCOLO** à Comissão Permanente de Licitação da Administração Regional de São Sebastião, apresentando-o junto à documentação de habilitação constante no Envelope 01 – Documentação.

4.9.3. As licitantes que apresentarem apenas o **COMPROVANTE/PROTOCOLO** do CRC da NOVACAP deverão apresentar toda a documentação exigida no Capítulo IV desta Tomada de Preços; e, em relação à Qualificação Técnica, apresentem atestados nos quantitativos exigidos, conforme o item 4.4.3 e seus subitens.

4.9.4. As licitantes, inclusive as que possuem CRC da NOVACAP, deverão obrigatoriamente apresentar os atestados técnicos que comprovem as parcelas de maior relevância, nos quantitativos exigidos, conforme o item 4.4.3 e seus subitens.

CAPÍTULO V – DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1. A proposta de preços deverá:

- a)** fazer menção ao número desta Tomada de Preços, ser datilografada ou impressa, em uma via, sem emenda ou rasura, datada e assinada, rubricadas em todas as páginas;
- b)** apresentar sua Proposta de Preços com apresentação e especificação clara e detalhada dos serviços observada às especificações indicadas no Projeto Básico e no Caderno de Especificações Técnicas que compõe o Edital ao qual a licitante participará, especificamente;
- c)** conter a discriminação dos serviços a serem executados, conforme modelo Planilha de Formação de Preço (Anexo XVIII), contendo a especificação dos serviços, unidades, quantidades, preços unitários e preços totais;
 - c.1)** apresentar memória de cálculo da Planilha de Detalhamento da Composição dos Custos Unitários, relativa às composições próprias (criadas), conforme Modelo do Anexo XVIII(A);
- d)** conter a explicitação detalhada da composição do B. D. I. - Bonificação de Despesas Indiretas (Anexo XX); e dos encargos sociais, devidamente discriminados, utilizados na elaboração da referida planilha, que deverá ser assinada pelo responsável técnico ou profissional devidamente habilitado pelo CREA/CAU;



e) apresentar Cronograma Físico-Financeiro Provisório (Anexo XIX), detalhando o prazo para execução dos serviços e as etapas componentes;

f) conter prazo de execução dos serviços de **90 (noventa) dias corridos**, conforme disposto no item 15.2 do Edital;

g) consignar prazo de validade da proposta **não inferior a 60 (sessenta) dias corridos**, contados da data de sua apresentação, para fins de convocação para contratação;

h) consignar endereço, telefone, endereço eletrônico (e-mail), bem como o banco, a agência e respectivos códigos e o número da conta para efeito de emissão de Nota de Empenho e posterior pagamento;

i) fica assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte a possibilidade de apresentar proposta de preço inferior a apresentada como vencedora do certame licitatório, nos termos do Art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006;

j) Conter a indicação da(s) entidade(s) preferencial(is) que será(ão) subcontratada(s) compulsoriamente com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores, para execução de, no mínimo, 5% (cinco por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) do valor do objeto contratado, nos termos do disposto no Capítulo XIX do presente Edital de Licitação, observada a hipótese de dispensa da presente indicação constante do item 19.11 do mencionado Capítulo, conforme Modelo do Anexo(XXIV).

5.2. Se a proposta for omissa quanto aos prazos estabelecidos nas alíneas “f” e “g” deste Capítulo, os prazos ali mencionados serão considerados como se nela constassem, não sendo, portanto, motivo de desclassificação do licitante.

5.3. A cotação apresentada e levada em conta, para efeito de julgamento, será de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, ressalvadas as hipóteses previstas no Capítulo VIII deste Edital (itens 8.2 ao 8.3), bem como aquelas destinadas a sanar apenas falhas formais, alterações essas que serão analisadas pela Comissão Permanente de Licitação;

5.4. O preço cotado deve incluir todos os tributos, taxas, encargos sociais/trabalhistas/fiscais, seguros e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto desta licitação.

5.5. É obrigatória a assinatura da Proposta de Preços, do Cronograma Físico-Financeiro, das Planilhas Orçamentárias e memória de cálculo da Planilha de Detalhamento da Composição dos Custos Unitários (relativa às composições próprias/criadas) pelo representante legal da empresa e pelo responsável técnico a cujo cargo ficará a execução da obra.

5.6. Os valores constantes no Anexo II do Edital são meramente estimativos para os fins previstos no Art. 40, §2º, da Lei nº 8.666/1993 e, se for o caso, para os fins dos Art. 43, IV e Art. 48, II, do referido diploma legal, não acarretando à Administração Regional de São Sebastião qualquer obrigação quanto à sua execução ou pagamento.

5.7. Os licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os projetos fornecidos para execução dos serviços.

5.7.1. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem como transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá ao licitante formular imediata comunicação escrita à Comissão Permanente de Licitação, no prazo estabelecido no Capítulo IX deste edital, para fins de esclarecimento por parte da Comissão.



5.7.2. No caso de divergências entre as especificações contidas nas Descrições dos Materiais (Projeto Básico - Anexo I) e na Planilha Orçamentária Estimativa (Anexo II), prevalecerá esta última.

5.8. Em nenhuma hipótese o conteúdo das propostas poderá ser alterado, seja com relação às características técnicas, marcas, modelos, prazo de entrega, prazo de garantia e preço dos serviços, equipamentos e materiais ou de qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas as hipóteses previstas no Capítulo VIII deste Edital (itens 8.2 a 8.3), bem como aquelas destinadas a sanar apenas falhas formais, alterações essas que serão analisadas pela Comissão Permanente de Licitação.

5.9. A falta de data e/ou rubrica da proposta somente poderá ser suprida pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes “Proposta”, com poderes para esse fim, sendo desclassificado o licitante que não satisfizer tal exigência, observando-se ainda o disposto no item 5.5 do presente edital.

5.10. A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser suprida com aqueles constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope nº 1 (Documentação).

CAPÍTULO VI – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

6.1. Abertos os envelopes “Documentação” a Comissão de Licitação **apreciará** os documentos de cada licitante, individualmente, **podendo**, na mesma reunião, divulgar o nome das empresas habilitadas e das inabilitadas.

6.1.1. Desde que não tenha havido recurso, ou após sua denegação, as empresas inabilitadas poderão recolher seus envelopes “Proposta de Preços”, que permanecerão devidamente fechados.

6.2. A Comissão de Licitação, após a abertura dos envelopes relativos à documentação de habilitação, poderá encerrar a reunião a fim de que tenha melhores condições de análise, permanecendo os envelopes de proposta de preços, não abertos, já rubricados, em seu poder até a data e horário fixado para nova reunião.

6.3. O não comparecimento de quaisquer dos participantes à nova reunião marcada não impedirá sua realização.

6.4. Será julgado habilitado o proponente que apresentar todos os documentos e atender às condições previstas no Capítulo IV, sendo inabilitado aquele que não as atender. A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

6.5. Levando-se em conta a atividade específica do licitante e o interesse do CONTRATANTE, é facultada à Comissão de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase deste certame, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou de informação que deveria constar originariamente das propostas.

6.6. Os licitantes somente poderão se ausentar da reunião de abertura de envelopes após rubricar todos os documentos apresentados por ele e pelas demais licitantes, bem como rubricar os envelopes nº 02 – Proposta de Preços, que futuramente serão abertos.

CAPÍTULO VII – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS



7.1. Trata-se de licitação enquadrada nos Art. 43 e Art. 45, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93 (MENOR PREÇO).

7.2. Será considerado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as exigências deste Edital e que ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL** para execução das Obras especificadas no item 1.2 deste Edital de Tomada de Preços.

7.3. Não serão consideradas quaisquer vantagens não previstas nesta Tomada de Preços, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas ofertas dos demais licitantes, nem se admitirá proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero.

7.4. No caso de discordância entre o preço unitário e o preço total de cada item, prevalecerá o primeiro. Ocorrendo discordância entre o valor em algarismo e o valor por extenso, prevalecerá este último.

7.5. No caso de empate entre duas ou mais propostas será efetuado sorteio em ato público, para o qual todos os licitantes envolvidos serão convocados, nos termos Art. 45 §§ 2º e 3º da Lei nº 8.666/93, e, se houverem utilizado os critérios de desempate estabelecidos nos termos do Art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece preferência de desempate às microempresas e empresas de pequeno porte. O prazo para apresentação de nova proposta inferior será de 1 (um) dia útil.

7.5.1. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (Art. 44 da LC nº 123/2006).

7.5.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada (§§ 1º, 2º do Art. 44 da LC nº 123/2006).

7.6. As licitantes que acompanharem a reunião de abertura dos envelopes nº 02 – Proposta de Preços somente poderão se ausentar após rubricar todas as propostas apresentadas por ele e pelas demais licitantes.

CAPÍTULO VIII – DA DESCLASSIFICAÇÃO

8.1. Serão desclassificadas, com base nos artigos 43, IV; 44, §§ 2º e 3º, e 48, incisos I e II, da Lei nº 8.666/1993, a proposta que:

a) Apresentarem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que esta Tomada de Preços não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração;

b) apresentarem preços unitários superiores aos respectivos preços unitários estimados para a contratação, conforme Anexo II (Planilha Orçamentária Estimativa de Preços de Materiais e Serviços), observada a hipótese de retificação prevista no item 8.2;

b.1) apresentarem valor global superior ao orçamento estimado Anexo II (Planilha Orçamentária Estimativa de Preços de Materiais e Serviços) ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.



c) Apresentarem preços manifestamente inexequíveis, nos termos das alíneas “a” ou “b” do § 1º do Art. 48 da Lei nº 8.666/93;

c.1) Consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

I - Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou

II - Valor orçado pela administração.

c.2) Dos licitantes classificados na forma do item “c.1” cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem os tópicos “I” e “II” do item “c.1”, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no item 14.1, igual a diferença entre o valor resultante do previsto no item “c” e o valor da correspondente proposta”.

d) Não atenderem às exigências contidas neste ato convocatório;

e) Em caso de inabilitação de todos os licitantes na primeira fase do certame referente à documentação ou desclassificação de todos os licitantes na segunda fase relativa às propostas, a administração poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis, para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas nos termos do §3º do Art. 48 da Lei nº 8.666/93.

8.2. Para a proposta de preços classificada em primeiro lugar (menor preço), caso essa contenha valor unitário superior ao definido na Condição prevista na alínea “b” do item 8.1, o licitante poderá ajustar o valor proposto ao estabelecido, após diligência, no prazo impreterível de 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento da comunicação.

8.2.1. O não atendimento da diligência no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo caracteriza hipótese de desclassificação da proposta.

8.2.2. Não se admitirá a alteração dos preços unitários propostos que se encontravam inferiores aos estimados como forma de compensar a adequação dos preços unitários superiores.

8.2.3. Para a proposta de preços classificada em primeiro lugar (menor preço), caso seja apresentado detalhamento da taxa de BDI e/ou da composição dos encargos sociais sobre os preços da mão de obra, de que trata a alínea “d” do item 5.1 do Capítulo V desse Edital, contendo alíquotas de tributos e/ou contribuições sociais em desconformidade com a legislação vigente ou com o regime de tributação da licitante, poderá ser solicitado o ajuste da proposta, por meio de diligência, no mesmo prazo fixado no item 8.2, desde que não haja majoração do valor total ofertado, sob pena de desclassificação da proposta.

8.3. Poderão também ser objeto de correção, no mesmo prazo fixado no item 8.2:

8.3.1. A planilha relativa ao Anexo XVI (Modelo de Indicação das entidades preferenciais e dos serviços a serem subcontratados compulsoriamente), desde que haja na proposta de preços a indicação da(s) entidade(s) preferencial(is) que será(ão) subcontratada(s) compulsoriamente; e

8.3.2. A planilha referente ao Anexo XIX (Modelo de Cronograma Físico – Financeiro Provisório).



8.4. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

CAPÍTULO IX – DOS RECURSOS E DAS IMPUGNAÇÕES

(Art. 109 e Art. 41 da Lei nº 8.666/93)

9.1. O prazo para interposição de recursos será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, observado o Inciso I do Art. 109 da Lei nº 8.666/93, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do Art. 79 da Lei 8.666/93;
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

9.2. Observado o disposto no § 4º, Art. 109 da Lei nº 8.666/1993, o licitante poderá apresentar recurso a(o) Administrador(a) Regional de São Sebastião, que é a autoridade superior, por intermédio da CPL que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, previamente informado ao impetrante do recurso por meio de expediente, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

9.3. Interposto o recurso, uma cópia será encaminhada pelo Presidente da CPL a todos os licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme disposto no § 3º do art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.4. Quaisquer argumentos ou subsídios concernentes à defesa da licitante que pretender pleitear ao direito de pedir reconsideração total ou parcial das decisões da CPL deverão ser apresentados nas condições estabelecidas no item 9.5, exclusivamente, anexando-os ao recurso próprio.

9.5. Os recursos deverão ser apresentados por escrito, digitados ou impressos, devidamente fundamentados, rubricados em todas as páginas e assinados na última por representante legal do licitante e protocolizados no Núcleo de Atendimento, Protocolo e Arquivo - NUPAR na sede da Administração Regional de São Sebastião.

9.5.1. Não serão aceitos recursos encaminhados por e-mail.

9.6. Caberá Representação nas hipóteses não previstas no item **9.1** no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

9.7. Nas hipóteses não previstas no item **9.1** e **9.6** caberá Pedido de Reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

9.7.1. A “intimação dos atos” referidos no item **9.1**, letras “a”, “b”, “c” e “e” deste Edital, excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e no inciso III do art. 109, da Lei 8.666/93, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas letras “a” e “b” do item 9.1 deste Edital, se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.



9.7.2. O recurso previsto nas letras “a” e “b” do item **9.1** deste artigo terá efeito suspensivo, podendo o(a) Administrador(a) Regional de São Sebastião, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

9.8. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado, nos termos do §5º do Art. 109 da Lei nº 8.666/93.

9.8.1. O processo administrativo suporte eletrônico terá vista franqueada aos interessados no setor de licitações e contratos, situado na Sala 07 “Sala de Reuniões”, sede da RA-XIV; endereço: quadra 101 Área Especial S/N, Setor Residencial Oeste - CEP: 71.692-090, São Sebastião, Brasília/DF, onde se reúne a Comissão Permanente de Licitações – CPL, de segunda a sexta feira, exceto feriados, nos horários das 8h às 12h e de 14h às 18h.

9.8.2. Faculta ao interessado a opção de acompanhar o andamento do processo administrativo por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, mediante a realização de cadastro no sistema como "Usuário Externo", seguindo as orientações abaixo:

9.8.2.1. Acessar o endereço eletrônico: <http://www.portalsei.df.gov.br/>;

9.8.2.2. Escolher no quadro “cidadão” a opção Usuário Externo;

9.8.2.3. Selecionar: São Sebastião – RA-XIV e dar sequência ao preenchimento;

9.8.2.4. Solicitar a liberação do cadastro, que pode se dar por duas formas:

a) Apresentar a documentação presencialmente no Núcleo de Atendimento, Protocolo e Arquivo localizado na sede da Administração Regional de São Sebastião; ou

b) Encaminhar a documentação via Peticionamento Eletrônico.

9.8.3. Tanto para o cadastro como usuário externo, quanto para a solicitação de liberação, o usuário deve ter em mãos seu documento de identificação (com cópia ou digitalização) e a Declaração de Concordância e Veracidade.

9.8.3.1. Demais informações para cadastramento de “Usuário Externo” estão presentes no endereço eletrônico: <http://www.portalsei.df.gov.br/>.

9.9. Os recursos rejeitados pela Comissão de Licitação serão apreciados pela autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

9.10. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.11. Os recursos interpostos fora do prazo não serão considerados.

9.12. Nos termos do art. 41 da Lei nº 8.666/1993, qualquer cidadão, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento dos envelopes, poderá impugnar o ato convocatório desta Tomada de Preços, devendo a solicitação ser entregue diretamente ao Núcleo de Atendimento, Protocolo e Arquivo - PROTOCOLO, na sede da Administração Regional de São Sebastião, de segunda a sexta feira, exceto feriados no horário de expediente das 08h às 12h e das 14h às 18h.

9.12.1. Não serão aceitas impugnações encaminhadas por e-mail.

9.12.2. Acompanharão o pedido:

a) documentos de identificação do requerente (RG, CNH, Passaporte, ou outro documento com foto) digitalizados em formato PDF;



b) anexo contendo o pedido, rubricado em todas as páginas e assinado na última, digitalizado em formato PDF, de forma legível.

9.12.4. A Administração julgará e responderá as impugnações e/ou esclarecimentos em até 03 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 do mencionado diploma legal.

9.13. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer **até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes das propostas**, indicando as falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

9.14. A impugnação feita pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

9.15. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará a plena aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.

9.16. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

9.17. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

9.17.1. O não atendimento ao disposto neste item terá como consequência o recebimento da impugnação como pedido de esclarecimento, caso encaminhada no prazo previsto no item 9.12.

9.18. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

9.19. Não caberá recurso administrativo contra decisão acerca da impugnação.

9.20. As respostas às impugnações serão disponibilizadas no endereço eletrônico <http://www.saosebastiao.df.gov.br>, menu: “Serviços”; “Licitações”; “Em Andamento”; Tomada de Preços nº 01/2023 – RA-XIV.

9.21. O resultado desta licitação será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF.

CAPÍTULO X – DAS PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a RA-XIV poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a **CONTRATADA** as seguintes sanções, constantes no Decreto nº 26.851, de 30/05/2006 e alterações posteriores, Anexo XXV:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa nos percentuais definidos no subitem 10.3;

10.1.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal por até 02 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a



Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

10.2. A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido pelo ordenador de despesas da Administração Regional de São Sebastião se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

10.2.1. As sanções de advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade prevista neste Capítulo X poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa prévia a interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

b) 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nas letras “a” e “b” deste subitem;

d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

e) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

10.3.1. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/, de 1993, e será executada após regular processo administrativo, oferecido ao contratado a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 1993, observada a seguinte ordem:

I - Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - Mediante desconto no valor das parcelas devidas ao contratado;

III - Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

10.3.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

10.3.4. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.



10.3.5. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - O atraso não superior a 5 (cinco) dias;

II - A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

10.3.6. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

10.4. A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, aplicada pelo Ordenador de Despesas da Administração Regional de São Sebastião, por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) receber qualquer das multas previstas no item 10.3 e não efetuar o pagamento.

10.4.1. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

10.5. A declaração de inidoneidade será aplicada pela autoridade máxima da Administração Regional de São Sebastião, à vista dos motivos informados na instrução processual.

10.6. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do item 10.3. letra “b”.

10.7. A sanção pecuniária prevista no item 10.3 “b” não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

10.8. As sanções previstas nos subitens **10.1.3** e **10.1.4**, com fulcro no art. 88 da Lei nº 8.666/1993, poderão também ser aplicadas ao Adjudicatário que:

I - Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - Tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

III - Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.9. As penalidades descritas neste Capítulo X não excluem outra previstas no Decreto nº 26.851/2006, na Lei Federal nº 8.666/1993 e demais legislações aplicáveis às contratações públicas.

CAPÍTULO XI – DO PAGAMENTO

11.1. Para pagamento, a CONTRATADA deverá protocolar o **pedido da medição** pretendida no Núcleo de Atendimento, Protocolo e Arquivo da Administração Regional de São Sebastião, conforme cronograma físico-financeiro, **de forma legível**, que por sua vez será analisado pelo(s) executor(es) do contrato, em até 07 (sete) dias úteis a partir do aceite do protocolo.

11.1.1. Após ou durante a análise das medições realizadas pelo(s) executor(es), o(a) Diretor(a) de Obras deverá supervisionar as medições e outros levantamentos de informações necessárias à liberação do faturamento emitindo um relatório técnico concordando ou não com as medições apresentadas, conforme inciso VII do art. 22 do Decreto nº 38.094/2017.

11.1.2. Havendo discordância quanto aos parâmetros da medição analisada ou em caso de documentação incompleta e/ou inelegível, a CONTRATADA será comunicada para apresentar



correção ou justificativa, que deverá ser protocolada no Núcleo de Atendimento, Protocolo e Arquivo da Administração Regional de São Sebastião, em até 02 (dois) dias úteis a partir da data da comunicação.

11.1.3. Após protocolar o cumprimento das exigências dispostas no item anterior, será realizada nova análise pelo(s) executor(es) do contrato e pelo(a) Diretor(a) de Obras. Cumpridas as exigências, o executor(es) autorizará(ão) a emissão da nota fiscal junto à CONTRATADA.

11.1.4. Não havendo discordância quanto aos parâmetros analisados, o(s) executor(es) aprovará(ão) as medições e solicitará(ão) à CONTRATADA a emissão da **nota fiscal**, juntamente com a apresentação dos documentos exigidos nas Cláusulas Oitava e Décima Segunda do Contrato para o pagamento de cada fatura, **a ser protocolada** no Núcleo de Atendimento, Protocolo e Arquivo da Administração Regional de São Sebastião.

11.1.5. De posse da documentação prevista no item 11.1.4, o(s) executor(es) elaborará(ão) o relatório circunstanciado, atestará a nota fiscal e submeterá à análise da COAG para fins de liquidação e pagamento.

11.1.6. Os pagamentos serão feitos, de acordo com as normas de planejamento, orçamento, finanças, patrimônio e contabilidade do Distrito Federal, combinado com o disposto na alínea “a)” do inciso XIV do art. 40 da Lei 8.666/1993, em até 30 (trinta) dias a contar da data de protocolo no Núcleo de Atendimento, Protocolo e Arquivo da Administração Regional de São Sebastião.

11.1.7. As faturas serão emitidas após a conclusão das etapas e de acordo com o discriminado no cronograma físico-financeiro, devidamente atestadas pelo(s) executor(es) do contrato. Para liberação da última fatura será realizada a medição final da totalidade da obra executada e emitido termo de recebimento provisório da obra.

11.1.8. Os pagamentos do item “*Administração Local*” serão feitos na proporção da execução financeira dos serviços, de forma a garantir que o pagamento de 100% da parcela de Administração Local somente se verifique ao final da execução financeira da obra.

11.2. As faturas com valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) deverão ser liquidadas, exclusivamente, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente no Banco de Brasília S/A – BRB, conforme estabelece o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, excluídos:

- I - Os pagamentos às empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública Federal;
- II - Os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;
- III - Os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

11.2.1. Para os valores inferiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a empresa deverá apresentar o número da conta corrente e da agência em que deseja receber seus créditos. A liquidação das faturas se dará por meio de Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

11.3. Por ocasião do pagamento, a contratada deverá apresentar:

11.3.1. Prova de regularidade perante a Receita Federal, em plena validade, ou seja, Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/ Secretaria da Receita Federal do Brasil, e regularidade para com



a Previdência Social/INSS, nos termos da Portaria do MF nº 358, de 5 de setembro de 2014 e Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014;

11.3.2. Certificado de regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal - CEF;

11.3.3. Prova de regularidade perante a Secretaria da Fazenda do DF, em plena validade (Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa), por força do Art. 173 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

11.3.4. Prova de inexistência de débitos junto a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa (CND Trabalhista) nos termos do Art. 29, inciso V da Lei 8.666/1993 e da Lei nº 12.440/2011.

11.3.5. Quando a situação irregular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social- **INSS**, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS** e a **Justiça Trabalhista** se referir a encargos previdenciários e trabalhistas, inclusive Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), **relativos aos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços decorrentes do próprio contrato**, hipótese em que o setorial de administração financeira da Administração Regional de São Sebastião **deverá reter o pagamento no limite da quantia suficiente para o adimplemento dos referidos débitos, como forma de evitar a responsabilização solidária e subsidiária do Distrito Federal, nos termos do §1º do art. 63 do Decreto nº 32.598/2010.**

11.4. O pagamento da primeira nota fiscal ou fatura ficará condicionado à apresentação da seguinte documentação, além daquela prevista no item 11.3:

- a) Licenciamento da obra;
- b) Matrícula da obra ou serviço no INSS (CEI);
- c) Relação de empregados – RE (GFIP);
- d) Guias de recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e tributários (FGTS, INSS);
- e) A.R.T (Anotação de Responsabilidade Técnica) – CREA/DF ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) – CAU/DF, da obra ou serviço;
- f) Atestado de Execução assinado entre as partes;
- g) Cronograma Físico-Financeiro;
- h) Notas fiscais dos materiais utilizados na obra ou respectivas etapas;
- i) Demais documentos exigidos em posterior mudança da legislação vigente à época do pagamento.

11.4.1. As notas fiscais dos materiais utilizados na obra deverão ser apresentadas a cada etapa, bem como as justificativas dos quantitativos utilizados, conforme a execução da obra.

11.5. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, ela ficará pendente e o pagamento será susgado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para o CONTRATANTE.

11.6. Caso não seja cumprido o prazo estipulado no item 11.1, ressalvadas as hipóteses previstas nos itens 11.3, 11.4, 11.5 e 11.8, o Contratante pagará à Contratada atualização financeira de acordo com a variação do IPCA/IBGE pró rata tempore die (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), proporcionalmente aos dias de atraso, nos termos do Decreto nº 37.121/2016.

11.7. O mesmo índice será utilizado para cálculo de descontos, no caso de eventuais antecipações de pagamentos.



11.8. O pagamento de cada uma das etapas ficará condicionado à efetiva conclusão da fase antecedente.

11.9. As retenções de INSS deverão ser efetuadas em conformidade com a IN nº 971, de 13 de novembro de 2009, e suas alterações, e a retenção de ISS, conforme Lei Complementar Federal nº 116 de 31 de julho de 2003, c/c Decreto Distrital nº 25.508 de 19 de janeiro de 2005.

CAPÍTULO XII – DO REAJUSTE DE PREÇOS

12.1. O valor do objeto desta licitação é fixo e irrevogável, considerando a periodicidade inferior a um ano do ajuste.

12.1.1. O índice para eventual reajuste, observada a periodicidade anual, a contar da data limite de apresentação da proposta será o INCC/FGV, esse índice é uma exceção admitida no Decreto nº 37.121/2016 (art. 2º, §1º).

CAPÍTULO XIII – DO CONTRATO

13.1. O Contrato obedecerá ao disposto nesta Tomada de Preços e às normas contidas no Capítulo III da Lei nº 8.666/93, e deverá ser assinado pela licitante vencedora no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte interessada, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração, observada a obrigatoriedade da entrega da garantia contratual, conforme item 14.2 do presente Edital.

13.2. Quando o licitante vencedor não assinar o Termo de Contrato no prazo e condições estabelecidos no subitem anterior, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no Capítulo X desta Tomada de Preços e no Art. 81 da Lei nº 8.666/93.

13.2.1. Os licitantes convocados nos termos do art. 64, §2º da Lei nº 8.666/93 que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço, não estarão sujeitos as penalidades estabelecidas no Art. 81 da Lei nº 8.666/93.

13.3. O Contrato a ser assinado subordina-se à minuta contida no Anexo IV e **terá a vigência de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos a contar da sua assinatura.**

13.4. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega poderão ser prorrogadas, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, justificados por escrito no processo e previamente autorizados pela Administração Regional de São Sebastião:

I - Alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;



V - Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

CAPÍTULO XIV – DA GARANTIA

(Nos termos do Art. 56 da Lei nº 8.666/93)

14.1. A garantia do contrato corresponderá a 5% (cinco por cento) do seu valor e poderá ser prestada sob as seguintes modalidades, conforme § 2º, do art. 56, da Lei nº 8.666/93:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária.

14.2. A garantia a que se refere o item anterior deverá ser efetivamente prestada no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, da convocação do licitante, sob pena de ser declarada a inexecução total da obrigação assumida, com a aplicação das penalidades previstas no Capítulo X deste instrumento.

14.3. A garantia prestada servirá para o fiel cumprimento do contrato, respondendo, inclusive, pelas multas eventualmente aplicadas.

14.4. A garantia ou seu saldo será liberado ou restituído depois de expirada sua validade e quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

14.5. No caso de utilização da garantia conforme disposto no item 14.6, a CONTRATADA providenciará o reforço da garantia no montante utilizado. Da mesma forma, também deverá atualizar o prazo da garantia, em caso de prorrogação do Contrato, até 01 (um) mês após o final do prazo da vigência do Contrato.

14.6. No caso de a CONTRATADA não cumprir o disposto no item anterior, estará sujeito ao disposto no item 11.5, podendo inclusive ter o contrato rescindido.

CAPÍTULO XV – DA EXECUÇÃO/VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. A vigência do contrato será de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, contados da data da sua assinatura, subordinada à minuta contida no Anexo IV deste Edital.

15.2. O prazo de execução dos serviços **será de 90 (noventa) dias corridos**, contados a partir do 5º (quinto) dia corrido após o recebimento da Ordem de Serviço.

15.3. O início dos trabalhos deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da respectiva Ordem de Serviço, observando o horário disponibilizado para sua realização.

15.4. O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal a expensas do CONTRATANTE.



CAPÍTULO XVI – DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

16.1. A execução dos serviços será acompanhada por executor de contrato, especialmente designado (Art. 67 da Lei 8.666/1993) pelo CONTRATANTE, que anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, além das atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira (Decreto n.º 32.598/2010), nas Normas de Execução de Contrato (Instrução DGA- TCDF no 03/1997), bem como das diretrizes contidas no Projeto Básico (Anexo I do Edital), na Cartilha do Executor do Distrito Federal, e nos termos da Lei n.º 8.666/1993 e demais legislações vigentes.

16.2. A fiscalização da obra será realizada pelo Diretor(a) de Obras da RA-XIV, conforme inciso V do art. 22 do Decreto 38.094/2017.

16.3. O licitante vencedor deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-lo sempre que for necessário.

CAPÍTULO XVII – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1. O objeto da licitação será recebido por Comissão ou executor designado pela Administração da seguinte forma:

a) provisoriamente, mediante TERMO CIRCUNSTANCIADO assinado pelas partes no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita da Contratada. Quando do recebimento provisório, obrigatoriamente deverá estar concluída a execução do objeto contratual, vide art. 73, inciso I, alínea “a”, da Lei de Licitações;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, ou ainda pelo Diretor(a) de Obras da RA-XIV, conforme inciso V do art. 22 do Decreto 38.094/2014, mediante TERMO CIRCUNSTANCIADO assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias corridos do recebimento provisório, suficientes para vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais observados o disposto no Art. 69 da Lei 8.666/93 e o Enunciado n.º 11 da Súmula de Jurisprudência do TCDF;

c) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato. (Redação da Lei 8.666/93, art. 73 §2º);

d) O prazo a que se refere a alínea "b" deste item não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital. (Redação da Lei 8.666/93, art. 73 §3º);

e) Os casos excepcionais de que trata o item “d” deste item podem ser considerados aqueles vícios sanáveis que não tenham sido executados em conformidade com o disposto no Projeto Básico e no Caderno de Especificações, podendo a critério da Comissão Permanente de Recebimento Definitivo de Obras - CPRDO sugerir a Autoridade Competente a celebração de Termo de Ajuste junto à Contratada a fim de saná-los;

f) Caso a Comissão Permanente de Recebimento Definitivo de Obras - CPRDO avalie os vícios como insanáveis, não passíveis de recebimento definitivo, deverá retornar o processo devidamente instruído para a Comissão Permanente Executora de Obras - CPEO;

g) Na hipótese de o Termo de Recebimento Definitivo da Obra - TRDO ou a verificação não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, considerar-se-ão como realizados,



desde que comunicados à Administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão do prazo do item “b” deste item (Lei 8.666/93, art. 73 §4º).

17.2. O CONTRATANTE só aceitará os serviços que estiverem de acordo com as especificações técnicas, normas da ABNT e dos fabricantes dos materiais porventura utilizados. Caberá ao contratado todo o ônus decorrente da rejeição, incluindo prazos e despesas.

17.3. Deverá ser encaminhada à Administração Regional de São Sebastião as notas fiscais dos materiais fornecidos pela CONTRATADA, para efeito de incorporação ao patrimônio desta RA-XIV, quando couber e para constar na instrução processual.

17.4. O prazo de garantia dos serviços é de 05 (cinco) anos, contados do Termo de Recebimento Definitivo dos Serviços, sem prejuízo das garantias contidas no art. 618 do Código Civil e legislação complementar.

CAPÍTULO XVIII – DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

(Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte)

18.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (Art. 43).

18.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco (5) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (Art. 43 § 1º).

18.3. A não regularização da documentação, no prazo supracitado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação (Art. 43 § 2º).

18.4. Na hipótese da ocorrência de empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta. Esta disposição somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte (Art. 45 § 3º).

18.5. A Comprovação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte será por meio de Declaração da Junta Comercial, ou Declaração de Faturamento ou Declaração de beneficiária do tratamento jurídico diferenciado de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006 – Estatuto da Microempresa, conforme estabelece o item 4.2.8.

CAPÍTULO XIX – DA SUBCONTRATAÇÃO / SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA

19.1. É vedada a subcontratação de parte dos serviços do presente objeto, exceto nos casos referentes à subcontratação compulsória de entidades preferenciais previstos nos itens subsequentes do capítulo XIX do presente edital.

19.2. Nos termos dos arts. 47 e 48, inciso II da Lei Complementar Federal nº 123/2006 c/c art. 27 da Lei Distrital nº 4.611/2011 e art. 9º do Decreto Distrital nº 35.592/2014, a licitante vencedora deverá subcontratar, compulsoriamente, entidade(s) preferencial(is), assim considerada(s) a(s) microempresa(s), empresa(s) de pequeno porte e microempreendedor(es) individual(is), nos exatos



termos do que dispõem o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, para execução de, no mínimo, 5% (cinco por cento) e de no máximo, 30% (trinta por cento) do valor do objeto contratado.

19.3. O licitante deverá indicar a(s) entidade(s) preferencial(ais), mencionada(s) no item 19.2, que subcontratará, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores, conforme o disposto no Capítulo V deste Edital. (Modelo Anexo XVI)

19.4. A CONTRATADA ficará responsável por verificar a habilitação das subcontratações que realizar, sem prejuízo da fiscalização sob responsabilidade do CONTRATANTE, e será responsável pelo adimplemento integral do contrato.

19.5. Assinado o contrato, serão emitidas as notas de empenho em favor da CONTRATADA e, **no caso da(s) entidade(s) preferencial(is), também empenho direto em favor dessa(s).**

19.6. No pagamento de cada etapa ou parcela, será verificada a regularidade com a seguridade social e o cumprimento das obrigações trabalhistas da contratada e da(s) subcontratada(s) em relação ao efetivo de pessoal que contratar.

19.7. No caso da(s) entidade(s) preferencial(is) subcontratada(s), será concedido, se necessário, o direito de saneamento a que se refere a Lei Distrital nº 4.611/2011.

19.8. A empresa CONTRATADA deverá substituir a subcontratada, na parcela referente à subcontratação compulsória, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, salvo se demonstrar a inviabilidade da substituição.

19.9. A extinção da subcontratação que se refere o item anterior deverá ser justificada e comunicada à Administração no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

19.10. A empresa CONTRATADA responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação, podendo recomendar ao órgão contratante, justificadamente, suspensão ou glosa de pagamentos.

19.11. Não se aplica a exigência de subcontratação compulsória quando o licitante for entidade preferencial.

19.12. Não poderá ser objeto de subcontratação os serviços constantes da habilitação técnico-operacional, constante do Capítulo IV do Edital.

CAPÍTULO XX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. São partes integrantes deste Edital:

Anexo I	- Projeto Básico
Anexo II	- Planilhas Estimativas de Preços de Materiais e Serviços
Anexo III	- Plantas e Projetos de Arquitetura/Engenharia
Anexo IV	- Minuta de Contrato
Anexo V	- Tabela de Preços SINAPI
Anexo VI	- Check-List Referente ao Capítulo IV – Da Habilitação e Da Proposta
Anexo VII	- Modelo de Declaração de Vistoria
Anexo VIII	- Modelo de Declaração de Declinação de Vistoria
Anexo IX	- Modelo de Declaração de Inexistência da Superveniência de Fatos Impeditivos
Anexo X	- Modelo de Declaração Negativa de Contratação de Funcionário Menor



Anexo XI	- Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
Anexo XII	- Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica Operacional e Indicação de Equipe Técnica
Anexo XIII	- Modelo de Declaração de Adoção de Medidas Sustentáveis
Anexo XIV	- Modelo de Declaração de Inexistência de Nepotismo
Anexo XV	- Modelo de Declaração para os Fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019
Anexo XVI	- Modelo Indicação de Subcontratação Compulsória
Anexo XVII	- Modelo de Proposta de Preços
Anexo XVIII	- Modelo de Planilha de Formação de Preço
Anexo XVIII (A)	- Modelo de Detalhamento de Composição de Custos Unitários Criadas
Anexo XIX	- Modelo de Planilha de Cronograma Físico-Financeiro
Anexo XX	- Modelo de Planilha de B.D.I.
Anexo XXI	- Modelo de Planilha de Encargos Sociais
Anexo XXII	- Cartas CEB / CAESB
Anexo XXIII	- Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006

20.2. O CONTRATANTE reserva-se o direito de revogar ou anular esta Tomada de Preços, na forma do artigo 49 da Lei nº 8.666/93.

20.3. Independentemente de declaração expressa, a simples participação nesta Licitação implica a aceitação das condições estipuladas no presente edital de Tomada de Preços e submissão total às normas nele contidas.

20.4. A Licitante vencedora deverá atender o disposto no Art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, na Lei Distrital nº 4.770/2012 e no Art. 2º do Decreto nº 36.520/2015, no que se refere a tomar medidas para promoção do desenvolvimento sustentável do Distrito Federal, e conforme as condições estipuladas no Projeto Básico – Caderno de Especificações.

20.5. A Licitante vencedora deverá atender ao disposto no Art. 2º da Lei nº 5.061/2013 quanto a proibição do uso de mão-de-obra infantil, sob pena de rescisão do contrato e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

20.6. A Licitante vencedora deverá reservar 2% (dois por cento) de vagas de trabalho nas obras públicas a pessoas em situação de rua, nos termos da Lei Distrital nº 6.128, de 1º de março de 2018.

20.7. Não havendo expediente na data marcada para abertura da licitação, ficará a licitação adiada para o primeiro dia útil subsequente, salvo disposições em contrário.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, nos termos do Art. 110 da Lei nº 8.666/93.

20.8.1. Só se iniciam e vencem os prazos referidos no item 20.6 em dia de expediente na Administração Regional de São Sebastião RA-XIV.

20.9. Quaisquer dúvidas de ordem técnica quanto aos projetos, desenhos e especificações, poderão ser esclarecidas junto à Comissão de Licitação, na sede da Administração Regional de São Sebastião – RA XIV, que poderá encaminhá-las a diretoria técnica responsável pelas obras, objetos deste edital, ou pelo e-mail: cpl@saosebastiao.df.gov.br, ou pelo telefone (61) 98199-0787.



20.9.1. Os projetos de engenharia e arquitetura estarão disponíveis no site: www.saosebastiao.df.gov.br, menu: “Serviços”; “Licitações”; “Em Andamento”; Tomada de Preços nº 01/2023 – RA-XIV; em formato .PDF, para consulta dos interessados, assim como as planilhas do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices - SINAPI utilizadas como referência na formação dos custos.

20.10. Os casos omissos no edital, no contrato e demais anexos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem as Leis nos 8.666/1993 e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.

20.11. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060, nos termos do Decreto nº 34.031/2012.

São Sebastião/DF, 07 de agosto de 2023.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ASSINADO DIGITALMENTE, DOC. SEI Nº 119339861

Josenice Antônio de Souza
Membro

ASSINADO DIGITALMENTE, DOC. SEI Nº 119339861

Silvana Mascarenhas Dias Pettinate
Membro

ASSINADO DIGITALMENTE, DOC. SEI Nº 119339861

Jair Naves da Silva
Membro

ASSINADO DIGITALMENTE, DOC. SEI Nº 119339861

Marcos Aurélio da Silva
Presidente

Aprovo o presente Edital e seus anexos,

ASSINADO DIGITALMENTE, DOC. SEI Nº 119339861

ROBERTO MEDEIROS SANTOS
Administrador Regional de São Sebastião RA-XIV



ANEXO I – PROJETO BÁSICO
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023– RA-XIV
PROJETO BÁSICO (Doc. SEI nº 118368156)
“CONSTRUÇÃO DE CAMPO SINTÉTICO”
PARQUE DISTRITAL DO BOSQUE
SÃO SEBASTIÃO
DISTRITO FEDERAL

ELABORADO POR: JEILSON OLIVEIRA DOS SANTOS - ENGENHEIRO CIVIL - CREA 27922/D-DF - MATRICULA 1.711.523-X e ARTHUR MANGABEIRO SOARES LEONÇO - ENGENHEIRO CIVIL - CREA 23256/D-DF - MATRÍCULA 1.689.693-9.

OBJETO: Contratação de empresa para execução da obra de construção do Campo Sintético do Bosque” localizada no Parque Distrital de São Sebastião - DF, com área total de 6.010m² (seis mil, e dez metros quadrados).

SUMÁRIO

1. OBJETO
2. JUSTIFICATIVA.
3. DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS
4. DO PRAZO
5. ESTUDO E CONFERÊNCIA PRELIMINAR DE DOCUMENTOS
 - 5.1. A EMPRESA LICITANTE DEVERÁ, ANTES DA LICITAÇÃO
 - 5.2. COMPETE À EMPRESA LICITANTE
6. DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÕES
 - 6.1. PARA EFEITO DE INTERPRETAÇÃO DE DIVERGÊNCIAS ENTRE OS DOCUMENTOS CONTRATUAIS, FICA ESTABELECIDO QUE
7. RECURSOS E ARBITRAGENS
8. RESPONSABILIDADES
9. INÍCIO DAS OBRAS
10. ORIENTAÇÃO GERAL E FISCALIZAÇÃO
 - 10.1. À FISCALIZAÇÃO FICA ASSEGURADO O DIREITO DE
 - 10.2. NO DIÁRIO DE OBRAS DEVERÃO CONSTAR AS ANOTAÇÕES
11. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA
12. EQUIPAMENTO MECÂNICO, FERRAMENTAL E MÃO-DE-OBRA
13. RECEBIMENTO PROVISÓRIO DAS OBRAS E SERVIÇOS
 - 13.1. O RECEBIMENTO PROVISÓRIO DAS OBRAS / SERVIÇOS SERÁ FEITO APÓS SUA CONCLUSÃO, MEDIANTE AS SEGUINTESS CONDIÇÕES
 - 13.2. APÓS A ENTREGA, PELA CONTRATADA, À ADMINISTRAÇÃO DE
14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DAS OBRAS E SERVIÇOS
 - 14.1. O RECEBIMENTO DEFINITIVO DAS OBRAS E SERVIÇOS SERÁ FEITO MEDIANTE AS SEGUINTESS CONDIÇÕES
15. SEGUROS E ACIDENTES
 - 15.1. A CONTRATADA DEVERÁ ATENDER À LEI Nº 6514 DE 22.12.77 - CLT, RELATIVA À SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO



16. PENALIDADES
17. PRÁTICA GERAL
 - 17.1 CONFORME INSTRUÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO, TODA E QUALQUER SUGESTÃO DA CONTRATADA VISANDO MODIFICAR O PROJETO.
 - 17.2 A CONTRATADA RESPONSABILIZAR-SE-Á POR
18. ADEQUAÇÃO A LEI N° 4.770/2012 E AO DECRETO DISTRITAL N° 36.520/2015 – MEDIDAS SUSTENTAVEIS
19. ESTIMATIVA DE CUSTO
20. PAGAMENTO
21. MODALIDADE DE LICITAÇÃO
22. DISPOSIÇÕES FINAIS

1. OBJETO

Contratação de empresa para construção do "Campo Sintético do Bosque" localizado no Parque Distrital de São Sebastião - DF, com área total de 6.010,00m² (seis mil e dez metros quadrados).

O projeto arquitetônico atende todas normas ABNT NBR 9050 que trata de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, prevê além dos espaços com dimensionamentos adequados, todos os equipamentos de acordo com o especificado na norma.

2. JUSTIFICATIVA

Visando o aproveitamento de espaços públicos para proporcionar uma melhor qualidade de vida da população, este projeto vem com intuito de recuperar uma nova opção de diversão e entretenimento para os habitantes que moram próximo ao local.

Campos são ambientes de suma importância para o desenvolvimento social, pois tem o a função de unir a vizinhança proporcionando um local apropriado, com infraestrutura para as relações humanas e pratica de esportes.

O Parque Distrital de São Sebastião conta com por vagas de estacionamento, PEC's, Parque Infantil e Jardins, com intuito de integrar o lazer e qualidade de vida as crianças, jovens e idosos.

No enfrentamento dessa realidade, o lazer, a educação e as manifestações culturais se apresentam como um contraponto capaz de interferir na dura realidade de exclusão social e de falta de oportunidades, apontando alternativas para a expressão e liberação de emoções negativas, proporcionando uma ocupação positiva e estimulando hábitos de vida mais saudáveis.

Desta forma a construção do campo sintético do Parque Distrital de São Sebastião, traz a prática de atividade física, esporte e do lazer para comunidade local conjugados com o desenvolvimento das crianças, dos adolescentes e dos jovens no intuito de ensinar hábitos de vida saudáveis, agregados à transmissão de valores, boa utilização do tempo livre e prevenção contra influências nocivas da vida moderna.

Considerando, ainda, que o segmento de esporte (futebol) obteve duas grandes derrotas recentes, ou seja, com a construção do Bairro Parque dos Ipês (Crixás) e a previsão de implantação do novo Bairro Alto Mangueiral, houve a perda de 2 campos de futebol com características esportivas que atendiam as necessidades dos campeonatos locais.



Um campo será uma das formas de proporcionar aos frequentadores o benefício de haver um local adequado para momentos de lazer, esporte e saúde de crianças, jovens e adultos.

O Parque de São Sebastião foi criado por meio do Decreto nº 15.898/1994 e conta comum uma área de 17,77 ha. Conforme descrito no Artigo 2º do decreto supracitado seus objetivos de criação desta UC são:

“Art. 2º - São objetivos do Parque São Sebastião:

I - Garantir a preservação e a proteção da fauna e da flora ali existente;

II - Utilizar os componentes naturais do Parque na educação ambiental, com finalidade de tornar a comunidade guardiã desse patrimônio;

III - proporcionar à população condições de exercer atividades culturais educativas e de lazer em um ambiente natural equilibrado;

IV - Desenvolver programas de observação e educação ambiental, além de pesquisas do ecossistema local;

V - Garantir a diversidade biológica das espécies, preservando o patrimônio genético de forma a não permitir-se a erradicação de espécies.”

Portanto, para o desenvolvimento deste projeto, foi elaborado um relatório técnico, para detalhar e subsidiar a contratação dos serviços discriminados no item 3 deste projeto básico.

3. DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ESTIMATIVA					
OBRA:	CONSTRUÇÃO DE CAMPO SINTÉTICO NO PARQUE DISTRITAL DE SÃO SEBASTIÃO, BAIRRO DO BOSQUE				
ENDEREÇO:	PARQUE DISTRITAL DE SÃO SEBASTIÃO - BAIRRO DO BOSQUE, EM SÃO SEBASTIÃO-DF				
ÁREA (m²)	6.010,00m² (SEIS MIL E DEZ METROS QUADRADOS)				
CONTRATANTE	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO - RA-XIV				
RESPONSÁVEL PLANILHA	JEILSON OLIVEIRA DOS SANTOS - ENGENHEIRO CIVIL - CREA 27922/D-DF - MATRICULA 1.711.523-X				
	ARTHUR MANGABEIRO SOARES LEONÇO - ENGENHEIRO CIVIL - CREA 23256/D-DF - MATRÍCULA 1.689.693-9				
FONTE MERCADOLÓGICA	SINAPI - SERVIÇOS E INSUMOS (ref.: 05/2023) FONTE: SITE CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA/DF E COTAÇÕES DE MERCADO				
VALOR TOTAL DA OBRA:					
ITEM	COD		DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE
1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES / ADMINISTRAÇÃO LOCAL					
1.1		CAU/CREA	ART/RRT	un	1,00
1.2	90778	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	198,00
1.3	90781	SINAPI	TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	128,00
1.4	93572	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	mês	3,00



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

1.5	88326	SINAPI	VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	1080,00
1.6	90775	SINAPI	DESENHISTA PROJETISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	240,00
1.7	4813	SINAPI	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,4 X 1,2* M (SEM POSTES PARA FIXACAO)	m²	12,00
1.8	10775	SINAPI	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00M, ALT. 2,50, COM 1 SANITÁRIO, PARA ESCRITORIO COMPLETO SEM DIVISORIAS	mês	3,00
1.9	10776	SINAPI	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA ESCRITORIO, SEM DIVISORIAS INTERNAS E SEM SANITARIO	mês	3,00
1.10	37524	SINAPI	TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	m	310,00
1.11	COMPOSIÇÃO 1.11	SINAPI	ENTRADA PROVISÓRIA DE ÁGUA	un	1,00
1.12	COMPOSIÇÃO 1.12	SINAPI	ENTRADA PROVISORIA DE ENERGIA	un	1,00
1.13	COMPOSIÇÃO 1.13	SINAPI	ENTRADA PROVISORIA DE ESGOTO	un	1,00
1.1 DEMOLIÇÃO DE CALÇADAS EXISTENTES					
1.1.1	97629	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE LAJES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m³	3,60
1.1.2	100973	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ /128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	3,60
1.1.3	97913	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	108,00
1.1.4	97915	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	43,20
SUBTOTAL					
2.0 TERRAPLANAGEM					
2.1 REMOÇÃO DE CAMADA VEGETAL DO TIPO GRAMÍNEA (ÁREA DA ARQUIBANCADA)					
2.1.1	101128	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1A CATEGOR IA COM TRATOR DE ESTEIRAS (125HP/LÂMINA: 2,70M3). AF_07/2020	m³	2,43
2.1.2	97914	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	72,90
2.1.3	100973	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ /128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	2,43
2.1.4	97915	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	29,16
SUBTOTAL					
2.2 MOVIMENTAÇÃO DE SOLO (CORTE / ATERRO)					
2.2.1	101128	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1A CATEGOR IA COM TRATOR DE ESTEIRAS (125HP/LÂMINA: 2,70M3). AF_07/2020	m³	1316,25
2.2.2	100939	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA INTERNA (DENTRO DO CANTEIRO - UNIDADE:M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	85,56
2.2.3	96385	SINAPI	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	1316,25



					SUBTOTAL
2.3 EXECUÇÃO DE ATERRO DE BASE (CASALHO DE CAVA)					
2.3.1	4743	SINAPI	CASCALHO DE CAVA	m ³	1053,00
2.3.2	4743	SINAPI	CASCALHO DE CAVA	m ³	108,00
2.3.3	95426	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M ³ , EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m ³ Xkm	29.025,00
2.3.4	95427	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA , ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m ³ Xkm	29.025,00
2.3.5	96385	SINAPI	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m ³	967,50
					SUBTOTAL
TOTAL GERAL DO ITEM:					
3.0 GRAMA SINTÉTICA					
3.1	COTAÇÃO DE MERCADO	SINAPI	GRAMA SINTETICA, ALTURA /ESPESSURA DE 52MM, FIBRILADO, 100% POLIETILENO, BASE TRIPLA, MINIMO DE 8.000 PONTOS POR M2, INCLUINDO MAO DE OBRA E SISTEMA DE INSTALACAO (FLUTUANTE, UNIAO DOS ROLOS COM TAPEDE 30CM, COLA PU, 30 KG/M2 DE AREIA CLASSIFICADA GRANULOMETRIA 40/45 OU 50/60 E 10 KG/M2 DE GRANULO DE BORRACHA SBR PRETA MALHA 10 (0,7 A 2,0 MM)	m ²	5185,00
3.2	COMPOSIÇÃO 3.2	SINAPI	CONJUNTO PARA FUTSAL COM TRAVES OFICIAIS 7,32x2,44m	un	1,00
					SUBTOTAL
4.0 DRENAGEM SUBTERRÂNEA					
4.1	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	m ³	98,54
4.2	101616	SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	m ²	328,48
4.3	38052	SINAPI	TUBO DRENO, CORRUGADO, ESPIRALADO, FLEXIVEL, PERFURADO, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), DN 100 MM, (4") PARA DRENAGEM - EM ROLO (NORMA DNIT 093/2006 - E.M)	m	727,00
4.4	88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	40,00
4.5	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	40,00
4.6	3668	SINAPI	JUNCAO DUPLA, PVC SOLDAVEL, DN 100 X 100 X 100 MM , SERIE NORMAL PARA ESGOTO	un	14,00
4.7	102712	SINAPI	GEOTÊXTIL NÃO TECIDO 100% POLIÉSTER, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO DE 9 KN/M (RT - 9), INSTALADO EM DRENO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2021	m ²	464,14
4.8	4718	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE(PARA PREENCHIMENTO DE VALAS)	m ³	109,42
4.9	95426	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M ³ , EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m ³ Xkm	3.282,60
4.10	3777	SINAPI	LONA PLASTICA PRETA, E= 150 MICRA	m ²	6222,00
4.11	88270	SINAPI	IMPERMEABILIZADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	40,00
					SUBTOTAL
5.0 BASE DRENANTE					
5.1	4741	SINAPI	PÓ DE PEDRA (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	m ³	103,70



5.2	4720	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	m³	103,70
5.3	4721	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	m³	207,40
5.4	4718	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	m³	259,25
5.5	95426	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	20.221,50
5.6	100574	SINAPI	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRA. AF_11/2019	m³	622,20
5.7	5684	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1,68 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	chp	36,00
5.8	517	SINAPI	EMULSAO ASFALTICA ANIONICA	l	650,00
					SUBTOTAL
6.0 ALAMBRADO					
6.0.1	COMPOSIÇÃO 6.0.1	SINAPI	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIÂMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 10 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021 COM ACRECIMO DE BARRA 6,3MM PARA AMARRAÇÃO DE TELA.	m²	1452,00
6.0.2	COMPOSIÇÃO 6.0.2	SINAPI	ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO DO TIPO MÃO DE FORÇA	m	432,20
6.0.3	101112	SINAPI	ALARGAMENTO DE BASE DE TUBULÃO A CÉU ABERTO, ESCAVAÇÃO MANUAL, CONCRETO FEITO EM OBRA E LANÇADO COM JERICA. AF_05/2020	m³	4,60
6.0.4	COMPOSIÇÃO 6.0.4	SINAPI	PINTURA DE ALAMBRADO COM TINTA ESMALTE	m²	1500,00
6.0.5	3106	SINAPI	FERROLHO COM FECHO CHATO E PORTA CADEADO, EM AÇO GALVANIZADO / ZINCADO, DE SOBREPOR, COM COMPRIMENTO DE 6", CHAPA COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,70 MM E LARGURA /MÍNIMA DE 5,00 CM (FECHO REFORCADO) (INCLUI PARAFUSOS)	Unid.	2,00
6.0.6	11447	SINAPI	DOBRADICA EM LATAO, 3 " X 2 1/2 ", E= 1,9 A 2 MM, COM ANEL, CROMADO, TAMP A BOLA, COM PARAFUSOS	Unid.	6,00
6.1 VIGA BALDRAME PARA FIXAÇÃO DE ALAMBRADO (20X30)					
6.1.1	96526	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA VIGA BALDRAME, SEM PREVISÃO DE FÔRMA. AF_06/2017	m³	19,38
6.1.2	94965	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	m³	19,38
6.1.3	92877	SINAPI	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-25, DIÂMETRO DE 10,0 MM. AF_12/2015	kg	828,75
6.1.4	34	SINAPI	ACO CA-50, 10,0 MM, VERGALHAO	kg	828,75
6.1.5	92875	SINAPI	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-25, DIÂMETRO DE 6,3 MM. AF_12/2015	kg	345,53
6.1.6	32	SINAPI	ACO CA-50, 6,3 MM, VERGALHAO	kg	345,53
6.1.7	96536	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	m2	43,80
6.1.8	6212	SINAPI	TABUA *2,5 X 30 CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	m	43,80
6.1.9	5068	SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 17 X 21 (2 X 11)	Kg	1,00
6.1.10	43132	SINAPI	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	Kg	2,00



6.1.11	88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	80,00
6.1.12	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	80,00
6.1.13	88238	SINAPI	AJUDANTE DE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	80,00
6.1.14	88245	SINAPI	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	80,00
SUBTOTAL					
7.0 CALÇADAS					
7.1	COMPOSIÇÃO 7.1	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. 8CM DE ESPESSURA	m ²	834,75
7.2	4059	SINAPI	MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO, PRE-MOLDADO, COMP 1 M, *30 X 12/15* CM (H X L1/L2)	m	554,00
7.3	96622	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *5 CM*. AF_08/2017	m ³	41,73
7.4	100576	SINAPI	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILISO AF_11/2019	m ²	834,75
SUBTOTAL					
8.0 ARQUIBANCADA					
8.1	96622	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *5 CM*. AF_08/2017	m ³	0,95
8.2	95241	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	m ²	18,90
8.3	103318	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m ²	120,60
8.4	87894	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	m ²	120,60
8.5	87529	SINAPI	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	m ²	120,60
8.6	4743	SINAPI	CASCALHO DE CAVA	m ³	77,76
8.7	95426	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M ³ , EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m ³ Xkm	2.332,80
8.8	95427	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA , ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m ³ Xkm	2.332,80
8.9	100973	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M ³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M ³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m ³	77,76
8.10	94993	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_07/2016	m ²	86,40
8.11	95626	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDE EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_11/2016	m ²	120,60
8.1 ALVENARIA DE DELIMITAÇÃO DE ÁREA DESTINADA AO CADEIRANTE					



8.1.1	96622	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *5 CM*. AF_08/2017	m³	0,08
8.1.2	103318	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m²	10,00
8.1.3	87894	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	m²	10,00
8.1.4	87529	SINAPI	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	m²	10,00
8.1.5	95626	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDE EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_11/2016	m²	10,00
SUBTOTAL					
9.0 REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, COM CAIXA PARA BOCA DE LOBO E TAMPÃO EM CONCRETO					
9.1	92210	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	m	155
9.2	94993	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_07/2016	m²	109,50
9.3	97935	SINAPI	CAIXA PARA BOCA DE LOBO SIMPLES RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X1,0X1,2 M. AF_12/2020	Un.	11,00
SUBTOTAL					
10.0 GRAMA PARA TALUDES					
10.1	98504	SINAPI	PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS. AF_05/2018	m²	256,27
SUBTOTAL					
TOTAL:					
BDI 23,15%:					
TOTAL:					

4. PRAZO

O prazo específico para conclusão da obra será de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do 5º (quinto) dia corrido após o recebimento da ordem de serviço.

5. ESTUDO E CONFERÊNCIA PRELIMINAR DE DOCUMENTOS

5.1 A empresa licitante deverá, antes da licitação:

- Vistoriar o local da obra e / ou serviços objeto da licitação, devendo verificar todos os seus aspectos quantitativos e qualitativos, bem como as condições necessárias para sua execução, tais como características de acesso, topografia, condições do terreno etc.



5.2 Compete à empresa licitante:

- a) Fazer minucioso estudo, verificação e comparação de todos os desenhos dos projetos arquitetônicos, dos detalhes, das especificações e dos demais componentes integrantes da documentação técnica fornecida pela ADMINISTRAÇÃO para a execução da obra e / ou serviços.
- b) Dos resultados desta verificação preliminar, que será feita antes da licitação da obra e serviços deverá a licitante dar imediata comunicação por escrito a Administração, apontando dúvidas e / ou irregularidades que tenha observado, inclusive sobre qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, de forma a serem sanados os erros, omissões ou discrepâncias que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento das obras e serviços.
- c) Após a assinatura do Contrato ficará pressuposta a concordância tácita de todos aqueles documentos constantes do item "a", não cabendo qualquer alegação posterior sobre divergências entre os mesmos.

6. DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÕES

6.1 Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos contratuais, fica estabelecido que:

- Em caso de divergências entre a Planilha Orçamentária da Administração e o Caderno de Especificações, prevalecerá este último;
- Em caso de divergências entre os desenhos dos projetos complementares a cargo da CONTRATADA e o Caderno de Especificações, prevalecerá sempre este último;
- Em caso de divergências entre as cotas dos desenhos e suas dimensões medidas em escala, a FISCALIZAÇÃO, sob consulta prévia, definirá as dimensões corretas;
- Em caso de divergências entre os desenhos de escalas diferentes, prevalecerão sempre os de maior escala;
- Em caso de divergências entre os desenhos de datas diferentes, prevalecerão sempre os mais recentes;
- Em caso de divergências entre o Caderno de Especificações e as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), prevalecerão sempre estas últimas;
- Em caso de dúvidas quanto à interpretação de quaisquer desenhos e das prescrições contidas no Caderno de Especificações, será consultada a FISCALIZAÇÃO da Administração;
- Não caberá à CONTRATADA alegação de desconhecimento ou omissões em orçamento.

7. RECURSOS E ARBITRAGENS

Para qualquer decisão da FISCALIZAÇÃO sobre assuntos não previstos, nos desenhos de projetos e detalhes inerentes a cada obra e / ou serviço ou no Contrato de que faz parte, a CONTRATADA poderá interpor recurso junto à Diretoria de Obras da Administração para obter decisões superiores, caso se sinta prejudicada.

8. RESPONSABILIDADES

- Após a assinatura do Contrato, a Contratada assume inteira responsabilidade sobre os projetos executivos e detalhes apresentados para a obra, que será realizado concomitantemente a execução



da obra, não sendo admitida qualquer alegação quanto a omissões de ambos, que venham a onerar a obra.

- A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual será desenvolvido concomitantemente a execução das obras e serviços, desde que também autorizado pela Administração, conforme § 1º, do Art. 7º, da lei 8666 de 21 de junho de 1993.
- A Contratada deverá registrar no CREA, as Responsabilidades Técnicas da obra, referentes à execução da obra.
- A Contratada será responsável pela contratação de todo o pessoal necessário ao pleno desenvolvimento da obra / serviços e deverá cumprir as prescrições referentes às Leis Trabalhistas e da Previdência Social.
- A Contratada deverá proceder a retirada de licenças, alvará, habite-se e outros documentos. Caberá a Administração o fornecimento dos documentos legais de propriedade, e outros documentos necessários às licenças desta obra.

9. INÍCIO DAS OBRAS

- A CONTRATADA iniciará os trabalhos dentro do prazo fixado no respectivo Contrato e Ordem de Serviço expedida pela Administração.
- O início dos serviços definidos nos projetos complementares a cargo da CONTRATADA estará condicionado à autorização da FISCALIZAÇÃO.
- A execução da obra CONTRATADA será planejada e controlada através do cronograma físico-financeiro, elaborado pela CONTRATADA e submetido à FISCALIZAÇÃO, 10 (dez) dias após a liberação da Ordem de Serviço, para aprovação.

10. ORIENTAÇÃO GERAL E FISCALIZAÇÃO

- A Administração designará um Executor devidamente credenciado junto à CONTRATADA, com autoridade para exercer em nome do Proprietário, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e FISCALIZAÇÃO das obras / serviços contratados.
- As exigências da FISCALIZAÇÃO basear-se-ão nos projetos, especificações e nas regras de boa técnica. A CONTRATADA se comprometerá a dar à FISCALIZAÇÃO, no cumprimento de suas funções, livre acesso aos locais de execução dos serviços, bem como fornecer todas as informações e demais elementos necessários à execução da obra e serviços.

10.1 À fiscalização fica assegurado o direito de:

- Solicitar Diário de Obras, modelo Oficial, devidamente preenchido na obra;
 - a. Solicitar a retirada imediata da obra, do engenheiro, mestre ou qualquer operário que não corresponda técnica ou disciplinarmente às exigências. (A efetivação desta medida não implicará em modificação do prazo ou condições do Contrato);
 - b. Exigir o cumprimento de todos os itens das especificações;



c. Ordenar a suspensão das obras e serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que este tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data de emissão da ORDEM DE SERVIÇO correspondente, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado, ou em material posto na obra.

d. Todas as Ordens de Serviço ou quaisquer comunicações da FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA, ou vice-versa, serão registradas no Diário de Obras, podendo ainda ser transmitidas por escrito, em folha de papel ofício devidamente numerada e em duas vias, uma das quais ficará em poder da firma CONTRATADA e a outra com a Administração.

10.2 No diário de obras deverão constar as anotações:

a) Pela CONTRATADA:

- Condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
- Consultas à FISCALIZAÇÃO;
- Datas de conclusão de etapas, caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;
- Acidentes ocorridos na execução da obra ou serviço;
- Respostas às interpelações da FISCALIZAÇÃO;
- Eventual escassez de material que resulte em dificuldade para execução da obra e / ou serviço;
- Medições das etapas de obras e respectivos valores a serem faturados;
- Interrupções no fornecimento de energia elétrica e / ou água;
- Efetivo diário de operários presentes;
- Outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devam ser objeto de registro.

b) Pela FISCALIZAÇÃO:

- Preenchimento dos cabeçalhos;
- Atestado da veracidade dos registros previstos no item "a" anterior;
- Juízo formado sobre o andamento da obra / serviço, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
- Observações relativas aos registros efetuados pela CONTRATADA no Diário de Obras;
- Soluções às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA, com correspondência simultânea para a Administração;
- Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
- Determinação de providências para cumprimento dos termos do Contrato, dos projetos e especificações;
- Aprovação das medições para faturamento;
- Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho da FISCALIZAÇÃO.

11. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA



- Para perfeita execução e completo acabamento das obras e serviços, a CONTRATADA se obriga, sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda assistência técnica e administrativa necessária para imprimir andamento conveniente aos trabalhos.
- A CONTRATADA deverá manter à disposição das obras e serviços, engenheiros ou arquitetos, legalmente habilitados, além de auxiliares de comprovada competência.
- Caberá à CONTRATADA providenciar pessoal especializado para obtenção do acabamento desejado, bem como perfeita vigilância nos locais de execução das obras / serviços até sua entrega provisória.
- A CONTRATADA providenciará, sempre que solicitados, às suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, fornecimento de protótipos, bem como os reparos que se tornem necessários para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.
- A CONTRATADA deverá fornecer e manter no local da obra / serviço, um Diário de Obras onde serão obrigatoriamente registradas em 3 vias, com os cabeçalhos devidamente preenchidos com número de folhas suficiente para cobrir todo o período de execução da obra.
- A CONTRATADA deverá manter no escritório da obra, em ordem, cópias de todos os projetos, detalhes, alvará de construção e o presente Caderno de Especificações.
- A CONTRATADA será responsável por todas as instalações preliminares relacionadas à limpeza de terreno, fornecimento de água e luz, transporte, local para depósito de material e outros serviços que se fizerem necessários.
- Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA reparar quaisquer elementos que porventura sejam danificados em decorrência das obras aqui especificadas.

12. EQUIPAMENTO MECÂNICO, FERRAMENTAL E MÃO-DE-OBRA

Caberá à empresa CONTRATADA o fornecimento, por todo o período em que se fizer necessário, da totalidade do ferramental, mão-de-obra, máquinas e aparelhos, inclusive sua manutenção, substituição, reparo e seguro, visando o andamento satisfatório da obra e serviço e a sua conclusão no prazo fixado em Contrato.

13. RECEBIMENTO PROVISÓRIO DAS OBRAS E SERVIÇOS

13.1 O recebimento provisório das obras / serviços será feito após sua conclusão, mediante as seguintes condições:

- A pedido da CONTRATADA, até o último dia do prazo da obra / serviço fixado no Contrato;
- Pelo fiscal responsável pelo seu acompanhamento, pelo chefe da FISCALIZAÇÃO e pelo representante do órgão Contratante perante a Administração, dentro de um período máximo de 15 (quinze) dias corridos após a comunicação escrita da CONTRATADA, devidamente protocolada na Administração, comprovando-se a adequação do objeto aos termos contratuais;
- Conformidade da obra e serviço com o projeto e especificações;
- Após vistoria na qual não se encontrem defeitos e / ou imperfeições em todo o conjunto da obra / serviço;



- Ser emitido pelo Fiscal o Laudo de Vistoria, contendo todos os itens do contrato não cumpridos satisfatoriamente.

13.2 Após a entrega da obra pela contratada, deverá ser fornecido a administração os seguintes itens:

- 02 (dois) jogos de cópias em papel sulfite, devidamente assinados, bem como os respectivos CD's, devidamente identificados, sendo um em formato DWG ou DXF com a indicação do quadro de penas e um outro em formato PLT (padrão HP-GL/2), contendo todos os projetos inclusive, quando for o caso, o projeto "AS BUILT" (com todas as modificações havidas no decorrer da obra). No caso de obras e serviços em áreas urbanas legalizadas, situadas no Distrito Federal, os projetos deverão estar devidamente aprovados ou visados pelos órgãos competentes.
- Vencido o prazo estipulado para a conclusão da obra / serviço, caso a CONTRATADA não solicite seu recebimento, o fiscal deverá elaborar relatório informando sobre a situação da obra e serviço e quais as pendências ainda existentes para a sua conclusão. Após a ciência da Administração, o fiscal continuará responsável pelo acompanhamento das obras / serviços até o vencimento dos prazos legais, quando então serão aplicadas as multas em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, republicada no DOU de 06/07/94.

14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DAS OBRAS E SERVIÇOS

14.1 O recebimento definitivo das obras e serviços será feito mediante as seguintes condições:

- Até 90 (noventa) dias corridos, a contar da lavratura do Termo do Recebimento Provisório, observado o disposto no Art.69 da Lei nº 8666/93 e republicado no DOU de 06/07/94;
- Por Comissão designada pela Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, comprovando-se a adequação ao objeto do Contrato;
- Após entrega, pela CONTRATADA, a Administração, do Comprovante de quitação dos débitos perante a Previdência Social.
- Com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, fica estabelecido, a partir da data de sua emissão, o compromisso da CONTRATADA com o cumprimento do prazo irredutível de 5 (cinco) anos, mencionados no artigo 618 caput e parágrafo único – Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Art. 618. - Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

Parágrafo único. Decairá do direito assegurado neste artigo o dono da obra que não propuser a ação contra o empreiteiro, nos cento e oitenta dias ao aparecimento do vício ou defeito.

15. SEGUROS E ACIDENTES

- Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade de quaisquer acidentes durante a execução das obras / serviços contratados, bem como as indenizações que possam vir a ser devida a terceiros por fatos relacionados com as obras / serviços, ainda que ocorridos fora do canteiro.
- A CONTRATADA se obriga a cumprir todas as exigências das Normas Regulamentares (NR) aprovada pela Portaria nº 3214 de 08/06/1978 e em especial a NR-18 que trata das CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO.



15.1 SEGUROS E ACIDENTES

A contratada deverá atender à Lei nº 6514 de 22.12.77 - à segurança e medicina do trabalho:

Art. 162 - As empresas, de acordo com as normas a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, estarão obrigadas a manter serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho. (SESMET)

Art. 163 - Será obrigatória a constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), de conformidade com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, nos estabelecimentos ou locais de obras nelas especificadas.

NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

NR-4 - O dimensionamento do SESMET vincula-se à gradação do risco da atividade principal e ao número total de empregados do estabelecimento constantes dos Quadros I e II desta norma. (aplicado somente para empresas que possuam acima de 50 empregados).

NR-5 - A CIPA será composta de representantes do empregador e dos empregados, de acordo com as proporções mínimas estabelecidas no Quadro I desta norma. (Aplicado somente às empresas que para execução do contrato, possuam acima de 50 empregados).

- Caberá à CONTRATADA manter no canteiro de obras, material necessário à prestação de primeiros socorros, guardado em local adequado, e aos cuidados de pessoas treinadas para esse fim.

16. PENALIDADES

O não cumprimento das obrigações a serem assumidas em razão deste procedimento, sujeitará a licitante adjudicatária, garantida a prévia defesa, até no máximo 05 (cinco) dias úteis, sanções, nos termos do Decreto nº 26.851, de 30/05/2006 "Anexo XXIII", e alterações posteriores e conforme previsto no "Capítulo X - Penalidades" do Edital.

17. PRÁTICA GERAL

a) A execução da obra e/ou serviço obedecerá às normas e métodos previstos na ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, considerando-se as indicações contidas no projeto de arquitetura e nos projetos complementares, nos detalhes e nestas especificações.

b) A CONTRATADA será inteira e exclusivamente responsável pelo uso ou emprego de material, equipamento, dispositivo, método ou processo eventualmente patenteado a empregar-se e incorporar-se na obra, cabendo-lhe, pois, pagar os royalties devidos e obter as permissões ou licença de utilização.

c) A CONTRATADA tomará todas as providências para o perfeito armazenamento e respectivo acondicionamento dos materiais a fim de preservar a sua natureza, evitando a mistura com elementos estranhos.

17.1 Conforme instruções da administração, toda e qualquer sugestão da contratada visando modificar o projeto, especificações de materiais, as quantidades ou trocas de serviços após a assinatura do contrato, deverá ser encaminhada à fiscalização, em 02 (duas) vias, ao mesmo tempo em que deverá fornecer:

- Composição de custos com as quantidades e preços da proposta da Licitação;



- Justificativa técnica e comercial para as razões das alterações;
- Fornecer documentos comprovando a impossibilidade do fornecimento do material especificado por parte do fabricante;
- Anexar Coleta de preços do material considerado equivalente com proposta de três fornecedores;
- Fornecer documentos de análise técnica dos materiais por órgãos oficiais, quando solicitado pela
- À Contratada, fica vetado o atendimento a qualquer solicitação de modificação, durante a execução das obras, proveniente de pessoas não autorizadas.
- Para qualquer obra/serviço mal executado, a Fiscalização da ADMINISTRAÇÃO, reservar-se-á o direito de modificar, mandar refazer, substituir da forma e com os materiais que melhor lhe convierem, sem que tal fato acarrete solicitação de ressarcimento financeiro por parte da Contratada, nem extensão do prazo para conclusão da obra.
- Compete à Contratada a execução, às suas expensas, de todo e qualquer serviço necessário à completa execução e perfeito funcionamento do objeto da licitação, mesmo quando o projeto e/ou Caderno de Especificações e Encargos apresentarem dúvidas ou omissões que possam trazer embaraços ao seu perfeito cumprimento.
- Não caberá à Contratada, alegação de desconhecimento ou omissões em orçamento.

17.2 A contratada responsabilizar-se-á por:

- Não observância das técnicas estatuídas no Decreto 92.100 de 10/12/85, MARE; Falta de execução global dos serviços executados;
- Falta de segurança e perfeição das obras e serviços realizados e sua consequente demolição e reconstrução solicitadas pela Fiscalização e pelo Autor do projeto;
- Danos ou prejuízos causados direta ou indiretamente ao Governo do Distrito Federal, ou a terceiros;
- Infrações ou multas decorrentes da inobservância de quaisquer regulamentos ou legislação específica vigentes no Distrito Federal, no que se refere aos serviços contratados.
- Todos os materiais a empregar na obra serão novos, comprovadamente de primeira qualidade e satisfarão rigorosamente às condições estipuladas pelas normas da ABNT e por estas especificações.
- Cada lote ou partida de material deverá, além de outras averiguações, ser submetido à apreciação e aprovação da Fiscalização da ADMINISTRAÇÃO, quer através do próprio material, quer através de catálogos técnicos.
- As amostras dos materiais aprovadas pela Fiscalização, depois de convenientemente autenticadas por esta e pela Contratada, deverão ser cuidadosamente conservadas no canteiro de obras até o fim dos trabalhos, de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência aos materiais fornecidos ou já empregados.

18. ADEQUAÇÃO A LEI N° 4.770/2012.

Em conformidade com a Lei n° 4.770/2012, estabelece que a empresa ganhadora deverá tomar ciência no mesmo e aplicá-lo na referida obra no que se refere a promoção do desenvolvimento sustentável do Distrito Federal abaixo esta lista alguns procedimentos julgados necessários:



- a) Ações de sustentabilidade e responsabilização pelo descarte correto dos restos de materiais retirados e/ ou utilizados na obra (ecopontos). Atentando a Resolução n° 307/2002 do CONAMA, que define “diretrizes, critérios e procedimentos para gestão dos resíduos da construção civil, disciplinando as ações necessárias de forma a minimizar os impactos ambientais.
- b) Evitar ao máximo impermeabilizar superfícies sobre o terreno natural remanescente, para não causar diminuição da capacidade de infiltração de água pelo solo.
- c) Realizar sistematicamente: medições de emissões de CO² e ruídos em máquinas, veículos e equipamentos; observar sistematicamente se não ocorrem vazamento.
- d) Realizar projeto do canteiro: reduzir ao mínimo a ocupação do terreno destinada ao armazenamento de materiais; evitar a ocupação de áreas ambientalmente valiosas.
- e) Não realizar troca de óleo de veículos no canteiro de obras; no caso da necessidade de abastecimento de veículos no canteiro, prever área específica com piso adequado.
- f) Considerar, ao definir o tipo de madeira a ser utilizado, as características das peças a serem detalhadas para adequar o projeto às medidas das peças disponível no mercado com o objetivo de evitar perdas por cortes e emendas desnecessárias;
- g) Caso seja necessário, instalar medidores de água e luz nas áreas de produção (incluindo nas frentes de trabalho) e de vivência, de modo a conhecer o consumo e combater os desperdícios;
- h) Instalar, nas áreas de vivência, sistemas alternativos (tanques, galões) que permitam o uso eficiente de água e energia, responsabilizando os operários pela boa utilização dos mesmos;
- i) Promover campanha de conscientização e estabelecer política de inspeção, para evitar todo desperdício de água (identificação de vazamentos, torneiras deixadas abertas, reservatório com boias desreguladas, etc).
- j) Optar por máquinas, equipamentos e ferramentas economizadores de energia;
- k) Zelar para que não haja consumo desnecessário de eletricidade (luzes mantidas acesas em áreas administrativas e de vivência, banhos longos em chuveiros elétricos, aparelho de ar condicionado funcionando ininterruptamente, etc.);
- l) Utilizar lâmpadas compactas fluorescentes;

19. ESTIMATIVA DE CUSTO (PESQUISA DE MERCADO)

As despesas constantes deste Projeto Básico foram estimadas em **R\$ 2.296.048,99 (Dois milhões, duzentos e noventa e seis mil quarenta e oito reais e noventa e nove centavos)**, com base na pesquisa das tabelas do SINAPI referente ao mês de maio de 2023, anexadas a este processo, conforme “Anexo V” do presente Edital.

20. PAGAMENTO

Os serviços serão pagos de acordo com a (s) medição (ões), conforme apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada pela CONTRATANTE. Os valores estimados para esta contratação foram elaborados mediante ampla pesquisa mercadológica e tabela referencial SINAPI, data base MAI/23. No preço ofertado, além de estar comparável com o de mercado, deverão estar inclusos todos os custos necessários, tais como: equipamentos necessários, impostos, tributos, custos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, frete, deslocamento de pessoal e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do item.



A Fiscalização da CONTRATANTE deverá elaborar medição dentro dos períodos do cronograma, e terá acesso aos serviços, podendo solicitar correções, esclarecimentos e outras informações que julgarem necessárias, condicionando-se o pagamento ao pleno atendimento dos serviços apresentados.

As condições referentes aos pagamentos estão disciplinadas no "Capítulo XI - Pagamento" do Edital.

20.1 CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA - CPRB

O Licitante deverá levar em consideração *que há inclusão da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB - no importe de 4,5% (Lei Federal n. 12.546/2011), que trata da desoneração tributária em razão da existência da contribuição previdenciária substitutiva (CPRB) para o setor de construção civil e de construção civil de obras de infraestrutura, conforme os artigos 7º a 9º da Lei nº 12.546/2011 (Plano Brasil Maior), devendo as licitantes observarem tal questão quando da elaboração de suas propostas e detalhamento do BDI.*

21. MODALIDADE DE LICITAÇÃO

- A modalidade de licitação vai ser feita por tomada de preço, conforme inciso **II** do artigo 22 da Lei nº 8.666/93.
- Regime de contratação se dar por empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total, conforme Art. 6º, VIII, em sua alínea a, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

22. DA SUBCONTRATAÇÃO / SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA

A subcontratação compulsória de entidades preferenciais será permitida nos limites entre o mínimo de 5% (cinco por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto, a fim de atender o disposto no art. 27 da Lei Distrital nº 4.611, de 09 de agosto de 2011, pois não representará prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Conforme posicionamento mais recente do TCDF na sua Decisão nº 4269/2014, não serão passíveis de subcontratação os serviços para os quais foram exigidos atestados na fase de qualificação técnica, dispostos na Planilha de Especificação de Itens de Maior Relevância, constante no item "QUALIFICAÇÃO TÉCNICA" do Caderno de Encargos Gerais.

Para os demais itens da planilha orçamentária não há impedimentos para a subcontratação compulsória.

23. DISPOSIÇÕES FINAIS

Canteiro de obras: Se dará por meio de instalação de contêiner, que deverão ser devidamente removidos da obra, após o seu término, juntamente com todos os materiais e equipamentos, assim como peças remanescente e sobras de materiais, ferramentas e acessórios, conforme caderno de especificações.



Consumo de Água, Esgoto, Energia Elétrica: A empresa a ser contratada arcará com todas as despesas relativas às ligações provisórias e consumo de Água, Esgoto, e energia elétrica, junto as respectivas concessionárias de Serviços Públicos.

Proteção e Sinalização: A empresa a ser contratada deverá manter a área totalmente isolada, de acordo com as normas do código de edificações do Distrito Federal.

Fauna e Flora: A empresa contratada deverá manter intacta a fauna e a flora respeitando as delimitações existentes do campo de várzea, assim, como as suas dependências de piso (calçadas) e mobiliário (arquibancada), dessa forma fica estritamente proibida a erradicação de qualquer indivíduo arbóreo e o manejo animal de qualquer espécie que seja.

O transporte e deslocamento de materiais e equipamentos seguirão orientações em prancha do projeto, devendo a empresa contratada limitar-se ao trecho de entrada e saída da obra, conforme indicado, de tal maneira que, não acarrete qualquer dano de cunho ambiental e/ou equipamentos já existente (calçadas, rampa). Deverá a empresa contratada ao providenciar esse acesso, recompor as intervenções de rebaixamento de meio fio e reconstrução de calçadas, já previstas em planilha orçamentária.

Placas: Caberá à empresa a ser contratada o fornecimento e instalação de 01 (uma) placa de identificação da obra padrão GDF, uma placa de 4,00 x 3,00 m, padrão NOVACAP do Distrito Federal.

Elaborado por:

ASSINADO DIGITALMENTE DOC. SEI Nº 118368156

Jeilson Oliveira dos Santos

Engenheiro Civil CREA nº 27922/D-DF

Coordenador de Licenciamento Obras e Manutenção - COLOM

Matrícula 1.711.523-X

ASSINADO DIGITALMENTE DOC. SEI Nº 118368156

Arthur Mangabeiro Soares Leonço

Engenheiro Civil CREA nº 23256/D-DF

Diretor de Aprovação e Licenciamento - DIALIC

Matrícula 1.689.693-9

De acordo,

Considerando a Informação Técnica n.º 16/2020 - IBRAM/PRESI/SUCON/DIRUC-
I Doc. SEI [46571707](#)



Considerando que todos os projetos estão de acordo com o Código de Obras do Distrito Federal Lei nº 6.138/2018 – foi regulamentado pelo Decreto nº 39.272 e com a normas viárias e aos conceitos e parâmetros para o dimensionamento de sistema viário urbano do Distrito Federal, para o planejamento, elaboração e modificação de projetos urbanísticos, previstas no art. 20, da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009 e regulamentadas pelo Decreto nº 38.047, de 09 de março de 2017, manifestação da área técnica por intermédio do Despacho SEI-GDF RA-XIV/COLOM/DIALIC/GEAPRO ([62797347](#)).

Considerando que as obras previstas estão alinhadas ao Planejamento Estratégico do Governo 2019 -2060, eixos Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, pois compreende o conjunto de serviços que contribuem para a infraestrutura urbana, à mobilidade, até a convivência no território, bem como à preservação e proteção ambiental.

Considerando as justificativas constantes no presente processo básico, item nº2, **DECLARO** que a obra de implantação da praça denominada “*Campo Sintético do Parque Distrital do Bosque*” situada no Parque Distrital do Bosque, São Sebastião/DF é de **INTERESSE PÚBLICO** e **APROVO** o presente Projeto Básico, amparado no art. 7º, inciso, § 2º item I da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Aprovo o presente Projeto Básico, amparado no art. 7º, inciso, § 2º item I da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ASSINADO DIGITALMENTE DOC. SEI Nº 118368156

Roberto Medeiros Santos
Administrador Regional de São Sebastião
Matrícula 1.710.695-8



PROJETO BÁSICO – CONTINUAÇÃO

MATERIAIS E SERVIÇOS

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES (DOC. SEI N° 118368326) **ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO – RA XIV**

ELABORADO POR: JEILSON OLIVEIRA DOS SANTOS - ENGENHEIRO CIVIL - CREA 27922/D-DF - MATRICULA 1.711.523-X e ARTHUR MANGABEIRO SOARES LEONÇO - ENGENHEIRO CIVIL - CREA 23256/D-DF - MATRÍCULA 1.689.693-9.

OBJETO: Contratação de empresa para execução da obra de construção do Campo Sintético do Bosque” localizada no Parque Distrital do Bosque - São Sebastião - DF, com área total de 6.010m² (seis mil e dez metros quadrados).

LOCAL: PARQUE DISTRITAL DE SÃO SEBASTIÃO, BAIRRO DO BOSQUE - SÃO SEBASTIÃO/DF.

Os assuntos aqui tratados obedecem à Lei no. 8.666 de 21/06/93, republicada no DOU - Diário Oficial da União em 06 de julho de 1994, e Decreto 92100 de 10/12/85 atualizada pela Portaria nº 2.296 do MARE - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, publicada no DOU de 31 de julho de 1997.

CARACTERÍSTICAS DA OBRA

O presente trabalho compõe-se dos seguintes serviços:

- Serviços preliminares de locação de obra;
- Limpeza superficial;
- Movimentação de Solo;
- Execução de drenagem enterrada;
- Execução de base drenante;
- Execução de campo em grama sintética;
- Execução de Alambrado;
- Execução de arquibancada;
- Execução de calçadas;
- Execução de tubulação e PV para águas pluviais em tubos de concreto.

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS (numeração de itens de acordo com Portaria 2.296 de 29/07/97 – MARE)

01.00.000– SERVIÇOS TÉCNICOS – PROFISSIONAIS

01.06.000 PLANEJAMENTO E CONTROLE



Fica o engenheiro responsável técnico pela execução da obra, obrigado a cumprir um mínimo de quatro horas diárias de permanência na obra, conforme especificação da planilha orçamentária item 1.2.

01.01.000 – ESTUDOS E PROJETOS

01.01.500 – PROJETO EXECUTIVO

A. Após a assinatura do Contrato, a Contratada assume inteira responsabilidade sobre os projetos executivos e detalhes apresentados para a obra, que poderão ser elaborados concomitantemente com a execução da obra, não sendo admitida qualquer alegação quanto a omissões de ambos, que venham a onerar a obra.

B. A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, desde que também autorizado pela Administração, conforme § 1º, do Art. 7º, da lei 8666 de 21 de junho de 1993.

C. A Contratada responsabilizar-se-á pela plena concordância entre os projetos complementares e os projetos de arquitetura e detalhes.

D. Os projetos deverão obedecer às Normas da ABNT e serem regularizados junto aos órgãos competentes e posteriormente submetidos ao aceite da Administração, adequando-se às novas necessidades previstas.

E. Deverá ser mantido na obra, em bom estado, um jogo completo de cópias de todos os projetos e detalhes, bem como estas especificações, à disposição da Fiscalização da Administração Regional de São Sebastião.

F. Todas as pranchas de detalhes e indicações dos materiais serão obedecidas, mesmo quando não referidas nestas especificações.

01.03.504 – PROJETO DE ARQUITETURA E ELEMENTOS DE URBANISMO

A Administração fornecerá aos Licitantes as seguintes plantas:

A. A Contratante fornecerá todos os projetos de arquitetura básicos, projeto de fundações (caso haja), estruturas de concreto armado, projetos de urbanização, Caderno de Encargos e Caderno de Especificações – Padrão, responsabilizando-se a CONTRATADA, pela elaboração de projetos complementares, se necessários ao OBJETO do Contrato;

B. Após a assinatura do Contrato, a CONTRATADA assume inteira responsabilidade sobre os projetos apresentados, não sendo admitida qualquer alegação quanto às omissões, que venham a onerar a obra;

C. A contratada responsabilizar-se-á pela plena concordância entre os projetos complementares e os projetos de arquitetura e detalhes;

D. Deverá ser mantido na obra, em bom estado, um jogo completo de cópias de todos os projetos e detalhes, bem como estas especificações, à disposição da Fiscalização da Administração.

01.01.300 – DESPESAS LEGAIS



A. Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas legais relativas às obras e seu funcionamento, tais como, licenças, emolumentos, registros em cartório, impostos federais, estaduais e municipais, de responsabilidade civil, contratos e outros referentes à legislação.

02.00.000 – SERVIÇOS PRELIMINARES

02.01.000 - CANTEIRO DE OBRAS

02.01.101 – ALUGUEL DE CONTAINER

A. A contratada deverá instalar dois contêineres metálicos para escritório, com sanitário e depósito, com infraestrutura de instalações elétrica, hidráulica, esgoto e outros que se façam necessárias.

B. Ao término da obra / serviços serão desmontados ou demolidos todos os elementos provisórios que foram utilizados como: tapumes, barracão e container.

C. Serão devidamente removidos da obra, após o seu término, todos os materiais e equipamentos, assim como peças remanescentes e sobras de materiais, ferramentas e acessórios.

D. A Contratada deverá manter o canteiro de obras totalmente isolado, de acordo com as normas do Código de Edificações do Distrito Federal, e zelando pela manutenção de condições de higiene e segurança do conjunto.

02.01.400 - PROTEÇÃO E SINALIZAÇÃO

A. A Contratada deverá manter o canteiro de obras totalmente isolado, de acordo com as normas do Código de Edificações do Distrito Federal, e zelando pela manutenção de condições de higiene e segurança do conjunto.

B. Caberá à Contratada o fornecimento e instalação de 01 (uma) placa de identificação da obra, medindo 4,00 x 3,00m afixada em local com total visibilidade, em conformidade com a indicação da Fiscalização: de acordo com as normas do CREA/DF e padrão GDF.

02.01.400 – LOCAÇÃO DE OBRAS

A. A locação da obra será de responsabilidade da Contratada juntamente com a Fiscalização da Contratante.

B. A ocorrência de erro na locação da obra implicará para a Contratada na obrigação de proceder, por sua conta, as modificações, demolições e reposições que se tornarem necessárias, a juízo da Fiscalização.

02.02.300 – REGULARIZAÇÃO E ATERRO

A regularização será feita onde for necessária implantação conforme indicado no projeto, pare regularização de base para execução de nova calçada ou base para instalação de equipamento.

02.04.200 CORTES

02.04.201 EM MATERIAL DE 1ª CATEGORIA



Deverá ser executado corte de solo para regularização do terreno, com serviço acompanhado por topografia e mestre de obras, conforme especificação do projeto de arquitetura.

A implantação do maciço será iniciada com os serviços de terraplenagem e com o nivelamento e regularização do terreno. Após a colocação do primeiro nível, será realizada a compactação da primeira camada de aterro, e assim sucessivamente, até a cota final de projeto. O grau de compactação e o desvio de umidade em relação à umidade ótima do aterro deverão ser controlados.

02.04.300 ATERRO COMPACTADO

Deverá ser previsto aterro onde necessário, como também deverá ser previsto solo a ser trazido de cascalheira.

O terreno destinado ao projeto será inicialmente limpo de todo o material prejudicial ao desenvolvimento da obra, removendo-se tocos, materiais não biodegradáveis, materiais ferruginosos e outros (caso haja). Os entulhos e pedras serão removidos. Em hipótese alguma será aceito a utilização do processo de aterro com entulhos, o nível final do terreno deverá coincidir com o indicado no projeto.

02.05.600 DRENAGEM A CÉU ABERTO E TUBOS DRENANTES

- DRENAGEM (TUBULAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS EM CONCRETO)

A drenagem das águas pluviais utilizada para captação e redirecionamento de fluxo hidráulico será realizada por valetas de seção retangular, com o uso de retroescavadeira, sendo a tubulação prevista em concreto armado. Os serviços estarão concluídos se, em virtude do enchimento dos vazios e da compressão, a base ou sub-base adquirir o máximo de estabilidade, pois, haverá a destinação de passeios (calçadas) sobre a rede, onde os ganhos de estabilidade da base ou sub-base serão evidenciados pelo decréscimo da movimentação dos fragmentos do agregado graúdo, sob a ação das rodas do compressor ou compactador. Durante todo o período de construção da base ou sub-base de macadame hidráulico, os materiais e serviços serão protegidos contra a ação destrutiva das águas pluviais, do trânsito e de outros agentes que possam danificá-los.

- DRENAGEM (TUBULAÇÃO DA BASE DRENANTE EM TUBO PEAD 100MM - PERFURADO)

A drenagem das águas pluviais utilizada para captação e redirecionamento de fluxo hidráulico será executada em tubo corrugado perfurado, material PEAD de 100mm de diâmetro, que deverá ser envolto em toda sua circunferência por manta do tipo geotêxtil, não tecido 100% Poliéster, resistência a tração de 9 kn/m (rt - 9).

Para que não haja a infiltração de águas pluviais diretamente no solo, a Contratada deverá instalar lona plástica preta, e= 150 micra por todo o perímetro do campo sintético. Afim de executar a vala de coleta de águas pluviais, deverá a contratada seguir indicações em projetos, e de forma fiel manter as espessuras das camadas de agregados previstas em projeto.

Camadas definidas da base drenante, iniciando-se pela última:

- a) Uma demão de emulsão asfáltica aniônica;
- b) 1ª camada - pó de pedra na espessura de 2 cm;
- c) 2ª camada - brita zero ou pedrisco na espessura de 2 cm;



- d) 3ª camada - brita 1 na espessura de 4 cm;
- e) 4ª camada - brita 2 na espessura de 5 cm (sobre a drenagem enterrada).

04.04.304 GRAMAS

GRAMA SINTÉTICA

Grama sintética em rolo, com fios de 52mm de altura e gramatura mínima de 1,8kg/m², na cor verde, demarcação de linhas na cor branca, e circulação na cor azul, acrescida de borracha e areia fina lavada, inclusive mão-de-obra especializada para execução de serviços, fornecimento e instalações.

03.02.000 ESTRUTURAS DE CONCRETO

Deverá ser executado viga baldrame para fixação da base dos alambrados os quais deverão estar chumbados na estrutura de concreto armado, com dimensões de 20X30cm. O nível de topo do baldrame deverá estar alinhado em toda sua extensão, sendo seu acabamento final juntamente com a grama. não permitindo em hipótese alguma rebarbas que possam acumular águas pluviais.

E se tratando do aço aplicado na estrutura da viga baldrame, as armaduras positivas/negativas deverão ser executadas usando AÇO CA 50 10,00mm e estribos em AÇO CA 50 6,3mm.

Deverá ainda, executar a escavação do tipo broca, com 0,80m de profundidade e diâmetro de 0,20m, onde serão chumbados todas as peças do alambrado, inclusive os reforços de braço de alavanca (mão francesa).

ARQUIBANCADA

Executada em alvenaria de vedação de blocos vazados de concreto de 14x19x39 cm (espessura 14 cm) e argamassa de assentamento com preparo em betoneira. sendo que s blocos de concreto serão de procedência conhecida e idônea, bem curados, compactos, homogêneos e uniformes quanto à textura e cor, isentos de defeitos de moldagem, como fendas, ondulações e cavidades. Deverão apresentar arestas vivas e faces planas. As nervuras internas deverão ser regulares e com espessura uniforme. Suas características técnicas serão enquadradas nas especificações das Normas NBR 7173 e NBR 6136. Se necessário, especialmente nas alvenarias com função estrutural, os blocos serão ensaiados de conformidade com os métodos indicados na norma. O armazenamento e o transporte dos blocos serão realizados de modo a evitar quebras, trincas, lascas e outras condições prejudiciais.

CONJUNTO DE BALIZADORES (TRAVES)

Conjunto de traves para futebol oficial de 7,32 x 2,44m, com travessas de reforço e rede em polietileno fio 4 mm. A estrutura das balizas deverá ser em tubo de aço carbono de 4" com requadro em tubo de 1", incluindo fundo preparador primer e pintura a óleo em 2 demãos, deverá ser fixada em solo.



ALAMBRADO

Alambrado para quadra poliesportiva, estruturado por tubos de aço galvanizado, (montantes com diâmetro 2" classe média, DN 2", E = *3,65* mm, peso *5,10* kg/m (NBR 5580), travessas e braço de alavanca com diâmetro 1 ¼ tubo aço galvanizado com costura, classe média, DN 1.1/4", e = *3,25* mm, peso *3,14* kg/m (NBR 5580), com tela de arame galvanizado, fio 10 bwg e malha quadrada 5x5cm

Os quadrantes deverão ser executados, conforme dimensões especificadas em projeto de arquitetura;

Para fixação deverá ser executada viga baldrame conforme planilha orçamentária que circunda todo o perímetro do campo.

Deverá ser acrescentado "mão de força" conforme projeto, e estrutura com AÇO CA 50 6,3mm para amarração de tela de alambrado, soldado a cada 20cm.

Terá dois portões de 1,20x2,10m cada, com tela de arame galvanizado, fio 10 bwg e malha quadrada 5x5cm, emoldura em tubos de aço, com uma folha de abrir, incluindo ferragens (dobradiças e ferrolhos).

TALUDE

O talude de aterro deverá receber o plantio de grama do tipo placas.

04.05.000 – PASSEIO

Deverão ser feitas calçadas conforme indicadas em projeto de concreto não armado, de 8cm de espessura, construída sobre a base devidamente preparada e compactada, que acompanhará a inclinação do terreno, deverá ser espalhada uma camada de agregado do tipo brita (5cm), também compactada, a fim de facilitar o trabalho de concretagem, sendo em todos os seus contornos a instalação de meio-fio ou guia de concreto, pré-moldado, comprimento 1 m, *30 x 12/15* cm (H X L1/L2).

Concluídas as operações de concretagem, o acabamento deverá ser do tipo liso om máquina polidora e execução de juntas de dilatação a cada 2(dois) metros, na cor natural.

09.00.000 – SERVIÇOS COMPLEMENTARES

09.02.000 - LIMPEZA DA OBRA

- A. Remover devidamente todos os materiais e equipamentos, assim como as peças remanescentes e sobras utilizáveis de materiais, ferramentas e acessórios.
- B. Proceder à remoção de todo o entulho da obra, deixando-a completamente desimpedida de todos os resíduos de construção, bem como cuidadosamente varridos os seus acessos.
- C. Limpar os elementos de modo a não danificar outras partes ou componentes da construção.
- D. Dedicar particular cuidado na remoção de quaisquer detritos ou salpicos de argamassa endurecida das superfícies.



E. Para assegurar a entrega do campo sintético em perfeito estado, a CONTRATADA executará todos os arremates que julgar necessários e os que a FISCALIZAÇÃO determinar.

ASSINADO DIGITALMENTE DOC. SEI Nº 118368326

Jeilson Oliveira dos Santos
Engenheiro Civil CREA nº 27922/D-DF
Coordenador de Licenciamento Obras e Manutenção - COLOM
Matrícula 1.711.523-X

ASSINADO DIGITALMENTE DOC. SEI Nº 118368326

Arthur Mangabeiro Soares Leonço
Engenheiro Civil CREA nº 23256/D-DF
Diretor de Aprovação e Licenciamento - DIALIC
Matrícula 1.689.693-9

De acordo,

Aprovo o presente Projeto Básico, amparado no art. 7º, inciso, § 2º item I da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ASSINADO DIGITALMENTE DOC. SEI Nº 118368326

Roberto Medeiros Santos
Administrador Regional de São Sebastião
Matrícula 1.710.695-8



PROJETO BÁSICO – CONTINUAÇÃO

PROJETO BÁSICO CADERNO DE ENCARGOS GERAIS (DOC. SEI N° 118953325)

“CONSTRUÇÃO DE CAMPO SINTÉTICO” PARQUE DISTRITAL DE SÃO SEBASTIÃO DISTRITO FEDERAL

Os assuntos aqui tratados obedecem à Lei no. 8.666 de 21/06/93, republicada no DOU – Diário Oficial da União em 06 de julho de 1994, e Decreto Lei N.º 92.100 de 10/12/1985 atualizada pela Portaria n° 2.296 do MARE – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, publicada no DOU de 31 de Julho de 1997.

OBJETO

Contratação de empresa para execução da obra de construção do Campo Sintético de São Sebastião” localizado no Parque Distrital de São Sebastião - São Sebastião - DF, com área total de 6.010m² (seis mil e dez metros quadrados).

O presente trabalho compõe-se dos seguintes serviços:

- Serviços preliminares de locação de obra;
- Limpeza superficial;
- Movimentação de Solo;
- Execução de drenagem enterrada;
- Execução de base drenante;
- Execução de campo sintético;
- Execução de Alamedado;
- Execução de arquibancada;
- Execução de calçadas;
- Execução de tubulação e PV para águas pluviais.

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Os quantitativos apresentados na planilha da Administração, deverão ser tomados como definitivos haja vista que subsidiam a compreensão do conjunto das Obras e / ou Serviços a serem executados, e os preços unitários foram colhidos na Tabela de Preços de Serviços e Insumos – SINAPI maio/2023 - fornecidos pela CEF – Caixa Econômica Federal, CREA/DF e cotações mercadológicas.

CONTRATO



O presente caderno de Encargos Gerais fará parte integrante do Contrato, valendo como se fosse nele efetivamente transcrito.

ESTUDO E CONFERÊNCIA PRELIMINAR DE DOCUMENTOS

A empresa licitante deverá, antes da licitação:

1. Vistoriar o local da obra e / ou serviços objeto da licitação, devendo verificar todos os seus aspectos quantitativos e qualitativos, bem como as condições necessárias para sua execução, tais como características de acesso, topografia, condições do terreno etc.
2. Emitir Declaração de Vistoria, conforme modelo anexo ao Edital, assinada por Responsável Técnico da empresa, expressando inteiro conhecimento das condições a que se refere o item anterior.
2. Compete à empresa licitante fazer minucioso estudo, verificação e comparação de todos os desenhos dos projetos arquitetônicos, dos detalhes, das especificações e dos demais componentes integrantes da documentação técnica fornecida pela ADMINISTRAÇÃO para a execução da obra e / ou serviços.
3. Dos resultados desta verificação preliminar, que será feita antes da licitação da obra e serviços deverá a licitante dar imediata comunicação por escrito a Administração, apontando dúvidas e / ou irregularidades que tenha observado, inclusive sobre qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, de forma a serem sanados os erros, omissões ou discrepâncias que possam trazer embaraços ao perfeito desenvolvimento das obras e serviços.
4. Após a assinatura do Contrato ficará pressuposta a concordância tácita de todos aqueles documentos constantes do item 1, não cabendo qualquer alegação posterior sobre divergências entre os mesmos.

DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÕES.

1. Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos contratuais, fica estabelecido que:
 - a. Em caso de divergências entre a Planilha Orçamentária da Administração e o Caderno de Especificações, prevalecerá este último;
 - b. Em caso de divergências entre os desenhos dos projetos complementares a cargo da CONTRATADA e o Caderno de Especificações, prevalecerá sempre este último;
 - c. Em caso de divergências entre as cotas dos desenhos e suas dimensões medidas em escala, a FISCALIZAÇÃO, sob consulta prévia, definirá as dimensões corretas;
 - d. Em caso de divergências entre os desenhos de escalas diferentes, prevalecerão sempre os de maior escala;
 - e. Em caso de divergências entre os desenhos de datas diferentes, prevalecerão sempre os mais recentes;
 - f. Em caso de divergências entre o Caderno de Especificações e as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), prevalecerão sempre estas últimas;



g. Em caso de dúvidas quanto à interpretação de quaisquer desenhos e das prescrições contidas no Caderno de Especificações, será consultada a FISCALIZAÇÃO da Administração;

h. Não caberá à CONTRATADA alegação de desconhecimento ou omissões em orçamento.
RECURSOS E ARBITRAGENS

I) Para qualquer decisão da FISCALIZAÇÃO sobre assuntos não previstos, nos desenhos de projetos e detalhes inerentes a cada obra e / ou serviço ou no Contrato de que faz parte, a CONTRATADA poderá interpor recurso junto à Diretoria de Obras da Administração para obter decisões superiores, caso se sinta prejudicada.

LICENÇAS E FRANQUIAS

1. A Contratada deverá registrar no CREA, as Responsabilidades Técnicas da obra, referentes à execução da obra.

2. A Contratada será responsável pela contratação de todo o pessoal necessário ao pleno desenvolvimento da obra / serviços e deverá cumprir as prescrições referentes às Leis Trabalhistas e da Previdência Social.

3. A Contratada deverá proceder a retirada de licenças, alvará, habite-se e outros documentos. Caberá a Administração o fornecimento dos documentos legais de propriedade, e outros documentos necessários às licenças desta obra.

INÍCIO DAS OBRAS

1. A CONTRATADA iniciará os trabalhos dentro do prazo fixado no respectivo Contrato e Ordem de Serviço expedida pela Administração.

2. O início dos serviços definidos nos projetos complementares a cargo da CONTRATADA estará condicionado à autorização da FISCALIZAÇÃO.

3. A execução da obra CONTRATADA será planejada e controlada através do cronograma físico-financeiro, elaborado pela CONTRATADA e submetido à FISCALIZAÇÃO, 10 (dez) dias após a liberação da Ordem de Serviço, para aprovação.

4. A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual será desenvolvido concomitantemente a execução das obras e serviços, desde que também autorizado pela Administração, conforme § 1º, do Art. 7º, da lei 8666 de 21 de junho de 1993.

5. Após a assinatura do Contrato, a Contratada assume inteira responsabilidade sobre os projetos executivos e detalhes apresentados para a obra, que será realizado concomitantemente a execução da obra, não sendo admitida qualquer alegação quanto a omissões de ambos, que venham a onerar a obra.

ORIENTAÇÃO GERAL E FISCALIZAÇÃO

1. A Administração designará um Executor devidamente credenciado junto à CONTRATADA, com autoridade para exercer em nome do Proprietário, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e FISCALIZAÇÃO das obras / serviços contratados.

2. As exigências da FISCALIZAÇÃO basear-se-ão nos projetos, especificações e nas regras de boa técnica. A CONTRATADA se comprometerá a dar à FISCALIZAÇÃO, no cumprimento de suas



funções, livre acesso aos locais de execução dos serviços, bem como fornecer todas as informações e demais elementos necessários à execução da obra e serviços.

3. À FISCALIZAÇÃO fica assegurado o direito de:

- Solicitar Diário de Obras, modelo Oficial, devidamente preenchido na obra;
- Solicitar a retirada imediata da obra, do engenheiro, mestre ou qualquer operário que não corresponda técnica ou disciplinarmente às exigências. (A efetivação desta medida não implicará em modificação do prazo ou condições do Contrato);
- Exigir o cumprimento de todos os itens das especificações;
- Ordenar a suspensão das obras e serviços sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que este tenha direito a qualquer indenização, no caso de não ser atendida dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data de emissão da ORDEM DE SERVIÇO correspondente, qualquer reclamação sobre defeito essencial em serviço executado, ou em material posto na obra.

4. Ordens de Serviços.

Todas as Ordens de Serviço ou quaisquer comunicações da FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA, ou vice-versa, serão registradas no Diário de Obras, podendo ainda ser transmitidas por escrito, em folha de papel ofício devidamente numerada e em duas vias, uma das quais ficará em poder da firma CONTRATADA e a outra com a Administração.

5. No Diário de Obras deverão constar as anotações:

a. Pela CONTRATADA:

- Condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;
- Consultas à FISCALIZAÇÃO;
- Datas de conclusão de etapas, caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;
- Acidentes ocorridos na execução da obra ou serviço;
- Respostas às interpelações da FISCALIZAÇÃO;
- Eventual escassez de material que resulte em dificuldade para execução da obra e / ou serviço;
- Medições das etapas de obras e respectivos valores a serem faturados;
- Interrupções no fornecimento de energia elétrica e / ou água;
- Efetivo diário de operários presentes;
- Outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devam ser objeto de registro.

b. Pela FISCALIZAÇÃO:

- Preenchimento dos cabeçalhos;
- Atestado da veracidade dos registros previstos no item "a" anterior;
- Juízo formado sobre o andamento da obra / serviço, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;



- Observações relativas aos registros efetuados pela CONTRATADA no Diário de Obras;
- Soluções às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA, com correspondência simultânea para a Administração;
- Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
- Determinação de providências para cumprimento dos termos do Contrato, dos projetos e especificações;
- Aprovação das medições para faturamento;
- Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho da FISCALIZAÇÃO. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ADMINISTRATIVA

1. Para perfeita execução e completo acabamento das obras e serviços, a CONTRATADA se obriga, sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda assistência técnica e administrativa necessária para imprimir andamento conveniente aos trabalhos.

2. A CONTRATADA deverá manter à disposição das obras e serviços, engenheiros ou arquitetos, legalmente habilitados, além de auxiliares de comprovada competência.

3. Caberá à CONTRATADA providenciar pessoal especializado para obtenção do acabamento desejado, bem como perfeita vigilância nos locais de execução das obras / serviços até sua entrega provisória.

4. A CONTRATADA providenciará, sempre que solicitados, às suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, fornecimento de protótipos, bem como os reparos que se tornem necessários para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

5. A CONTRATADA deverá fornecer e manter no local da obra / serviço, um Diário de Obras onde serão obrigatoriamente registradas em 3 vias, as anotações relatadas no item H.5, com os cabeçalhos devidamente preenchidos com número de folhas suficiente para cobrir todo o período de execução da obra.

6. A CONTRATADA deverá manter no escritório da obra, em ordem, cópias de todos os projetos, detalhes, alvará de construção e o presente Caderno de Especificações. A CONTRATADA será responsável por todas as instalações preliminares relacionadas à limpeza de terreno, fornecimento de água e luz, transporte, local para depósito de material e outros serviços que se fizerem necessários.

7. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA reparar quaisquer elementos que porventura sejam danificados em decorrência das obras aqui especificadas.

EQUIPAMENTO MECÂNICO, FERRAMENTAL E MÃO-DE-OBRA

1. Caberá à empresa CONTRATADA o fornecimento, por todo o período em que se fizer necessário, da totalidade do ferramental, mão-de-obra, máquinas e aparelhos, inclusive sua manutenção, substituição, reparo e seguro, visando o andamento satisfatório da obra e serviço e a sua conclusão no prazo fixado em Contrato.

RECEBIMENTO PROVISÓRIO DAS OBRAS E SERVIÇOS



1. O recebimento provisório das obras / serviços será feito após sua conclusão, mediante as seguintes condições:
 - a. A pedido da CONTRATADA, até o último dia do prazo da obra / serviço fixado no Contrato;
 - b. Pelo fiscal responsável pelo seu acompanhamento, pelo chefe da FISCALIZAÇÃO e pelo representante do órgão Contratante perante a Administração, dentro de um período máximo de 15 (quinze) dias corridos após a comunicação escrita da CONTRATADA, devidamente protocolada na Administração, comprovando-se a adequação do objeto aos termos contratuais:
 - Conformidade da obra e serviço com o projeto e especificações;
 - Após vistoria na qual não se encontrem defeitos e / ou imperfeições em todo o conjunto da obra / serviço;
 - c. Ser emitido pelo Fiscal o Laudo de Vistoria, contendo todos os itens do contrato não cumpridos satisfatoriamente.
 - d. Após a entrega, pela Contratada, à Administração de:
 - 02 (dois) jogos de cópias em papel sulfite, devidamente assinados, bem como os respectivos CD's, devidamente identificados, sendo um em formato DWG ou DXF com a indicação do quadro de penas e um outro em formato PLT (padrão HP-GL/2), contendo todos os projetos inclusive, quando for o caso, o projeto "AS BUILT" (com todas as modificações havidas no decorrer da obra). No caso de obras e serviços em áreas urbanas legalizadas, situadas no Distrito Federal, os projetos deverão estar devidamente aprovados ou visados pelos órgãos competentes.
2. Vencido o prazo estipulado para a conclusão da obra / serviço, caso a CONTRATADA não solicite seu recebimento, o fiscal deverá elaborar relatório informando sobre a situação da obra e serviço e quais as pendências ainda existentes para a sua conclusão. Após a ciência da Administração, o fiscal continuará responsável pelo acompanhamento das obras / serviços até o vencimento dos prazos legais, quando então serão aplicadas as multas em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, republicada no DOU de 06/07/94.

RECEBIMENTO DEFINITIVO DAS OBRAS E SERVIÇOS

1. O recebimento definitivo das obras e serviços será feito mediante as seguintes condições:
 - a. Até 90 (noventa) dias corridos, a contar da lavratura do Termo do Recebimento Provisório, observado o disposto no Art.69 da Lei nº 8666/93 e republicado no DOU de 06/07/94;
 - b. Por Comissão designada pela Coordenação de Licenciamento, Obras e Manutenção, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, comprovando-se a adequação ao objeto do Contrato;
 - c. Após entrega, pela CONTRATADA, a Administração, do Comprovante de quitação dos débitos perante a Previdência Social.
 - d. Com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, fica estabelecido, a partir da data de sua emissão, o compromisso da CONTRATADA com o cumprimento do prazo irredutível de 5 (cinco) anos, mencionados no artigo 618 caput e parágrafo único – Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002.
 - e. Em se tratando de obras de recuperação e / ou reforma geral, a CONTRATADA também passará a assumir o compromisso mencionado no Art. 618, a partir da data de entrega da obra, ainda que não tenha sido responsável pela construção inicial da mesma.

Art. 618. – Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução



responderá durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

Parágrafo único. Decairá do direito assegurado neste artigo o dono da obra que não propuser a ação contra o empreiteiro, nos cento e oitenta dias ao aparecimento do vício ou defeito.

SEGUROS E ACIDENTES

1. Correrá por conta exclusiva da Contratada a responsabilidade de quaisquer acidentes durante a execução das obras / serviços contratados, bem como as indenizações que possam vir a ser devida a terceiros por fatos relacionados com as obras / serviços, ainda que ocorridos fora do canteiro.

2. A CONTRATADA se obriga a cumprir todas as exigências das Normas Regulamentares (NR) aprovada pela Portaria nº 3214 de 08/06/1978 e em especial a NR-18 que trata das **CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO**.

3. A CONTRATADA deverá atender à Lei nº 6514 de 22.12.77 - CLT, relativa à segurança e medicina do trabalho:

Art. 162 - As empresas, de acordo com as normas a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, estarão obrigadas a manter serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho. (SESMET);

Art. 163 - Será obrigatória a constituição de Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), de conformidade com as instruções expedidas pelo Ministério do Trabalho, nos estabelecimentos ou locais de obras nelas especificadas.

NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

NR-4 - O dimensionamento do SESMET vincula-se à graduação do risco da atividade principal e ao número total de empregados do estabelecimento constantes dos Quadros I e II desta norma. (aplicado somente para empresas que possuam acima de 50 empregados).

NR-5 - A CIPA será composta de representantes do empregador e dos empregados, de acordo com as proporções mínimas estabelecidas no Quadro I desta norma. (Aplicado somente às empresas que para execução do contrato, possuam acima de 50 empregados).

4. Caberá à CONTRATADA manter no canteiro de obras, material necessário à prestação de primeiros socorros, guardado em local adequado, e aos cuidados de pessoas treinadas para esse fim.

PENALIDADES

O não cumprimento das obrigações a serem assumidas em razão deste procedimento, sujeitará a licitante adjudicatária, garantida a prévia defesa, até no máximo 05 (cinco) dias úteis, sanções, nos termos do Decreto nº 26.851, de 30/05/2006 "Anexo XXIII", e alterações posteriores e conforme previsto no "Capítulo X - Penalidades" do Edital.



QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1. Prova de inscrição ou registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), da localidade da sede da contratada.

- No caso de a contratada possuir registro no CREA de outra localidade, deverá apresentar visto do Conselho respectivo do Distrito Federal, previamente à contratação.

2. ACERVO TÉCNICO

A) Do responsável técnico

Comprovação do Responsável Técnico da contratada ter executado, a qualquer tempo, obras compatíveis com o objeto desta licitação, por meio de certidão (ões) e atestado (s), em nome do próprio RT, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente certificado(s) pelo CREA/CAU, na forma do disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA, com apresentação da(s) Certidões de Acervo Técnico - CAT's e indicação da(s) Anotações de Responsabilidade Técnicas – RT's e – emitidas pelo conselho de fiscalização de profissional, onde conste a execução de:

Serviços	Unidade
GRAMA SINTETICA, ALTURA /ESPESSURA DE 52MM, FIBRILADO, 100% POLIETILENO, BASE TRIPLA, MINIMO DE 8.000 PONTOS POR M2, INCLUINDO MAO DE OBRA E SISTEMA DE INSTALACAO (FLUTUANTE, UNIAO DOS ROLOS COM TAPEDE 30CM, COLA PU, 30 KG/M2 DE AREIA CLASSIFICADA GRANULOMETRIA 40/45 OU 50/60 E 10 KG/M2 DE GRANULO DE BORRACHA SBR PRETA MALHA 10 (0,7 A 2,0 MM)	M ²
ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE ACO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIAMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 10 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021 COM ACRECIMO DE BARRA 6,3MM PARA AMARRAÇÃO DE TELA.	M ²

Nota: Admitir-se-á como similar à grama sintética a execução de grama natural, visto que ambas guardam níveis de complexidade semelhantes.

B) Da empresa:

B.1) Capacidade Técnica Operacional da Empresa - Comprovação que a empresa contratada tenha executado, a qualquer tempo, serviços de obras compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidão(ões) ou atestado(s). Os atestados para capacidade operativa da empresa deverão ser acompanhados das respectivas CAT(s) em nome de profissional habilitado, que trabalhe para a sociedade ou já tenha figurado como responsável técnico da empresa, desde que conste na documentação comprobatória do acervo profissional, o nome da pessoa jurídica da contratada, bem como a empresa contratada para a execução da obra ou serviços, a teor do art. 64, § 3º, da Resolução nº 1.025/09-CONFEA, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

B.2) É admitida a soma de atestados provenientes de serviços prestados a pessoas jurídicas diversas para alcançar o quantitativo mínimo em obras ou serviços com características semelhantes e em proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado, desde que contemple a execução dos seguintes serviços:



Serviços	Unidade	Quantidade Total do Projeto	Quantidade <u>MÍNIMA</u> a Comprovar
GRAMA SINTETICA, ALTURA /ESPESSURA DE 52MM, FIBRILADO, 100% POLIETILENO, BASE TRIPLA, MINIMO DE 8.000 PONTOS POR M2, INCLUINDO MAO DE OBRA E SISTEMA DE INSTALACAO (FLUTUANTE, UNIAO DOS ROLOS COM TAPEDE 30CM, COLA PU, 30 KG/M2 DE AREIA CLASSIFICADA GRANULOMETRIA 40/45 OU 50/60 E 10 KG/M2 DE GRANULO DE BORRACHA SBR PRETA MALHA 10 (0,7 A 2,0 MM)	M ²	5.185	1.037,00
ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE ACO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIAMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 10 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021 COM ACRECIMO DE BARRA 6,3MM PARA AMARRAÇÃO DE TELA.	M ²	1.452	290,40

B.2.1) As quantidades mínimas a comprovar indicadas no item b.2, acima descritas, correspondem, simultaneamente, às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto a ser contratado, no percentual mínimo de 20% (vinte por cento) não ultrapassando o máximo de 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos a serem executados. (Acórdão 1851/2015 – Plenário; Súmula 263 do TCU)

B.2.2) Será admitido o somatório dos atestados que comprovem os quantitativos mínimos exigidos no item b.2, não necessariamente executados em uma mesma obra/serviço.

Nota: Admitir-se-á como similar à grama sintética a execução de grama natural, visto que ambas guardam níveis de complexidade semelhantes.

PRÁTICA GERAL

A. A execução da obra e/ou serviço obedecerá às normas e métodos previstos na ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, considerando-se as indicações contidas no projeto de arquitetura e nos projetos complementares, nos detalhes e nestas especificações.

B. A CONTRATADA será inteira e exclusivamente responsável pelo uso ou emprego de material, equipamento, dispositivo, método ou processo eventualmente patenteado a empregar-se e incorporar-se na obra, cabendo-lhe, pois, pagar os royalties devidos e obter as permissões ou licença de utilização.

C. A CONTRATADA tomará todas as providências para o perfeito armazenamento e respectivo acondicionamento dos materiais a fim de preservar a sua natureza, evitando a mistura com elementos estranhos.

D. Conforme instruções da ADMINISTRAÇÃO, toda e qualquer sugestão da Contratada visando modificar o projeto, especificações de materiais, as quantidades ou trocas de serviços após a assinatura do Contrato, deverá ser encaminhada à Fiscalização, em 02 (duas) vias, ao mesmo tempo em que deverá fornecer:



- a. Composição de custos com as quantidades e preços da proposta da Licitação;
- b. Justificativa técnica e comercial para as razões das alterações;
- c. Fornecer documentos comprovando a impossibilidade do fornecimento do material especificado por parte do fabricante;
- d. Anexar Coleta de preços do material considerado equivalente com proposta de três fornecedores;
- e. Fornecer documentos de análise técnica dos materiais por órgãos oficiais, quando solicitado pela ADMINISTRAÇÃO.
- f. À Contratada, fica vetado o atendimento a qualquer solicitação de modificação, durante a execução das obras, proveniente de pessoas não autorizadas.
- g. Para qualquer obra/serviço mal executado, a Fiscalização da ADMINISTRAÇÃO, reservar-se-á o direito de modificar, mandar refazer, substituir da forma e com os materiais que melhor lhe convierem, sem que tal fato acarrete solicitação de ressarcimento financeiro por parte da Contratada, nem extensão do prazo para conclusão da obra.
- h. Compete à Contratada a execução, às suas expensas, de todo e qualquer serviço necessário à completa execução e perfeito funcionamento do objeto da licitação, mesmo quando o projeto e/ou Caderno de Especificações e Encargos apresentarem dúvidas ou omissões que possam trazer embaraços ao seu perfeito cumprimento.
- i. Não caberá à Contratada, alegação de desconhecimento ou omissões em orçamento.
- j. A Contratada responsabilizar-se-á por:
 - a) Não observância das técnicas estatuídas no Decreto 92.100 de 10/12/85, MARE;
 - b) Falta de execução global dos serviços executados;
 - c) Falta de segurança e perfeição das obras e serviços realizados e sua conseqüente demolição e reconstrução solicitadas pela Fiscalização e pelo Autor do projeto;
 - d) Danos ou prejuízos causados direta ou indiretamente ao Governo do Distrito Federal, ou a terceiros;
 - e) Infrações ou multas decorrentes da inobservância de quaisquer regulamentos ou legislação específica vigentes no Distrito Federal, no que se refere aos serviços contratados;
 - f) Todos os materiais a empregar na obra serão novos, comprovadamente de primeira qualidade e satisfarão rigorosamente às condições estipuladas pelas normas da ABNT e por estas especificações;
 - g) Cada lote ou partida de material deverá, além de outras averiguações, ser submetido à apreciação e aprovação da Fiscalização da ADMINISTRAÇÃO, quer através do próprio material, quer através de catálogos técnicos;
 - h) As amostras dos materiais aprovadas pela Fiscalização, depois de convenientemente autenticadas;
 - i) Por esta e pela Contratada, deverão ser cuidadosamente conservadas no canteiro de obras até o fim dos trabalhos, de forma a facultar, a qualquer tempo, a verificação de sua perfeita correspondência aos materiais fornecidos ou já empregados.

Elaborado por:



ASSINADO DIGITALMENTE DOC. SEI Nº 118953325

Jeilson Oliveira dos Santos

Engenheiro Civil CREA nº 27922/D-DF
Coordenador de Licenciamento Obras e Manutenção - COLOM
Matrícula 1.711.523-X

ASSINADO DIGITALMENTE DOC. SEI Nº 118953325

Arthur Mangabeiro Soares Leonço

Engenheiro Civil CREA nº 23256/D-DF
Diretor de Aprovação e Licenciamento - DIALIC
Matrícula 1.689.693-9

De acordo,

Aprovo o presente Projeto Básico, amparado no art. 7º, inciso, § 2º item I da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

ASSINADO DIGITALMENTE DOC. SEI Nº 118953325

Roberto Medeiros Santos

Administrador Regional de São Sebastião
Matrícula 1.710.695-8



ANEXO II – PLANILHAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS DE MATERIAIS E SERVIÇOS
TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV



Planilhas Estimativas de Preços de Materiais e Serviços, Doc. SEI nº 118548822

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ESTIMATIVA

OBRA:	CONSTRUÇÃO DE CAMPO SINTÉTICO NO PARQUE DISTRITAL DE SÃO SEBASTIÃO, BAIRRO DO BOSQUE
ENDEREÇO:	PARQUE DISTRITAL DE SÃO SEBASTIÃO - BAIRRO DO BOSQUE, EM SÃO SEBASTIÃO-DF
ÁREA (m²)	6.010,00m² (SEIS MIL E DEZ METROS QUADRADOS)
CONTRATANTE	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO - RA-XIV
RESPONSÁVEL PLANILHA	JEILSON OLIVEIRA DOS SANTOS - ENGENHEIRO CIVIL - CREA 27922/D-DF - MATRICULA 1.711.523-X ARTHUR MANGABEIRO SOARES LEONÇO - ENGENHEIRO CIVIL - CREA 23256/D-DF - MATRÍCULA 1.689.693-9
FONTE MERCADOLÓGICA	SINAPI - SERVIÇOS E INSUMOS (ref.: 05/2023) FONTE: SITE CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA/DF E COTAÇÕES DE MERCADO
VALOR TOTAL DA OBRA:	R\$ 2.296.048,99

ITEM	COD		DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO	
1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES / ADMINISTRAÇÃO LOCAL							
1.1		CAU/CREA	ART/RRT	un	1,00	R\$ 233,94	R\$ 233,94
1.2	90778	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	198,00	109,19	R\$ 21.619,62
1.3	90781	SINAPI	TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	128,00	20,31	R\$ 2.599,68
1.4	93572	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	mês	3,00	3.762,75	R\$ 11.288,25
1.5	88326	SINAPI	VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	1080,00	24,22	R\$ 26.157,60
1.6	90775	SINAPI	DESENHISTA PROJETISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	240,00	15,35	R\$ 3.684,00
1.7	4813	SINAPI	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,4 X 1,2* M (SEM POSTES PARA FIXACAO)	m²	12,00	250,00	R\$ 3.000,00
1.8	10775	SINAPI	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00M, ALT. 2,50, COM 1 SANITÁRIO, PARA ESCRITORIO COMPLETO SEM DIVISORIAS	mês	3,00	1.250,00	R\$ 3.750,00



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

1.9	10776	SINAPI	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA ESCRITORIO, SEM DIVISORIAS INTERNAS E SEM SANITARIO	mês	3,00	976,56	R\$	2.929,68
1.10	37524	SINAPI	TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	m	310,00	2,53	R\$	784,30
1.11	COMPOSIÇÃO 1.11	SINAPI	ENTRADA PROVISÓRIA DE ÁGUA	un	1,00	R\$ 9.296,73	R\$	9.296,73
1.12	COMPOSIÇÃO 1.12	SINAPI	ENTRADA PROVISORIA DE ENERGIA	un	1,00	R\$ 8.365,63	R\$	8.365,63
1.13	COMPOSIÇÃO 1.13	SINAPI	ENTRADA PROVISORIA DE ESGOTO	un	1,00	R\$ 6.389,55	R\$	6.389,55
1.1 DEMOLIÇÃO DE CALÇADAS EXISTENTES								
1.1.1	97629	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE LAJES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m³	3,60	118,59	R\$	426,92
1.1.2	100973	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ /128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	3,60	7,96	R\$	28,66
1.1.3	97913	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	108,00	2,92	R\$	315,36
1.1.4	97915	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	43,20	1,07	R\$	46,22
SUBTOTAL						R\$	100.916,15	
2.0 TERRAPLANAGEM								
2.1 REMOÇÃO DE CAMADA VEGETAL DO TIPO GRAMÍNEA (ÁREA DA ARQUIBANCADA)								
2.1.1	101128	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (125HP/LÂMINA: 2,70M3). AF_07/2020	m³	2,43	12,69	R\$	30,84
2.1.2	97914	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	72,90	2,67	R\$	194,64
2.1.3	100973	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ /128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	2,43	7,96	R\$	19,34

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

2.1.4	97915	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	29,16	1,07	R\$ 31,20
SUBTOTAL						R\$	276,02
2.2 MOVIMENTAÇÃO DE SOLO (CORTE / ATERRO)							
2.2.1	101128	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (125HP/LÂMINA: 2,70M3). AF_07/2020	m³	1316,25	12,69	R\$ 16.703,21
2.2.2	100939	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA INTERNA (DENTRO DO CANTEIRO - UNIDADE:M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	85,56	5,68	R\$ 485,98
2.2.3	96385	SINAPI	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO EXCLUSIVO SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	1316,25	10,58	R\$ 13.925,93
SUBTOTAL						R\$	31.115,12
2.3 EXECUÇÃO DE ATERRO DE BASE (CASALHO DE CAVA)							
2.3.1	4743	SINAPI	CASCALHO DE CAVA	m³	1053,00	104,40	R\$ 109.933,20
2.3.2	4743	SINAPI	CASCALHO DE CAVA	m³	108,00	104,40	R\$ 11.275,20
2.3.3	95426	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	29.025,00	1,75	R\$ 50.793,75
2.3.4	95427	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	29.025,00	0,65	R\$ 18.866,25
2.3.5	96385	SINAPI	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO EXCLUSIVO SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	967,50	10,58	R\$ 10.236,15
SUBTOTAL						R\$	201.104,55
TOTAL GERAL DO ITEM:						R\$	232.495,69
3.0 GRAMA SINTÉTICA							
3.1	COTAÇÃO DE MERCADO	SINAPI	GRAMA SINTETICA, ALTURA /ESPESSURA DE 52MM, FIBRILADO, 100% POLIETILENO, BASE TRIPLA, MINIMO DE 8.000 PONTOS POR M2, INCLUINDO MAO DE OBRA E SISTEMA DE INSTALACAO (FLUTUANTE, UNIAO DOS ROLOS COM TAPEDE 30CM, COLA PU, 30 KG/M2 DE AREIA CLASSIFICADA GRANULOMETRIA 40/45 OU 50/60 E 10 KG/M2 DE GRANULO DE BORRACHA SBR PRETA MALHA 10 (0,7 A 2,0 MM)	m²	5185,00	R\$ 120,00	R\$ 622.200,00



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

3.2	COMPOSIÇÃO 3.2	SINAPI	CONJUNTO PARA FUTSAL COM TRAVES OFICIAIS 7,32x2,44m	un	1,00	R\$ 11.864,86	R\$ 11.864,86
						SUBTOTAL	R\$ 634.064,86
4.0 DRENAGEM SUBTERRÂNEA							
4.1	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	m³	98,54	79,12	R\$ 7.796,48
4.2	101616	SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	m²	328,48	5,94	R\$ 1.951,17
4.3	38052	SINAPI	TUBO DRENO, CORRUGADO, ESPIRALADO, FLEXIVEL, PERFURADO, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), DN 100 MM, (4") PARA DRENAGEM - EM ROLO (NORMA DNIT 093/2006 - E.M)	m	727,00	11,93	R\$ 8.673,11
4.4	88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	40,00	25,87	R\$ 1.034,80
4.5	88316	SINAPI	SERVEENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	40,00	20,00	R\$ 800,00
4.6	3668	SINAPI	JUNCAO DUPLA, PVC SOLDAVEL, DN 100 X 100 X 100 MM , SERIE NORMAL PARA ESGOTO	un	14,00	42,72	R\$ 598,08
4.7	102712	SINAPI	GEOTÊXTIL NÃO TECIDO 100% POLIÉSTER, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO DE 9 KN/M (RT - 9), INSTALADO EM DRENO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2021	m²	464,14	8,86	R\$ 4.112,28
4.8	4718	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE(PARA PREENCHIMENTO DE VALAS)	m³	109,42	180,00	R\$ 19.695,60
4.9	95426	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	3.282,60	1,75	R\$ 5.744,55
4.10	3777	SINAPI	LONA PLASTICA PRETA, E= 150 MICRA	m²	6222,00	1,52	R\$ 9.457,44
4.11	88270	SINAPI	IMPERMEABILIZADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	40,00	26,61	R\$ 1.064,40
						SUBTOTAL	R\$ 60.927,92
5.0 BASE DRENANTE							
5.1	4741	SINAPI	PÓ DE PEDRA (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	m³	103,70	169,14	R\$ 17.539,82
5.2	4720	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	m³	103,70	206,72	R\$ 21.436,86
5.3	4721	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	m³	207,40	179,06	R\$ 37.137,04
5.4	4718	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	m³	259,25	180,00	R\$ 46.665,00



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

5.5	95426	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	20.221,50	1,75	R\$ 35.387,63
5.6	100574	SINAPI	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRA. AF_11/2019	m³	622,20	1,19	R\$ 740,42
5.7	5684	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1,68 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	chp	36,00	153,16	R\$ 5.513,76
5.8	517	SINAPI	EMULSAO ASFALTICA ANIONICA	l	650,00	R\$ 9,57	R\$ 6.220,50
SUBTOTAL							R\$ 170.641,03

6.0

ALAMBRADO

6.0.1	COMPOSIÇÃO 6.0.1	SINAPI	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIÂMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 10 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021 COM ACRECIMO DE BARRA 6,3MM PARA AMARRAÇÃO DE TELA.	m²	1452,00	R\$ 260,09	R\$ 377.648,45
6.0.2	COMPOSIÇÃO 6.0.2	SINAPI	ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO DO TIPO MÃO DE FORÇA	m	432,20	R\$ 64,40	R\$ 27.834,57
6.0.3	101112	SINAPI	ALARGAMENTO DE BASE DE TUBULÃO A CÉU ABERTO, ESCAVAÇÃO MANUAL, CONCRETO FEITO EM OBRA E LANÇADO COM JERICA. AF_05/2020	m³	4,60	965,48	R\$ 4.441,21
6.0.4	COMPOSIÇÃO 6.0.4	SINAPI	PINTURA DE ALAMBRADO COM TINTA ESMALTE	m²	1500,00	R\$ 13,93	R\$ 20.889,92
6.0.5	3106	SINAPI	FERROLHO COM FECHO CHATO E PORTA CADEADO , EM AÇO GALVANIZADO / ZINCADO, DE SOBREPOR, COM COMPRIMENTO DE 6", CHAPA COM ESPESSURA MINIMA DE 1,70 MM E LARGURA /MINIMA DE 5,00 CM (FECHO REFORCADO) (INCLUI PARAFUSOS)	Unid.	2,00	15,42	R\$ 30,84
6.0.6	11447	SINAPI	DOBRADICA EM LATAO, 3 " X 2 1/2 " , E= 1,9 A 2 MM, COM ANEL, CROMADO, TAMP A BOLA, COM PARAFUSOS	Unid.	6,00	32,02	R\$ 192,12

6.1

VIGA BALDRAME PARA FIXAÇÃO DE ALAMBRADO (20X30)

6.1.1	96526	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA VIGA BALDRAME, SEM PREVISÃO DE FÔRMA. AF_06/2017	m³	19,38	294,69	R\$ 5.711,09
6.1.2	94965	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	m³	19,38	577,94	R\$ 11.200,48
6.1.3	92877	SINAPI	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-25, DIÂMETRO DE 10,0 MM. AF_12/2015	kg	828,75	13,06	R\$ 10.823,48
6.1.4	34	SINAPI	ACO CA-50, 10,0 MM, VERGALHAO	kg	828,75	10,66	R\$ 8.834,48
6.1.5	92875	SINAPI	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-25, DIÂMETRO DE 6,3 MM. AF_12/2015	kg	345,53	12,16	R\$ 4.201,64



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

6.1.6	32	SINAPI	ACO CA-50, 6,3 MM, VERGALHAO	kg	345,53	11,24	R\$ 3.883,76
6.1.7	96536	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	m2	43,80	83,48	R\$ 3.656,42
6.1.8	6212	SINAPI	TABUA *2,5 X 30 CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	m	43,80	13,50	R\$ 591,30
6.1.9	5068	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 21 (2 X 11)	Kg	1,00	21,87	R\$ 21,87
6.1.10	43132	SINAPI	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	Kg	2,00	19,21	R\$ 38,42
6.1.11	88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	80,00	21,06	R\$ 1.684,80
6.1.12	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	80,00	26,25	R\$ 2.100,00
6.1.13	88238	SINAPI	AJUDANTE DE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	80,00	19,99	R\$ 1.599,20
6.1.14	88245	SINAPI	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	80,00	26,43	R\$ 2.114,40
SUBTOTAL							R\$ 487.498,44
7.0 CALÇADAS							
7.1	COMPOSIÇÃO 7.1	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. 8CM DE ESPESSURA	m²	834,75	R\$ 70,09	R\$ 58.507,51
7.2	4059	SINAPI	MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO, PRE-MOLDADO, COMP 1 M, *30 X 12/15* CM (H X L1/L2)	m	554,00	30,91	R\$ 17.124,14
7.3	96622	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *5 CM*. AF_08/2017	m³	41,73	243,96	R\$ 10.180,45
7.4	100576	SINAPI	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILISO AF_11/2019	m²	834,75	2,28	R\$ 1.903,23
SUBTOTAL							R\$ 87.715,33
8.0 ARQUIBANCADA							
8.1	96622	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *5 CM*. AF_08/2017	m³	0,95	243,96	R\$ 231,76
8.2	95241	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	m²	18,90	36,80	R\$ 695,52
8.3	103318	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m²	120,60	98,01	R\$ 11.820,01
8.4	87894	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DECONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	m²	120,60	6,76	R\$ 815,26



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

8.5	87529	SINAPI	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	m ²	120,60	42,48	R\$ 5.123,09
8.6	4743	SINAPI	CASCALHO DE CAVA	m ³	77,76	104,40	R\$ 8.118,14
8.7	95426	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M ³ , EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m ³ Xkm	2.332,80	1,75	R\$ 4.082,40
8.8	95427	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA , ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m ³ Xkm	2.332,80	0,65	R\$ 1.516,32
8.9	100973	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M ³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M ³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m ³	77,76	7,96	R\$ 618,97
8.10	94993	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, ÚSINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_07/2016	m ²	86,40	71,64	R\$ 6.189,70
8.11	95626	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDE EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_11/2016	m ²	120,60	17,11	R\$ 2.063,47
8.1	ALVENARIA DE DELIMITAÇÃO DE ÁREA DESTINADA AO CADEIRANTE						
8.1.1	96622	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *5 CM*. AF_08/2017	m ³	0,08	243,96	R\$ 19,52
8.1.2	103318	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m ²	10,00	98,01	R\$ 980,10
8.1.3	87894	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DECONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	m ²	10,00	6,76	R\$ 67,60
8.1.4	87529	SINAPI	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	m ²	10,00	42,48	R\$ 424,80
8.1.5	95626	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDE EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_11/2016	m ²	10,00	17,11	R\$ 171,10
SUBTOTAL						R\$ 42.937,74	
9.0	REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, COM CAIXA PARA BOCA DE LOBO E TAMPÃO EM CONCRETO						
9.1	92210	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	m	155	167,90	R\$ 26.024,50
9.2	94993	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, ÚSINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_07/2016	m ²	109,50	71,64	R\$ 7.844,58

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

9.3	97935	SINAPI	CAIXA PARA BOCA DE LOBO SIMPLES RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X1,0X1,2 M. AF_12/2020	Un.	11,00	865,45	R\$ 9.519,95
						SUBTOTAL	R\$ 43.389,03
10.0 GRAMA PARA TALUDES							
10.1	98504	SINAPI	PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS. AF_05/2018	m²	256,27	15,01	R\$ 3.846,61
						SUBTOTAL	R\$ 3.846,61
						TOTAL:	R\$ 1.864.432,80
						BDI 23,15%:	R\$ 431.616,19
						TOTAL:	R\$ 2.296.048,99

ASSINADO DIGITALMENTE DOC. SEI Nº 118550474

Jeilson Oliveira dos Santos

Engenheiro Civil CREA nº 27922/D-DF

Coordenador de Licenciamento Obras e Manutenção - COLOM

Matrícula 1.711.523-X

ASSINADO DIGITALMENTE DOC. SEI Nº 118550474

Arthur Mangabeiro Soares Leão

Engenheiro Civil CREA nº 23256/D-DF

Diretor de Aprovação e Licenciamento - DIALIC

Matrícula 1.689.693-9



Planilha de Detalhamento dos Custos Unitários Referentes às Composições Criadas (Próprias), Doc. SEI nº 118548822

COMPOSIÇÕES DE PREÇO							
ENTRADA PROVISÓRIA DE ÁGUA							
1.11					UNIDADE CONSIDERADA DA COMPOSIÇÃO:		UNIDADE
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1.8.1	88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	4,00	25,87	R\$ 103,48
1.8.2	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	4,00	20,00	R\$ 80,00
1.8.3	88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	4,00	20,60	R\$ 82,40
1.8.4	1419	SINAPI	COLAR TOMADA PVC, COM TRAVAS, SAIDA COM ROSCA, DE 50 MM X 1/2" OU 50 MM X 3/4", PARA LIGACAO PREDIAL DE AGUA	un	1,00	11,90	R\$ 11,90
1.8.5	3148	SINAPI	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	un	0,0560	14,60	R\$ 0,82
1.8.6	3907	SINAPI	LUVA DE REDUCAO ROSCAVEL, PVC, 1" X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	un	1,00	5,65	R\$ 5,65
1.8.7	6033	SINAPI	REGISTRO DE ESFERA PVC, COM CABECA QUADRADA, COM ROSCA EXTERNA, 3/4"	un	1,00	31,23	R\$ 31,23
1.8.8	122	SINAPI	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 850 GR	un	0,0050	69,01	R\$ 0,35
1.8.9	3729	SINAPI	KIT CAVALETE PVC COM REGISTRO 1/2", COMPLETO	un	1,00	145,92	R\$ 145,92
1.8.10	20083	SINAPI	SOLUCAO LIMPADORA PARA PVC, FRASCO COM 1000 CM3	un	0,0020	78,19	R\$ 0,16
1.8.11	12773	SINAPI	HIDROMETRO UNIJATO, VAZAO MAXIMA DE 3,0 M3/H, DE 1/2"	un	1,00	98,76	R\$ 98,76
1.8.12	98461	SINAPI	ESTRUTURA DE MADEIRA PROVISÓRIA PARA SUPORTE DE CAIXA D ÁGUA ELEVADA DE 1000 LITROS. AF_05/2018_P	un	1,00	6.268,77	R\$ 6.268,77
1.8.13	89356	SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	m	110,00	22,43	R\$ 2.467,30
ENTRADA PROVISÓRIA DE ÁGUA R\$							9.296,73

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

ENTRADA PROVISÓRIA DE ENERGIA

(ENTRADA DE ENERGIA ELÉTRICA, AÉREA, TRIFÁSICA, COM CAIXA DE SOBREPOR, CABO DE 16 MM2 E DISJUNTOR DIN 50A . AF_07/2020_P)

1.12	UNIDADE CONSIDERADA DA COMPOSIÇÃO:						UNIDADE
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1.9.1	1094	SINAPI	ARMAÇAO VERTICAL COM HASTE E CONTRA-PINO, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO 3/16", COM 1 ESTRIBO, SEM ISOLADOR	un.	1,00	26,59	R\$ 26,59
1.9.2	3398	SINAPI	ISOLADOR DE PORCELANA, TIPO ROLDANA, DIMENSOES DE *72* X *72* MM, PARA USO EM BAIXA TENSAO	un.	1,00	5,36	R\$ 5,36
1.9.3	4346	SINAPI	PARAFUSO DE FERRO POLIDO, SEXTAVADO, COM ROSCA PARCIAL, DIAMETRO 5/8", COMPRIMENTO 6", COM PORCA E ARRUELA DE PRESSAO MEDIA	un.	3,00	10,82	R\$ 32,46
1.9.4	11267	SINAPI	ARRUELA LISA, REDONDA, DE LATAO POLIDO, DIAMETRO NOMINAL 5/8", DIAMETRO EXTERNO = 34 MM, DIAMETRO DO FURO = 17 MM, ESPESSURA = *2,5* MM	un.	2,00	1,56	R\$ 3,12
1.9.5	11864	SINAPI	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 95 MM2	un.	1,00	31,87	R\$ 31,87
1.9.6	11950	SINAPI	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	un.	4,00	0,37	R\$ 1,48
1.9.7	14153	SINAPI	FITA METALICA PERFURADA, L = *18* MM, ROLO DE 30 M, CARGA RECOMENDADA = *30* KGF	un.	0,06	55,08	R\$ 3,30
1.9.8	34643	SINAPI	CAIXA DE INSPECAO PARA ATERRAMENTO E PARA RAIOS, EM POLIPROPILENO, DIAMETRO = 300 MM X ALTURA = 400 MM	un.	1,00	64,07	R\$ 64,07
1.9.9	39809	SINAPI	CAIXA PARA MEDIDOR POLIFASICO, EM POLICARBONATO / TERMOPLASTICO, PARA ALOJAR 1 DISJUNTOR (PADRAO DA CONCESSIONARIA LOCAL)	un.	1,00	286,51	R\$ 286,51
1.9.10	39996	SINAPI	VERGALHAO ZINCADO ROSCA TOTAL, 1/4 " (6,3 MM)	m	0,1664	3,53	R\$ 0,59
1.9.11	39997	SINAPI	PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 1/4"	un.	2,00	0,32	R\$ 0,64
1.9.12	88247	SINAPI	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	8,00	21,06	R\$ 168,48
1.9.13	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	8,00	26,91	R\$ 215,28
1.9.14	91872	SINAPI	ELETRODUTO RÍGIDO ROSCÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	m	6,05	18,54	R\$ 112,17

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

1.9.15	91885	SINAPI	LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	un.	1,00	12,89	R\$ 12,89
1.9.16	91917	SINAPI	CURVA 90 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	un.	1,00	21,71	R\$ 21,71
1.9.17	91919	SINAPI	CURVA 180 GRAUS PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 32 MM (1), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	un.	1,00	24,58	R\$ 24,58
1.9.18	91935	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 16 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	m	100,00	26,22	R\$ 2.622,00
1.9.19	93673	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	un.	1,00	120,70	R\$ 120,70
1.9.20	96977	SINAPI	CORDOALHA DE COBRE NU 50 MM², ENTERRADA, SEM ISOLADOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017	m	1,95	64,12	R\$ 125,03
1.9.21	96986	SINAPI	HASTE DE ATERRAMENTO 3/4 PARA SPDA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2017	un.	1,00	107,10	R\$ 107,10
1.9.22	100578	SINAPI	ASSENTAMENTO DE POSTE DE CONCRETO COM COMPRIMENTO NOMINAL DE 9 M, CARGA NOMINAL MENOR OU IGUAL A 1000 DAN, ENGASTAMENTO SIMPLES COM 1,5 M DE SOLO (NÃO INCLUI FORNECIMENTO). AF_11/2019	un.	2,00	512,06	R\$ 1.024,12
1.9.23	2731	SINAPI	POSTE ROLICO DE MADEIRA TRATADA, D = 20 A 25 CM, H = 12,00 M, EM EUCALIPTO OU EQUIVALENTE DA REGIAO	m	24,00	102,98	R\$ 2.471,52
1.9.24	5044	SINAPI	POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SECAO CIRCULAR, EXTENSAO DE 9,00 M, RESISTENCIA DE 200 A 300 DAN, TIPO C-14	un	1,00	884,06	R\$ 884,06
ENTRADA PROVISÓRIA DE ENERGIA							R\$ 8.365,63
ENTRADA PROVISÓRIA DE PONTO DE ESGOTO							
1.13	UNIDADE CONSIDERADA DA COMPOSIÇÃO:						UNIDADE
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1.10.1	88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,00	25,87	R\$ 77,61

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

1.10.2	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,00	20,00	R\$ 60,00
1.10.3	88248	SINAPI	AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3,00	20,60	R\$ 61,80
1.10.4	104154	SINAPI	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) LIGAÇÃO PREDIAL DE ESGOTO, REDE DN 150 MM COLETOR PREDIAL DN 100 MM, L = 6,0 M, LARGURA DA VALA = 0,65 M; COM SELIM E CURVA 90 GRAUS; ESCAVAÇÃO MANUAL, PREPARO DE FUNDO DE VALA E REATERRO COMPACTADO. AF_06/2022	UN	1,00	1.043,70	R\$ 1.043,70
1.10.5	122	SINAPI	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 850 GR	UN	0,50	69,01	R\$ 34,51
1.10.6	20083	SINAPI	SOLUCAO LIMPADORA PARA PVC, FRACO COM 1000 CM3	UN	0,20	78,19	R\$ 15,64
1.10.7	90694	SINAPI	TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM NÍVEL BAIXO DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_06/2015	m	110,00	46,33	R\$ 5.096,30
ENTRADA PROVISÓRIA DE PONTO DE ESGOTO							R\$ 6.389,55

TRAVES OFICIAIS (Produzido em estrutura em aço carbono 4", pintura eletrostática, esmalte sintético que proporciona maior resistência as intempéries. Chumbada e requadrada. Medida: 7,32 x 2,44mt)

3.2		UNIDADE CONSIDERADA DA COMPOSIÇÃO:					UNIDADE
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
3.2.1	21151	SINAPI	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 4", E= *6,02 MM, SCHEDULE 40, *16,06 KG/M	m	28,50	346,33	R\$ 9.870,41
3.2.2	40626	SINAPI	TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MEDIA, DN 1", E = 3,38 MM, PESO 2,50KG/M (NBR 5580)	m	37,04	43,48	R\$ 1.610,50
3.2.3	88315	SINAPI	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	3	26,43	R\$ 79,29
3.2.4	88251	SINAPI	AUXILIAR DE SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	3	21,19	R\$ 63,57
3.2.5	100725	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE FUNDO E ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO GRAFITE) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020 (Memoria de calculo de pintura (0,157*63,44:9,64m²)	m²	9,64	25,01	R\$ 241,10



							TRAVES OFICIAIS	R\$ 11.864,86
ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO (com quadrantes circundados por aço, ponteados por solda a cada 20cm, travando a tela)								
6.0.1							UNIDADE CONSIDERADA DA COMPOSIÇÃO:	METRO QUADRADO
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	
6.1.1	102364	SINAPI	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIAMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 10 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021	m²	1,00	222,57	R\$ 222,57	
			(LATERAL: 89 *4 = 356 * 2 lados = 712m2 / (LATERAL DIAGONAIS: (8+2)*2 * 2 LADOS = 40M2 / (FUNDOS: 65*6 = 390 * 2 lados = 780m2, GERAL= 1532M2					
6.1.2	88315	SINAPI	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	0,50	26,43	R\$ 13,22	
6.1.3	88316	SINAPI	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	1,00	20,00	R\$ 20,00	
6.1.4	39914	SINAPI	SOLDA EM VARETA FOSCO PER, D = *2,5* MM X COMPRIMENTO 500 MM	Kg	0,001	286,05	R\$ 0,29	
6.1.5	92801	SINAPI	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 6,3 MM. AF_06/2022(somatório 241+235 Kg / 1532m2)	kg	0,31	12,93	R\$ 4,02	
			(LATERAL: (38 peças de 4m = 152m) +(6 peças de 6m = 36m) + (2 peças diagonais de 2m = 4metros) + (3 peças de 85m = 255m), total de 447 metros* 2 lados = 894 metros * (0,245Kg/m) = 219, 03KG * 10% = 241Kg					
			(FUNDOS: (32 peças de 6m = 192m) +(4 peças de 61m = 244 metros), totalde 436 metros* 2 lados = 872 metros * (0,245Kg/m) = 219, 03KG * 10% = 235Kg					
							EXECUÇÃO DE ALAMBRADO	R\$ 260,09



ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO DO TIPO DE FORÇA (lateral: travamento na estrutura em dois pontos, fundos: travamento na estrutura em 3 pontos)

6.0.2				UNIDADE CONSIDERADA DA COMPOSIÇÃO:			METRO
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
6.2.1	7698	SINAPI	TUBO AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MEDIA, DN 1.1/4", E = *3,25* MM, PESO *3,14* KG/M (NBR 5580)	m	1,00	54,83	R\$ 54,83
			LATERAL (parte mais baixa): 28 tubos de 4,60 metros de altura, sendo 60cm chumbado em broca de concreto = 128,80metros + (2 travas de 0,5m por tubo = 28m, TOTALIZANDO = 156,80 metros				
			FUNDOS (parte mais alta): 34 tubos de 6,60 metros de altura, sendo 60cm chumbado em broca de concreto = 224,40metros + (3 travas de 0,5m por tubo = 51m, TOTALIZANDO = 275,40metros				
6.2.2	88315	SINAPI	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	0,20	26,43	R\$ 5,29
6.2.3	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	0,20	20,00	R\$ 4,00
6.2.4	39914	SINAPI	SOLDA EM VARETA FOSCOOPER, D = *2,5* MM X COMPRIMENTO 500 MM	Kg	0,001	286,05	R\$ 0,29

EXECUÇÃO DE ALAMBRADO (MÃO DE FORÇA - ESTRUTURA DE TRAVAMENTO) R\$ 64,40

PINTURA DE ALAMBRADO COM TINTA ESMALTE SINTÉTICO, NA COR AZUL

6.0.4				UNIDADE CONSIDERADA DA COMPOSIÇÃO:			METRO QUADRADO
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

			LATERAL: 90*4 = 360M2 * 2 LADOS = 720M2				
			FUNDOS: 65*6 = 390M2 * 2 LADOS = 780M2				
6.2.3.1	88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,21	27,84	R\$ 5,85
6.2.3.2	100301	SINAPI	AJUDANTE DE PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,21	22,59	R\$ 4,74
6.2.3.3	5318	SINAPI	DILUENTE AGUARRAS	L	0,015	17,67	R\$ 0,27
6.2.3.4	43647	SINAPI	TINTA ESMALTE SINTETICO STANDARD BRILHANTE	L	0,09	29,94	R\$ 2,69
6.2.3.5	38393	SINAPI	ROLO DE ESPUMA POLIESTER 23 CM (SEM CABO)	UNID.	0,006	16,48	R\$ 0,10
6.2.3.6	38392	SINAPI	PROLONGADOR / EXTENSOR PARA ROLO DE PINTURA 3 M	UNID.	0,002	58,84	R\$ 0,12
6.2.3.7	13	SINAPI	ESTOPA	Kg	0,010	16,01	R\$ 0,16
EXECUÇÃO DA PINTURA DO ALAMBRADO							R\$ 13,93
EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. (8CM ESPESSURA)							
7.1						UNIDADE CONSIDERADA DA COMPOSIÇÃO:	METRO QUADRADO
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
7.1.2	2692	SINAPI	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE OLEOSA EMULSIONADA EM AGUA	L	0,002	8,34	R\$ 0,02
7.1.3	4517	SINAPI	SARRAFO *2,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	m	2,000	2,85	R\$ 5,70
7.1.4	5069	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	KG.	0,007	22,29	R\$ 0,15
7.1.5	97096	SINAPI	CONCRETAGEM DE RADIER, PISO OU LAJE SOBRE SOLO, FCK 30 MPA, PARA ESPESSURA DE 8 CM - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_09/2021	M³	0,080	558,36	R\$ 44,67
7.1.6	42409	SINAPI	AGENTE DE CURA, PROTETOR DA EVAPORACAO DA AGUA DE HIDRATAÇÃO DO CONCRETO	KG.	0,400	14,14	R\$ 5,66
7.1.7	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,057	26,25	R\$ 1,51
7.1.8	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,219	26,61	R\$ 5,83

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

7.1.9	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,303	20,00	R\$	6,07	
7.1.10	95270	SINAPI	RÉGUA VIBRATÓRIA DUPLA PARA CONCRETO, PESO DE 60KG, COMPRIMENTO 4 M, COM MOTOR A GASOLINA, POTÊNCIA 5,5 HP - CHP DIURNO. AF_09/2016	CHP	0,015	9,06	R\$	0,13	
7.1.11	97114	SINAPI	EXECUÇÃO DE JUNTAS DE CONTRAÇÃO PARA PAVIMENTOS DE CONCRETO. AF_11/2017	m	1,0000	0,36	R\$	0,36	
							EXECUÇÃO DE PASSEIO		R\$ 70,09

ASSINADO DIGITALMENTE DOC. SEI Nº 118550474

Jeilson Oliveira dos Santos

Engenheiro Civil CREA nº 27922/D-DF

Coordenador de Licenciamento Obras e Manutenção - COLOM

Matrícula 1.711.523-X

ASSINADO DIGITALMENTE DOC. SEI Nº 118550474

Arthur Mangabeiro Soares Leonço

Engenheiro Civil CREA nº 23256/D-DF

Diretor de Aprovação e Licenciamento - DIALIC

Matrícula 1.689.693-9



Planilha Memória de Cálculo, Doc. SEI nº 118548822

MEMÓRIA DE CÁLCULO

OBRA:	CONSTRUÇÃO DE CAMPO SINTÉTICO NO PARQUE DISTRITAL DE SÃO SEBASTIÃO, BAIRRO DO BOSQUE				
ENDEREÇO:	PARQUE DISTRITAL DE SÃO SEBASTIÃO - BAIRRO DO BOSQUE, EM SÃO SEBASTIÃO-DF				
ÁREA (m²)	6010,00m² (SEIS MIL E DEZ METROS QUADRADOS)				
CONTRATANTE	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO - RA-XIV				
RESPONSÁVEL PLANILHA	JEILSON OLIVEIRA DOS SANTOS - ENGENHEIRO CIVIL - CREA 27922/D-DF - MATRICULA 1.711.523-X				
	ARTHUR MANGABEIRO SOARES LEONÇO - ENGENHEIRO CIVIL - CREA 23256/D-DF - MATRÍCULA 1.689.693-9				
FONTE MERCADOLÓGICA	SINAPI - SERVIÇOS E INSUMOS (ref.: 05/2023) FONTE: SITE CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA/DF E COTAÇÕES DE MERCADO				
VALOR TOTAL DA OBRA					
ITEM	COD		DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES / ADMINISTRAÇÃO LOCAL				
1.1		CAU/CREA	ART/RRT	UN	1,00
1.2	90778	SINAPI	3 horas por dia por 3 meses - dias úteis (22*3*3)	H	264,00
1.3	90781	SINAPI	TOPÓGRAFO 16 dias de serviço	H	128,00
1.4	93572	SINAPI	ENCARREGADO (3 MESES)	MÊS	4,00
1.5	93572	SINAPI	VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (2 vigias tempo de obras = 12 (horas) x 30 (dias) x 3 (meses)	H	1440,00
1.6	90775	SINAPI	DESENHISTA PROJETISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (2 horas)*120 dias	H	240,00
1.7	4813	SINAPI	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,4 X 1,2* M (SEM POSTES PARA FIXACAO)	M²	12,00
1.8	10775	SINAPI	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00M, ALT. 2,50, COM 1 SANITÁRIO, PARA ESCRITORIO COMPLETO SEM DIVISORIAS	MÊS	4,00

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

1.9	10776	SINAPI	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA ESCRITORIO, SEM DIVISORIAS INTERNAS E SEM SANITARIO	MÊS	4,00
1.10	37524	SINAPI	TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C) (65m x2 + 90m *2)	m	310,00
1.11	COMPOSIÇÃO O 1.10	SINAPI	ENTRADA PROVISÓRIA DE ÁGUA	un	1,00
1.12	COMPOSIÇÃO O 1.11	SINAPI	ENTRADA PROVISORIA DE ENERGIA	un	1,00
1.13	COMPOSIÇÃO O 1.12	SINAPI	ENTRADA PROVISORIA DE PONTO DE ESGOTO	un	1,00
1.1 DEMOLIÇÃO DE CALÇADAS EXISTENTES					
1.1.1	97629	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE LAJES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017 (48M DE CALÇADAS * 1,5*0,05)	m³	3,60
2.2.3	100973	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ /128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	3,60
1.1.2	97913	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 (distância considerada de 42 Km até local de descarte na estrutural)	m³Xkm	108,00
1.1.3	97915	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 (distância considerada de 42 Km até local de descarte na estrutural)	m³Xkm	43,20
					SUBTOTAL
2.0 TERRAPLANAGEM					
2.1 REMOÇÃO DE CAMADA VEGETAL DO TIPO GRAMÍNEA (ÁREA DA ARQUIBANCADA)					
2.1.1	101128	SINAPI	Retirada de 5cm de camada superior da área de arquibancada - remoção de camada vegetal. (L X C) (09m x 1,50m 0,03 de remoção)* 6 módulos(BANCOS DA ARQUIBANCADA)	m³	2,43
2.1.2	97915	SINAPI	Remoção de 5cm X 30km (de São Sebastião até estrutural)(2,43M3*30KM) São Sebastião até estrutural)	M3XKM	72,90
2.2.3	100973	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ /128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	2,43
2.1.3	97915	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 (Remoção (2,43M3*12) (excedente de São Sebastião até estrutural)	M3XKM	29,16
2.2 MOVIMENTAÇÃO DE SOLO (CORTE / ATERRO)					

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

2.2.1	101128	diferença	Como o campo tem 65 metros de largura, haverá remoção de metade do solo da parte mais alta que é 1,80m, sendo movimentado 0,90m pra parte mais baixa, assim, manteremos o nivelamento do solo (CORTE EM TRIANGULO) (Corte de 0,90m *32,5m que é a metade da largura * 90 metros de comprimentos / 2,	m³	1316,25
2.2.2	100939	SINAPI	Transporte de 1316,25*0,065km (largura do campo em Km)	M3XKM	85,56
2.2.4	96385	SINAPI	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019 = (1316,25m3)	m³	1316,25
2.3 EXECUÇÃO DE ATERRO DE BASE (CASCALHO DE CAVA)					
2.3.1	4743	SINAPI	$(H*L*C) = 0,15*65*90 = \text{ÁREA DO CAMPO} + 20\%$ devido ao empolamento do solo. (877,50+20%)	m³	877,50
2.3.2	4743	SINAPI	$((B*H)/2)*90m = ((2*1)/2*90)$ TALUDE LATERAL - PARTE BAIXA DO CAMPO - +20% devido ao empolamento do solo. (90+20%)	m³	90,00
2.3.3	95426	SINAPI	PARA OS PRIMEIROS 30Km - Transporte de cascalho (referências: Pedreira Contagem em Sobradinho, 65,8Km para Bosque. Cascalheira Buriti, 61,2Km para Bosque. Cascalheira Terra Nova em Ponte Alta Gama, 53,2Km para Bosque (adotado a média de 60,06Km)	M3XKM	29.025,00
2.3.4	95427	SINAPI	PARA O SEGUNDO TRECHO 30 Km - Transporte de cascalho (referências: Pedreira Contagem em Sobradinho, 65,8Km para Bosque. Cascalheira Buriti, 61,2Km para Bosque. Cascalheira Terra Nova em Ponte Alta Gama, 53,2Km para Bosque (adotado a média de 60,06Km)	m³Xkm	29.025,00
2.3.5	96385	SINAPI	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019 = (585+90m3)	m³	967,50
SUBTOTAL					
SUBTOTAL					
3.0 CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA					
3.1	COTAÇÃO DE MERCADO	SINAPI	GRAMA SINTETICA, ALTURA /ESPESSURA DE 52MM, FIBRILADO, 100% POLIETILENO, BASE TRIPLA, MINIMO DE 8.000 PONTOS POR M2, INCLUINDO MAO DE OBRA E SISTEMA DE INSTALACAO (FLUTUANTE, UNIAO DOS ROLOS COM TAPEDA 30CM, COLA PU, 30 KG/M2 DE AREIA CLASSIFICADA GRANULOMETRIA 40/45 OU 50/60 E 10 KG/M2 DE GRANULO DE BORRACHA SBR PRETA MALHA 10 (0,7 A 2,0 MM)	M²	5185,00
3.2	COMPOSIÇÃO 3.2	SINAPI	Dois conjuntos devido as dimensões das traves do campo profissional serem o dobro do campo de futisal	UN.	1,00
SUBTOTAL					



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

4.0 DRENAGEM ENTERRADA					
4.1	93358	SINAPI	Abertura de valas para instalar tubulação (vala com dimensões de 0,5*0,5*1155,90) - cada braço tem (27,30*24)+(11*4)+(61*2) de comprimento * largura 30 e profundidade de 40	m³	98,54
4.2	101616	SINAPI	Regularização e alinhamento de fundo (612,40*0,4)	m²	328,48
4.3	38052	SINAPI	TUBO DRENO, CORRUGADO, ESPIRALADO, FLEXIVEL, PERFURADO, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), DN 100 MM, (4") PARA DRENAGEM - EM ROLO (NORMA DNIT 093/2006 - E.M)	M	727,00
4.4	88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	40,00
4.5	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	40,00
4.6	3668	SINAPI	JUNCAO DUPLA, PVC SOLDAVEL, DN 100 X 100 X 100 MM , SERIE NORMAL PARA ESGOTO	un	14,00
4.7	102712	SINAPI	Para revestimento dos tubos (perímetro do tubo com folga de trespasses $(2\pi r * comprimento) = 2*3,14*0,075*821,2$ 20% de com trespasses.	m²	464,14
4.8	4718	SINAPI	Para revestimento dos tubos Vol de brita $(B+b*h)/2 = (0,45+0,35*0,4)/2 * comprimento 727 = 116,32$, assim, menos a metade da área do tubo que está envolto de brita $(3,14*0,055^2*727) = 6,9m^3$ LOGO 109,42m³	m³	109,42
4.9	95426	SINAPI	Transporte de brita (referências: Considerados transporte de até 30 km, atingindo grande números de empresas fornecedoras (109,42m³ x 30km)	M3XKM	3.282,60
4.10	3777	SINAPI	LONA PLASTICA PRETA, E= 150 MICRA (área do campo + 20% trespasses e valetas) = 5.185 * 1,20	m²	6222,00
4.11	88270	SINAPI	IMPERMEABILIZADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	40,00
					SUBTOTAL
5.0 BASE DRENANTE					
5.1	4741	SINAPI	1cm de cobertura (área * espessura) = 5185*0,02	m³	103,70
5.2	4720	SINAPI	1cm de cobertura (área * espessura) = 5185*0,02	m³	51,85
5.3	4721	SINAPI	4cm de cobertura (área * espessura) = 5185*0,04	m³	207,40
5.4	4718	SINAPI	5cm de cobertura (área * espessura) = 5185*0,05	m³	259,25
5.5	95426	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA , DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_07/2020 (Transporte de brita (referências: Considerados transporte de até 30 km, atingindo grande números de empresas fornecedoras)	m³Xkm	18.666,00
5.6	100574	SINAPI	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRA. AF_11/2019	m³	622,20
5.7	97083	SINAPI	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, COM COMPACTADOR DE SOLOS A PERCUSSÃO. AF_09/2017	m²	5185,00
5.8	517	SINAPI	Rendimento 1L= 8m² logo 5185m² / 8= 648L	un	650,00
					SUBTOTAL
6.0 ALAMBRADO					

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

6.0.1	COMPOSIÇÃO O 6.1	SINAPI	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIÂMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 10 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021	M²	1452,00
6.0.2	COMPOSIÇÃO O 6.2	SINAPI	LATERAL (parte mais baixa): 28 tubos de 4,60 metros de altura, sendo 60cm chumbado em broca de concreto = 128,80metros + (2 travas de 0,5m por tubo = 28m, TOTALIZANDO = 156,80 metros ----- FUNDOS (parte mais alta): 34 tubos de 6,60 metros de altura, sendo 60cm chumbado em broca de concreto = 224,40metros + (3 travas de 0,5m por tubo = 51m, TOTALIZANDO = 275,40metros ---- TOTAL DE 432,20m	m	432,20
6.0.3	101112	SINAPI	ALARGAMENTO DE BASE DE TUBULÃO A CÉU ABERTO, ESCAVAÇÃO MANUAL, CONCRETO FEITO EM OBRA E LANÇADO COM JERICA. AF_05/2020 Serviços referente a base chumbada dos alambrado e dos tudos de reforço braço de força, pois, o Alambrado deverá ter 60cm de tubo chumbado, sendo 183 pontos = 0,80 de tubulão de 20cm	m³	4,60
6.0.4	COMPOSIÇÃO O 6.0.4	SINAPI	LATERAL: 90*4 = 360M2 * 2 LADOS = 720M2 + FUNDOS: 65*6 = 390M2 * 2 LADOS = 780M2 = 1500,00M2	M²	1500
6.0.5	3106	SINAPI	FERROLHO COM FECHO CHATO E PORTA CADEADO , EM AÇO GALVANIZADO / ZINCADO, DE SOBREPOR, COM COMPRIMENTO DE 6", CHAPA COM ESPESSURA MINIMA DE 1,70 MM E LARGURA /MINIMA DE 5,00 CM (FECHO REFORCADO) (INCLUI PARAFUSOS)	Unid.	2
6.0.6	11447	SINAPI	DOBRADICA EM LATAO, 3 " X 2 1/2 ", E= 1,9 A 2 MM, COM ANEL, CROMADO, TAMP A BOLA, COM PARAFUSOS	Unid.	6
6.1	VIGA BALDRAME PARA FIXAÇÃO DE ALAMBRADO (20X30)				
6.1.1	96526	SINAPI	((0,2*0,3)*292)+((62 TRAVAS* 0,2*0,3)*0,5) - viga de 20x30 com acrescimo de area para travamento da mão francesa	m³	19,38
6.1.2	94965	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	m³	19,38
6.1.3	92877	SINAPI	(4 barras X 292m(perímetro do campo))*+15% do trespasse = 1343,20m X 0,617KG/M = 828,75kg	kg	828,75
6.1.4	34	SINAPI	(4 barras X 292m(perímetro do campo))*+15% do trespasse = 1343,20m X 0,617KG/M = 828,75kg	kg	828,75
6.1.5	92875	SINAPI	292m(perímetro do campo) / 0,20 de espaçamento= 1460 BARRAS X 0,84m (tamanho da barra) + 15% X 0,245KG/M (ESTRIBOS)= 345,53kg	kg	345,53
6.1.6	32	SINAPI	292m(perímetro do campo) / 0,20 de espaçamento= 1460 BARRAS X 0,84m (tamanho da barra) + 15% X 0,245KG/M (ESTRIBOS)= 345,53kg	kg	345,53
6.1.7	96536	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017 (perímetro 85+85+61+61 = 292m, isso dividido por 4 = 73 metros *0,3 de altura * 2 lados)	m2	43,80
6.1.8	6212	SINAPI	TABUA *2,5 X 30 CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	m2	43,80
6.1.9	5068	SINAPI	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 17 X 21 (2 X 11)	Kg	1,00
6.1.10	43132	SINAPI	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	Kg	2,00
6.1.11	88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	80,00
6.1.12	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	80,00
6.1.13	88238	SINAPI	AJUDANTE DE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	80,00
6.1.14	88245	SINAPI	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	80,00



SUBTOTAL					
7.0		CALÇADAS			
7.1	COMPOSIÇÃO O 7.1	SINAPI	Retirado de projeto *2m largura =	m ³	834,75
7.2	4059	SINAPI	MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO, PRE-MOLDADO, COMP 1 M, *30 X 12/15* CM (H X L1/L2 (Fundo campo: 65+65+ Lateral 89+89+ Calçadas cobertura da rede 114+ 114 Calçada de acesso ao campo 9+9)	m	554,00
7.3	96622	SINAPI	834,75m ² 0,05cm de espessura	m ³	41,73
7.4	100576	SINAPI	REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILISO AF_11/2019	m ²	834,75
SUBTOTAL					
8.0		ARQUIBANCADA			
8.1	96622	SINAPI	(lastro da base da alvenaria), cada módulo de arquivancada tem perímetro de 9+9+1,5+1,5 = 21m*0,15 de largura = 3,15m ² * 6 módulos = 18,90m ² * 0,05 de espessura = 0,95m ³	m ³	0,95
8.2	95241	SINAPI	(lastro da base da alvenaria), cada módulo de arquivancada tem perímetro de 9+9+1,5+1,5 = 21m*0,15 de largura = 3,15m ² * 6 módulos = 18,90m ²	m ²	18,90
8.3	103318	SINAPI	Cada módulo terão 9m ² de alvenaria de fundo, 4,5m ² de espelho superior e 4,5m ² de espelho inferior + 0,7m ² lado maior e 0,35m ² lado menor * 2 lados = tudo multiplicados por 6 arquivancadas	m ²	120,60
8.4	87894	SINAPI	área de alvenaria	m ²	120,60
8.5	87529	SINAPI	Reboco de Arquivancada = área de alvenaria externa	m ²	120,60
8.6	4743	SINAPI	Aterro para preencher arquivancada (área lateral de 1,20m ² *comprimento de 9m = 9,45 *2 arquivancadas *0,20% de empolamentos	m ³	77,76
8.7	95426	SINAPI	PARA OS PRIMEIROS 30Km - Transporte de cascalho (referências: Pedreira Contagem em Sobradinho, 65,8Km para Bosque. Cascalheira Buriti, 61,2Km para Bosque. Cascalheira Terra Nova em Ponte Alta Gama, 53,2Km para Bosque (adotado a média de 60,06Km)	M3XKM	2.332,80
8.8	95427	SINAPI	PARA O SEGUNDO TRECHO 30 Km - Transporte de cascalho (referências: Pedreira Contagem em Sobradinho, 65,8Km para Bosque. Cascalheira Buriti, 61,2Km para Bosque. Cascalheira Terra Nova em Ponte Alta Gama, 53,2Km para Bosque (adotado a média de 60,06Km)	m ³ Xkm	2.332,80
8.9	100973		Descarga e manobra de Aterro	m ³	77,76
8.10	94993	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_07/2016 (1,6*9)*6 arquivancadas	m ²	86,40
8.11	95626		Pintura emcor Azul das arquivancadas = área de alvenaria	m ²	120,60
8.1		ALVENARIA DE DELIMITAÇÃO DE ÁREA DESTINADA AO CADEIRANTE			

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

8.1.1	96622	SINAPI	(lastrado da base da alvenaria), 2m*0,15 de largura =0,3m2 * 5 módulos = 1,5m2 * 0,05 de espessura = 0,08m3	m ³	0,080
8.1.2	103318	SINAPI	Cada módulo terá 2m*5 módulos*1 de altura =	m ²	10,00
8.1.3	87894	SINAPI	área de alvenaria	m ²	10,00
8.1.4	87529	SINAPI	Reboco de Arquibancada = área de alvenaria externa	m ²	10,00
8.1.5	95626	SINAPI	Pintura emcor Azul das arquibancadas = área de alvenaria	m ²	10,00
SUBTOTAL					
9.0 REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, COM CAIXA PARA BOCA DE LOBO E TAMPÃO EM CONCRETO					
9.1	92210	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015 (22+22+3,5+73+9,5+25	m	155,000
8.8	94993	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_07/2016 Calçada por cima da tubulação , com 6cm de espessura - 73metros *1,5	m ²	109,50
9.3	97935	SINAPI	CAIXA PARA BOCA DE LOBO SIMPLES RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X1,0X1,2 M. AF_12/2020	m ³	11,00
SUBTOTAL					
10.0 GRAMA PARA TALUDES					
10.1	98504	SINAPI	Para taludo do lado de baixo do campo, metragem retirada do projeto.	m ²	256,27

ASSINADO DIGITALMENTE DOC. SEI Nº 118550474

Jeilson Oliveira dos Santos

Engenheiro Civil CREA nº 27922/D-DF

Coordenador de Licenciamento Obras e Manutenção - COLOM

Matrícula 1.711.523-X

ASSINADO DIGITALMENTE DOC. SEI Nº 118550474

Arthur Mangabeiro Soares Leão

Engenheiro Civil CREA nº 23256/D-DF

Diretor de Aprovação e Licenciamento - DIALIC

Matrícula 1.689.693-9

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

Planilha da Curva ABC, Doc. SEI nº 118548822

ITEM	CÓD.	TABELAS CONSULTAS	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE UNITÁRIA	VALOR UNITÁRIO	BDI=23,15%		PERCENTUAL	PERCENTUAL ACUMULADO	CLASSIFICAÇÃO
								123,15%				
								VALOR COM BDI				
1	3.1	COTAÇÃO DE MERCADO	SINAPI	GRAMA SINTETICA, ALTURA /ESPESSURA DE 52MM, FIBRILADO, 100% POLIETILENO, BASE TRIPLA, MINIMO DE 8.000 PONTOS POR M2, INCLUINDO MAO DE OBRA E SISTEMA DE INSTALACAO (FLUTUANTE, UNIAO DOS ROLOS COM TAPEDE 30CM, COLA PU, 30 KG/M2 DE AREIA CLASSIFICADA GRANULOMETRIA 40/45 OU 50/60 E 10 KG/M2 DE GRANULO DE BORRACHA SBR PRETA MALHA 10 (0,7 A 2,0 MM)	m ²	5185,00	R\$ 120,00	R\$ 766.239,30	33,37%	33,37%	A	
2	6.0.1	COMPOSIÇÃO 6.0.1	SINAPI	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE ACO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIAMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 10 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021 COM ACRECIMO DE BARRA 6,3MM PARA AMARRAÇÃO DE TELA.	m ²	1452,00	R\$ 260,09	R\$ 465.074,07	20,26%	53,63%	A	
3	2.3.1	4743	SINAPI	CASCALHO DE CAVA	m ³	1053,00	R\$ 104,40	R\$ 135.382,74	5,90%	59,52%	A	
4	7.1	COMPOSIÇÃO 7.1	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. 8CM DE ESPESSURA	m ²	834,75	R\$ 70,09	R\$ 72.051,99	3,14%	62,66%	A	
5	2.3.3	95426	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	29025,00	R\$ 1,75	R\$ 62.552,50	2,72%	65,39%	A	



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

6	5.4	4718	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	m³	259,25	R\$ 180,00	R\$ 57.467,95	2,50%	67,89%	A
7	5.3	4721	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	m³	207,40	R\$ 179,06	R\$ 45.734,27	1,99%	69,88%	A
8	5.5	95426	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	20.221,50	R\$ 1,75	R\$ 43.579,86	1,90%	71,78%	A
9	1.5	88326	SINAPI	VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	1.080,00	R\$ 24,22	R\$ 32.213,08	1,40%	73,18%	A
10	1.2	90778	SINAPI	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	198,00	R\$ 109,19	R\$ 26.624,56	1,16%	74,34%	A
11	6.0.2	COMPOSIÇÃO 6.0.2	SINAPI	ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO DO TIPO MÃO DE FORÇA	m	432,20	R\$ 64,40	R\$ 34.278,27	1,4929%	75,83%	A
12	9.1	92210	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	m	155,00	R\$ 167,90	R\$ 32.049,17	1,40%	77,23%	A
13	5.2	4720	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	m³	103,70	R\$ 206,72	R\$ 26.399,50	1,15%	78,38%	A
14	6.0.4	COMPOSIÇÃO 6.0.4	SINAPI	PINTURA DE ALAMBRADO COM TINTA ESMALTE	m²	1500,00	R\$ 13,93	R\$ 25.725,93	1,12%	79,50%	A
15	4.8	4718	SINAPI	PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE(PARA PREENCHIMENTO DE VALAS)	m³	109,42	R\$ 180,00	R\$ 24.255,13	1,0564%	80,56%	B
16	2.3.4	95427	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA , ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	29025,00	R\$ 0,65	R\$ 23.233,79	1,01%	81,57%	B
17	5.1	4741	SINAPI	PÓ DE PEDRA (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	m³	103,70	R\$ 169,14	R\$ 21.600,29	0,94%	82,51%	B



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

18	7.2	4059	SINAPI	MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO, PRE-MOLDADO, COMP 1 M, *30 X 12/15* CM (H X L1/L2)	m	554,00	R\$ 30,91	R\$ 21.088,38	0,92%	83,43%	B
19	2.2.1	101128	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (125HP/LÂMINA: 2,70M3). AF_07/2020	m³	1316,25	R\$ 12,69	R\$ 20.570,01	0,8959%	84,32%	B
20	1.4	93572	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	mês	3,00	R\$ 3.762,75	R\$ 13.901,48	0,61%	84,93%	B
21	2.2.3	96385	SINAPI	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	1316,25	R\$ 10,58	R\$ 17.149,78	0,75%	85,68%	B
22	3.2	COMPOSIÇÃO 3.2	SINAPI	CONJUNTO PARA FUTSAL COM TRAVES OFICIAIS 7,32x2,44m	un	1,00	R\$ 11.864,86	R\$ 14.611,58	0,64%	86,31%	B
23	8.3	103318	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m²	120,60	R\$ 98,01	R\$ 14.556,34	0,63%	86,95%	B
24	2.3.2	4743	SINAPI	CASCALHO DE CAVA	m³	108,00	R\$ 104,40	R\$ 13.885,41	0,60%	87,55%	B
25	6.1.2	94965	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	m³	19,38	R\$ 577,94	R\$ 13.793,39	0,6007%	88,15%	B
26	6.1.3	92877	SINAPI	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-25, DIÂMETRO DE 10,0 MM. AF_12/2015	kg	828,75	R\$ 13,06	R\$ 13.329,11	0,58%	88,73%	B
27	2.3.5	96385	SINAPI	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	967,50	R\$ 10,58	R\$ 12.605,82	0,55%	89,28%	B
28	7.3	96622	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *5 CM*. AF_08/2017	m³	41,73	R\$ 243,96	R\$ 12.537,23	0,55%	89,83%	B
29	9.3	97935	SINAPI	CAIXA PARA BOCA DE LOBO SIMPLES RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X1,0X1,2 M. AF_12/2020	Un.	11,00	R\$ 865,45	R\$ 11.723,82	0,51%	90,34%	B



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

30	4.10	3777	SINAPI	LONA PLASTICA PRETA, E= 150 MICRA	m ²	6.222,00	R\$ 1,52	R\$ 11.646,84	0,51%	90,85%	B
31	1.11	COMPOSIÇÃO 1.11	SINAPI	ENTRADA PROVISÓRIA DE ÁGUA	un	1,00	R\$ 9.296,73	R\$ 11.448,92	0,50%	91,34%	B
32	6.1.4	34	SINAPI	ACO CA-50, 10,0 MM, VERGALHAO	kg	828,75	R\$ 10,66	R\$ 10.879,66	0,47%	91,82%	B
33	4.3	38052	SINAPI	TUBO DRENO, CORRUGADO, ESPIRALADO, FLEXIVEL, PERFURADO, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), DN 100 MM, (4") PARA DRENAGEM - EM ROLO (NORMA DNIT 093/2006 - E.M)	m	727,00	R\$ 11,93	R\$ 10.680,93	0,4652%	92,28%	B
34	1.12	COMPOSIÇÃO 1.12	SINAPI	ENTRADA PROVISORIA DE ENERGIA	un	1,00	R\$ 8.365,63	R\$ 10.302,28	0,45%	92,73%	B
35	8.6	4743	SINAPI	CASCALHO DE CAVA	m ³	77,76	R\$ 104,40	R\$ 9.997,49	0,44%	93,17%	B
36	9.2	94993	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_07/2016	m ²	109,50	R\$ 71,64	R\$ 9.660,60	0,42%	93,59%	B
37	4.1	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	m ³	98,54	R\$ 79,12	R\$ 9.601,37	0,42%	94,01%	B
38	1.13	COMPOSIÇÃO 1.13	SINAPI	ENTRADA PROVISORIA DE ESGOTO	un	1,00	R\$ 6.389,55	R\$ 7.868,73	0,34%	94,35%	B
39	5.8	517	SINAPI	EMULSAO ASFALTICA ANIONICA	l	650,00	R\$ 9,57	R\$ 7.660,55	0,33%	94,68%	B
40	8.10	94993	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_07/2016	m ²	86,40	R\$ 71,64	R\$ 7.622,61	0,33%	95,01%	C
41	4.9	95426	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M ³ , EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m ³ Xkm	3282,60	R\$ 1,75	R\$ 7.074,41	0,31%	95,32%	C
42	6.1.1	96526	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA VIGA BALDRAME, SEM PREVISÃO DE FÔRMA. AF_06/2017	m ³	19,38	R\$ 294,69	R\$ 7.033,21	0,31%	95,63%	C



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

43	5.7	5684	SINAPI	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1,68 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	chp	36,00	R\$	153,16	R\$	6.790,20	0,30%	95,92%	C
44	8.5	87529	SINAPI	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	m ²	120,60	R\$	42,48	R\$	6.309,08	0,27%	96,20%	C
45	1.8	10775	SINAPI	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00M, ALT. 2,50, COM 1 SANITÁRIO, PARA ESCRITORIO COMPLETO SEM DIVISÓRIAS	mês	3,00	R\$	1.250,00	R\$	4.618,13	0,20%	96,40%	C
46	6.0.3	101112	SINAPI	ALARGAMENTO DE BASE DE TUBULÃO A CÉU ABERTO, ESCAVAÇÃO MANUAL, CONCRETO FEITO EM OBRA E LANÇADO COM JERICA. AF_05/2020	m ³	4,60	R\$	965,48	R\$	5.469,35	0,24%	96,64%	C
47	6.1.5	92875	SINAPI	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-25, DIÂMETRO DE 6,3 MM. AF_12/2015	kg	345,53	R\$	12,16	R\$	5.174,33	0,23%	96,86%	C
48	4.7	102712	SINAPI	GEOTÊXTIL NÃO TECIDO 100% POLIÉSTER, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO DE 9 KN/M (RT - 9), INSTALADO EM DRENO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2021	m ²	464,14	R\$	8,86	R\$	5.064,27	0,22%	97,08%	C
49	8.7	95426	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M ³ , EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m ³ Xkm	2332,80	R\$	1,75	R\$	5.027,48	0,22%	97,30%	C
50	1.9	10776	SINAPI	LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA ESCRITORIO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS E SEM SANITARIO	mês	3,00	R\$	976,56	R\$	3.607,90	0,16%	97,46%	C
51	6.1.6	32	SINAPI	ACO CA-50, 6,3 MM, VERGALHAO	kg	345,53	R\$	11,24	R\$	4.782,85	0,2083%	97,67%	C
52	10.1	98504	SINAPI	PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS. AF_05/2018	m ²	256,27	R\$	15,01	R\$	4.737,10	0,21%	97,88%	C
53	1.6	90775	SINAPI	DESENHISTA PROJETISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	240,00	R\$	15,35	R\$	4.536,85	0,20%	98,07%	C



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

54	6.1.7	96536	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	m2	43,80	R\$ 83,48	R\$ 4.502,89	0,20%	98,27%	C
55	1.7	4813	SINAPI	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUÇÃO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,4 X 1,2* M (SEM POSTES PARA FIXAÇÃO)	m²	12,00	R\$ 250,00	R\$ 3.694,50	0,16%	98,43%	C
56	1.3	90781	SINAPI	TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	128,00	R\$ 20,31	R\$ 3.201,51	0,14%	98,57%	C
57	6.1.14	88245	SINAPI	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	80,00	R\$ 26,43	R\$ 2.603,88	0,11%	98,68%	C
58	6.1.12	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	80,00	R\$ 26,25	R\$ 2.586,15	0,1126%	98,80%	C
59	8.11	95626	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDE EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_11/2016	m²	120,60	R\$ 17,11	R\$ 2.541,16	0,11%	98,91%	C
60	4.2	101616	SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	m²	328,48	R\$ 5,94	R\$ 2.402,87	0,10%	99,01%	C
61	7.4	100576	SINAPI	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILISO AF_11/2019	m²	834,75	R\$ 2,28	R\$ 2.343,83	0,10%	99,11%	C
62	6.1.11	88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	80,00	R\$ 21,06	R\$ 2.074,83	0,09%	99,20%	C
63	6.1.13	88238	SINAPI	AJUDANTE DE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	80,00	R\$ 19,99	R\$ 1.969,41	0,09%	99,29%	C
64	8.8	95427	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	2332,80	R\$ 0,65	R\$ 1.867,35	0,08%	99,37%	C
65	4.11	88270	SINAPI	IMPERMEABILIZADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	40,00	R\$ 26,61	R\$ 1.310,81	0,06%	99,43%	C
66	4.4	88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	40,00	R\$ 25,87	R\$ 1.274,36	0,06%	99,48%	C



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

67	8.1.2	103318	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m ²	10,00	R\$ 98,01	R\$ 1.206,99	0,05%	99,54%	C
68	8.4	87894	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	m ²	120,60	R\$ 6,76	R\$ 1.003,99	0,04%	99,58%	C
69	4.5	88316	SINAPI	SERVEnte COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	40,00	R\$ 20,00	R\$ 985,20	0,04%	99,62%	C
70	1.10	37524	SINAPI	TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	m	310,00	R\$ 2,53	R\$ 965,87	0,04%	99,66%	C
71	5.6	100574	SINAPI	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRA. AF_11/2019	m ³	622,2	R\$ 1,19	R\$ 911,82	0,0397%	99,70%	C
72	8.2	95241	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	m ²	18,90	R\$ 36,80	R\$ 856,53	0,04%	99,74%	C
73	8.9	100973	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M ³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M ³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m ³	77,76	R\$ 7,96	R\$ 762,26	0,03%	99,77%	C
74	4.6	3668	SINAPI	JUNCAO DUPLA, PVC SOLDAVEL, DN 100 X 100 X 100 MM , SERIE NORMAL PARA ESGOTO	un	14,00	R\$ 42,72	R\$ 736,54	0,03%	99,81%	C
75	6.1.8	6212	SINAPI	TABUA *2,5 X 30 CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	m	43,80	R\$ 13,50	R\$ 728,19	0,03%	99,84%	C
76	2.2.2	100939	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M ³ , EM VIA INTERNA (DENTRO DO CANTEIRO - UNIDADE:M3XKM). AF_07/2020	m ³ Xkm	85,56	R\$ 5,68	R\$ 598,49	0,03%	99,86%	C



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

77	1.1.1	97629	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE LAJES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m³	3,60	R\$ 118,59	R\$ 525,76	0,02%	99,89%	C
78	8.1.4	87529	SINAPI	MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	m²	10,00	R\$ 42,48	R\$ 523,14	0,02%	99,91%	C
79	1.1.3	97913	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	108	R\$ 2,92	R\$ 388,37	0,02%	99,93%	C
80	1.1		CAU/CREA	ART/RRT	un	1,00	R\$ 233,94	R\$ 288,10	0,01%	99,94%	C
81	8.1	96622	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *5 CM*. AF_08/2017	m³	0,95	R\$ 243,96	R\$ 285,41	0,01%	99,95%	C
82	2.1.2	97914	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	72,90	R\$ 2,67	R\$ 239,70	0,01%	99,96%	C
83	6.0.6	11447	SINAPI	DOBRADICA EM LATAO, 3 " X 2 1/2 ", E= 1,9 A 2 MM, COM ANEL, CROMADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	Unid.	6,00	R\$ 32,02	R\$ 236,60	0,01%	99,97%	C
84	8.1.5	95626	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDE EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_11/2016	m²	10,00	R\$ 17,11	R\$ 210,71	0,01%	99,98%	C
85	8.1.3	87894	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DECONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	m²	10,00	R\$ 6,76	R\$ 83,25	0,00%	99,99%	C
86	1.1.4	97915	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	43,20	R\$ 1,07	R\$ 56,92	0,00%	99,99%	C



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

87	6.1.10	43132	SINAPI	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	Kg	2,00	R\$ 19,21	R\$ 47,31	0,00%	99,99%	C
88	2.1.4	97915	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	29,16	R\$ 1,07	R\$ 38,42	0,00%	99,99%	C
89	6.0.5	3106	SINAPI	FERROLHO COM FECHO CHATO E PORTA CADEADO, EM ACO GALVANIZADO / ZINCADO, DE SOBREPOR, COM COMPRIMENTO DE 6", CHAPA COM ESPESSURA MINIMA DE 1,70 MM E LARGURA /MINIMA DE 5,00 CM (FECHO REFORCADO) (INCLUI PARAFUSOS)	Unid.	2,00	R\$ 15,42	R\$ 37,98	0,00%	99,99%	C
90	2.1.1	101128	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (125HP/LÂMINA: 2,70M3). AF_07/2020	m³	2,43	R\$ 12,69	R\$ 37,98	0,00%	100,00%	C
91	1.1.2	100973	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ /128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	3,60	R\$ 7,96	R\$ 35,29	0,00%	100,00%	C
92	6.1.9	5068	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 21 (2 X 11)	Kg	1,00	R\$ 21,87	R\$ 26,93	0,00%	100,00%	C
93	8.1.1	96622	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *5 CM*. AF_08/2017	m³	0,08	R\$ 243,96	R\$ 24,03	0,00%	100,00%	C
94	2.1.3	100973	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ /128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	2,43	R\$ 7,96	R\$ 23,82	0,00%	100,00%	C
								R\$ 2.296.048,99	100,00%		



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

CLASSE	PERCENTUAL
A	80%
B	95%
C	100%

ASSINADO DIGITALMENTE DOC. SEI Nº 118550474

Jeilson Oliveira dos Santos

Engenheiro Civil CREA nº 27922/D-DF

Coordenador de Licenciamento Obras e Manutenção - COLOM

Matrícula 1.711.523-X

ASSINADO DIGITALMENTE DOC. SEI Nº 118550474

Arthur Mangabeiro Soares Leonço

Engenheiro Civil CREA nº 23256/D-DF

Diretor de Aprovação e Licenciamento - DIALIC

Matrícula 1.689.693-9



Planilha do Cronograma Físico-Financeiro, Doc. SEI nº 118548822

Obra: CAMPO SINTÉTICO DO BOSQUE

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	PRAZO PARA EXECUÇÃO DA OBRA							
		CONTRATO		1º mês		2º mês		3º mês	
		TOTAL	%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	%	VALOR (R\$)	%
1.0/2.0	SERVIÇOS PRELIMINARES/ADMINISTRACAO LOCAL, DEMOLIÇÕES E TERRAPLANAGEM	R\$ 410.596,68	17,88%	205.298,34	50,00%	205.298,34	50,00%		
3.0	CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA	R\$ 780.850,88	34,01%	156.170,18	20,00%	234.255,26	30,00%	390.425,44	50,00%
4.0/5.0	DRENAGEM SUBTERRANEA/BASE DRENANTE	R\$ 285.177,16	12,42%	142.588,58	50,00%	71.294,29	25,00%	71.294,29	25,00%
6.0	ALAMBRADO	R\$ 600.354,32	26,15%	180.106,30	30,00%	210.124,01	35,00%	210.124,01	35,00%
7.0 A 10.0	CALÇADAS/ARQUIBANCADA/ÁGUAS PUVIAIS/GRAMA	R\$ 219.069,95	9,54%			109.534,98	50,00%	109.534,98	50,00%
		2.296.048,99	100,00%						
		SUB-TOTAL MENSAL		684.163,39	29,80%	830.506,88	36,17%	781.378,72	34,03%
		ACUMULADO		684.163,39	29,80%	1.514.670,27	65,97%	2.296.048,99	100,00%
		TOTAL ACUMULADO		2.296.048,99	100,00%				

ASSINADO DIGITALMENTE DOC. SEI Nº 118550474

Jeilson Oliveira dos Santos
 Engenheiro Civil CREA nº 27922/D-DF
 Coordenador de Licenciamento Obras e Manutenção - COLOM
 Matrícula 1.711.523-X

ASSINADO DIGITALMENTE DOC. SEI Nº 118550474

Arthur Mangabeiro Soares Leonço
 Engenheiro Civil CREA nº 23256/D-DF
 Diretor de Aprovação e Licenciamento - DIALIC
 Matrícula 1.689.693-9



Planilha da Demonstração do Cálculo dos Benefícios e Despesas Indiretas – BDI, Doc. SEI nº 118548822

BDI		BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS	
COMPONENTE			
A		DESPESAS INDIRETAS	INCIDÊNCIA
	1	Administração Central	3,00%
	2	Seguros + Garantias	0,80%
	3	Riscos	0,97%
	4	Despesas Financeiras	0,59%
			5,36%
B		TRIBUTOS	INCIDÊNCIA
	1	COFINS - Contribuição Financiamento Seguridade Social	3,00%
	2	PIS - Programa de Integração Social	0,65%
	3	ISS - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza	1,00%
	4	Contribuição previdenciária Sobre Receita Bruta	4,50%
			9,15%
C		BONIFICAÇÃO	INCIDÊNCIA
	1	Lucro	6,16%
	2		
	3		
	4		
			6,16%
BDI			23,15
FÓRMULA UTILIZADA PARA CÁLCULO DO BDI			

$$BDI = \left[\left(\frac{(1 + (AC + S + R + G)) \times ((1 + DF) \times (1 + L))}{(1 - I)} \right) - 1 \right] \times 100$$

AC	Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central
S	Taxa Representativa de Seguros
R	Taxa Representativa de Riscos
G	Taxa Representativa de Garantias
DF	Taxa Representativa de Despesas Financeiras
L	Taxa Representativa de Lucro
I	Taxa Representativa de Incidência de Impostos
	Taxa Representativa da Incidência de Impostos é aplicada sobre o preço de venda da prestação do serviço, enquanto que as demais taxas são aplicadas sobre o custo
REFERÊNCIAS:	
Fórmula de cálculo do BDI: Relatório do Acórdão nº 2.622/2013 - TCU / Plenário	



CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA - CPRB (Conforme item 20.1 do Projeto Básico, Doc. SEI nº 118368156)

O Licitante deverá levar em consideração *que há inclusão da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB - no importe de 4,5% (Lei Federal n. 12.546/2011), que trata da desoneração tributária em razão da existência da contribuição previdenciária substitutiva (CPRB) para o setor de construção civil e de construção civil de obras de infraestrutura, conforme os artigos 7º a 9º da Lei nº 12.546/2011 (Plano Brasil Maior), devendo as licitantes observarem tal questão quando da elaboração de suas propostas e detalhamento do BDI.*

ASSINADO DIGITALMENTE DOC. SEI Nº 118550474

Jeilson Oliveira dos Santos

Engenheiro Civil CREA nº 27922/D-DF

Coordenador de Licenciamento Obras e Manutenção - COLOM

Matrícula 1.711.523-X

ASSINADO DIGITALMENTE DOC. SEI Nº 118550474

Arthur Mangabeiro Soares Leonço

Engenheiro Civil CREA nº 23256/D-DF

Diretor de Aprovação e Licenciamento - DIALIC

Matrícula 1.689.693-9



Planilha - Tabela de Encargos Sociais – Doc. SEI nº 118548822

SINAPI - Composição de Encargos Sociais		CAIXA			
DISTRITO FEDERAL		VIGÊNCIA A PARTIR DE 10/2018			
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A	Total	17,80%	17,80%	37,80%	37,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,76%	Não incide	17,76%	Não incide
B2	Feriados	3,41%	Não incide	3,41%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,90%	0,71%	0,90%	0,71%
B4	13º Salário	10,60%	8,33%	10,60%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,06%	0,07%	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,71%	0,56%	0,71%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,31%	Não incide	1,31%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%	0,09%	0,11%	0,09%
B9	Férias Gozadas	12,57%	9,88%	12,57%	9,88%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,02%	0,03%	0,02%
B	Total	47,47%	19,65%	47,47%	19,65%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	3,94%	3,10%	3,94%	3,10%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,09%	0,07%	0,09%	0,07%
C3	Férias Indenizadas	1,33%	1,04%	1,33%	1,04%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	4,84%	3,81%	4,84%	3,81%
C5	Indenização Adicional	0,33%	0,26%	0,33%	0,26%
C	Total	10,53%	8,28%	10,53%	8,28%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,45%	3,50%	17,94%	7,43%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,33%	0,26%	0,35%	0,27%
D	Total	8,78%	3,76%	18,29%	7,70%
TOTAL(A+B+C+D)		84,58%	49,49%	114,09%	73,43%

Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET



Planilha de Itens de Maior Relevância, Doc. SEI nº 118548822

Obra: CAMPO SINTETICO								
Z	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
3.1	COTAÇÃO DE MERCADO	SINAPI	GRAMA SINTETICA, ALTURA /ESPESSURA DE 52MM, FIBRILADO, 100% POLIETILENO, BASE TRIPLA, MINIMO DE 8.000 PONTOS POR M2, INCLUINDO MAO DE OBRA E SISTEMA DE INSTALACAO (FLUTUANTE, UNIAO DOS ROLOS COM TAPEDE 30CM, COLA PU, 30 KG/M2 DE AREIA CLASSIFICADA GRANULOMETRIA 40/45 OU 50/60 E 10 KG/M2 DE GRANULO DE BORRACHA SBR PRETA MALHA 10 (0,7 A 2,0 MM)	m²	5185,00	R\$ 120,00	R\$ 766.239,30	A
6.0.1	COMPOSIÇÃO 6.0.1	SINAPI	ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE ACO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIAMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 10 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021 COM ACRECIMO DE BARRA 6,3MM PARA AMARRAÇÃO DE TELA.	m²	1452,00	R\$ 260,09	R\$ 465.074,07	A

ASSINADO DIGITALMENTE DOC. SEI Nº 118550474

Jeilson Oliveira dos Santos

Engenheiro Civil CREA nº 27922/D-DF
Coordenador de Licenciamento Obras e Manutenção - COLOM
Matrícula 1.711.523-X

ASSINADO DIGITALMENTE DOC. SEI Nº 118550474

Arthur Mangabeiro Soares Leonço

Engenheiro Civil CREA nº 23256/D-DF
Diretor de Aprovação e Licenciamento - DIALIC
Matrícula 1.689.693-9



ANEXO III – PLANTAS E PROJETOS DE ARQUITETURA/ENGENHARIA
TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV

As plantas e demais projetos de arquitetura e engenharia ficarão disponíveis em formato.PDF na página da Administração Regional de São Sebastião, www.saosebastiao.df.gov.br, acessando o menu: “Serviços”; “Licitações”; “Em Andamento”; Tomada de Preços n° 01/2023 – RA-XIV.



ANEXO IV – MINUTA CONTRATUAL – PADRÃO N° 09/2002

TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV

**Contrato de Execução de Obras n° ____/2023.
Nos termos do Padrão n° 09/2002.**

Processo: 00144-00002394/2019-51

Cláusula Primeira – Das Partes

1.1. O Distrito Federal, por meio da Administração Regional de São Sebastião, representado por _____, na qualidade de Administrador Regional de São Sebastião, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e, doravante denominada Contratada _____, CNPJ n°. _____, com sede na _____ -Brasília – DF representada por _____, CPF: _____, nacionalidade, estado civil, profissão, residente na _____ – Cidade – UF, qualidade de _____ resolvem firmar o presente contrato sob a regência da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes cláusulas:

Cláusula Segunda – Do Procedimento

2.1 O presente Contrato obedece aos termos do **Edital de TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV-RA XIV** (às fls. ____ a ____), da Proposta (às fls. ____ a ____) e da Lei n° 8.666/93.

Cláusula Terceira – Do Objeto

3.1 O Contrato tem por objeto a contratação de empresa para execução da **obra de construção do Campo Sintético do Bosque localizado no Parque Distrital de São Sebastião - DF, na área confrontada ao sul pela Quadra 5, ao norte pela Quadra 2, a oeste pelas Quadras 4 e 100, do Bairro Vila Nova e a leste por área rural, na Região Administrativa de São Sebastião - RA XIV, Coordenadas Geográficas Google Maps: -15.907297, -47.755826**, com área total de 6.010m² (seis mil e dez metros quadrados), conforme especificações constantes no Projeto Básico (DOC. SEI N° _____), Caderno de Especificações (DOC. SEI N° _____), Caderno de Encargos Gerais, Planilhas Orçamentárias/Estimativas (DOC. SEI N° _____), Cronograma Físico-Financeiro (DOC. SEI N° _____), Benefícios e Despesas Indiretas – BDI (DOC. SEI N° _____), Tabelas de Composição de Preços e Mobiliários, devidamente especificados no **Edital de TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV**, na Proposta (DOC. SEI N° _____) e demais anexos que o acompanham, os quais passam a integrar o presente Termo.

Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução.

4.1 O Contrato será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço global, segundo o disposto nos Arts. 6° e 10 da Lei n° 8.666/93.

Cláusula Quinta – Do Valor

5.1 O valor total do Contrato é de **R\$ _____** (_____), devendo a importância de **R\$ _____** (_____) ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária n° 7.212, de 30/12/2022 e suas alterações.



Cláusula Sexta – Da Subcontratação / Subcontratação Compulsória

6.1 É vedada a subcontratação de parte dos serviços do presente objeto, exceto nos casos referentes à subcontratação compulsória de entidades preferenciais previstos nos itens subsequentes do capítulo XIX do presente edital.

6.2 Nos termos dos arts. 47 e 48, inciso II da Lei Complementar Federal nº 123/2006 c/c art. 27 da Lei Distrital nº 4.611/2011 e art. 9º do Decreto Distrital nº 35.592/2014, a CONTRATADA se obriga a subcontratar, compulsoriamente, entidade(s) preferencial(is), assim considerada(s) a(s) microempresa(s), empresa(s) de pequeno porte e microempreendedor(es) individual(is), nos exatos termos do que dispõem o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, apontada(s) na Tomada de Preços nº ____/2021, Anexo XVI, para execução dos serviços e / ou fornecimentos, referentes a _____% (_____ por cento) do valor do objeto contratado.

6.3 A CONTRATADA ficará responsável por verificar a habilitação das subcontratações que realizar, sem prejuízo da fiscalização sob responsabilidade do CONTRATANTE, e será responsável pelo adimplemento integral do contrato.

6.4 Serão emitidas notas de empenho em favor da CONTRATADA e, também, empenho(s) direto(s) em favor da(s) empresa(s) mencionada(s) no item 6.2 deste Contrato.

6.5 No pagamento de cada etapa ou parcela será verificada a regularidade com a seguridade social e o cumprimento das obrigações trabalhistas da CONTRATADA e da subcontratada em relação ao efetivo de pessoal que contratar.

6.6 No caso da(s) entidade(s) preferencial(is) subcontratada(s), será concedido, se necessário, o direito de saneamento a que se refere a Lei Distrital nº 4.611/2011.

6.7 A CONTRATADA substituirá a subcontratada, na parcela referente à subcontratação compulsória, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, salvo se demonstrar a inviabilidade da substituição.

6.8 A extinção da subcontratação que se refere o item anterior deverá ser justificada e comunicada à Administração no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

6.9 A empresa CONTRATADA responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação, podendo recomendar ao órgão contratante, justificadamente, suspensão ou glosa de pagamentos.

6.10 Não se aplica a exigência de subcontratação compulsória quando o licitante for entidade preferencial

Cláusula Sétima – Da Dotação Orçamentária

7.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária:

II – Programa de Trabalho:

III – Natureza da Despesa:

IV – Fonte de Recursos:

7.2 – O empenho inicial é de R\$ _____ (_____), conforme Nota de Empenho nº _____, emitida em __/__/2023, sob o evento nº _____, na modalidade Global.

Cláusula Oitava – Do Pagamento



8.1. O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até 30 (trinta) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato, condicionado a apresentação de toda a documentação exigida nos Capítulos XI, XIII, XIV e XVII do edital para pagamento das parcelas de acordo com o cronograma de execução.

8.2. A contratada deverá apresentar as certidões, conforme o Edital, item 11.3:

8.2.1. Prova de regularidade perante a Receita Federal, em plena validade, ou seja, Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/ Secretaria da Receita Federal do Brasil, e regularidade para com a Previdência Social/INSS, nos termos da Portaria do MF nº 358, de 5 de setembro de 2014 e Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014;

8.2.2. Certificado de regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal - CEF;

8.2.3. Prova de regularidade perante a Secretaria da Fazenda do DF, em plena validade (Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa), por força do Art. 173 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

8.2.4. Prova de inexistência de débitos junto a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa (CND Trabalhista) nos termos do Art. 29, inciso V da Lei 8.666/1993 e da Lei nº 12.440/2011;

8.2.5. **Quando a situação irregular** perante o Instituto Nacional de Seguridade Social- **INSS** ,o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS** e a **Justiça Trabalhista** se referir a encargos previdenciários e trabalhistas, inclusive Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS),**relativos aos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços decorrentes do próprio contrato**, hipótese em que o setorial de administração financeira de cada Órgão ou Entidade **deverá reter o pagamento no limite da quantia suficiente para o adimplemento dos referidos débitos, como forma de evitar a responsabilização solidária e subsidiária do Distrito Federal, nos termos do §1º do art. 63 do Decreto nº 32.598/2010.**

8.3. Conforme o Edital, item 11.4. o pagamento da primeira nota fiscal ou fatura ficará condicionado à apresentação da seguinte documentação, além daquela prevista no item 11.3:

- a) licenciamento da obra;
- b) matrícula da obra ou serviço no INSS (CEI)
- c) relação de empregados – RE (GFIP)
- d) guias de recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e tributários (FGTS, INSS)
- e) A.R.T (Anotação do Responsável Técnico) – CREA/DF ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) – CAU/DF, da obra ou serviço.
- f) Atestado de Execução assinado entre as partes;
- g) Cronograma Físico-Financeiro;
- h) Notas fiscais dos materiais utilizados na obra ou respectivas etapas;
- i) Demais documentos exigidos em posterior mudança da legislação vigente à época do pagamento.

8.4. As faturas com valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) deverão ser liquidadas, exclusivamente, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente no Banco de Brasília S/A – BRB, conforme estabelece o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, excluído os comandos do § Único do Art. 6º.



8.4.1. Para os valores inferiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a empresa deverá apresentar o número da conta corrente e da agência em que deseja receber seus créditos. A liquidação das faturas se dará por meio de Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

8.5. Conforme o Edital, item 11.5. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento será susinado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para o CONTRATANTE.

8.6. Conforme o Edital, item 11.8. A liberação da última fatura somente será efetuada após o recebimento definitivo da obra e/ou serviço, a apresentação da guia de quitação das taxas de energia elétrica e água, se for o caso.

8.7 O pagamento de cada uma das etapas ficará condicionado à efetiva conclusão da fase antecedente.

Cláusula Nona – Do Prazo de Vigência

9.1 – O prazo de vigência do contrato será de **360 (trezentos e sessenta) dias corridos**, a contar da sua assinatura até o dia ____/____/____.

9.2 – O prazo de execução dos serviços será de **90 (noventa) dias corridos**, contados a partir do 5º (quinto) dia corrido após o recebimento da Ordem de Serviço.

9.3 – O prazo para início da obra será de no máximo 05 (cinco) dias corridos, contados da data de recebimento da respectiva Ordem de Serviço.

9.4 – A obra será recebida provisoriamente mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita da Contratada. Quando do recebimento provisório, obrigatoriamente deverá estar concluída a execução do objeto contratual.

9.5 – A obra será recebida definitivamente pela Contratante mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 90 (noventa) dias corridos do recebimento provisório, suficientes para vistoria que comprove a adequação das obras aos termos do contrato.

9.6 - O recebimento da Obra será tratado nos termos do Edital de Tomada de Preços nº 01/2023 – RA-XIV, especialmente o Capítulo XVII, do Recebimento do Objeto.

9.7 - Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega poderão ser prorrogadas, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, justificados por escrito no processo e previamente autorizados pela Administração Regional de São Sebastião:

I - Alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - Aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - Impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;



VI - Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

Cláusula Décima – Das garantias

10.1 – A garantia para a execução da obra será prestada na forma de caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, conforme previsto no Capítulo XIV do Edital.

10.1.1 – A garantia do contrato corresponderá a 5% (cinco por cento) do seu valor.

10.2 – A Contratada garante, por cinco anos, a solidez e segurança do trabalho, compreendido, também, o material empregado.

10.3 – A não apresentação da garantia nos prazos estabelecidos pelo Edital de TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV, nos termos do item 14.2, impossibilita a assinatura deste contrato.

10.3.1. Conforme o Edital, item 14.3. A garantia prestada servirá para o fiel cumprimento do contrato, respondendo, inclusive, pelas multas eventualmente aplicadas.

Cláusula Décima Primeira – Da responsabilidade do Distrito Federal

11. O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

11.1. Para garantir o fiel cumprimento do presente contrato a Administração Regional de São Sebastião obriga-se a:

- a) efetuar o pagamento na forma estabelecida na Cláusula Sétima do presente contrato, dentro do prazo estipulado, desde que atendidas às formalidades previstas;
- b) permitir ao pessoal técnico da CONTRATADA, encarregado da obra objeto deste contrato, livre acesso às instalações para a execução das obras;
- c) designar representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, que anotará em diário de obra todas as ocorrências verificadas;
- d) notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do contrato;
- e) acompanhar e fiscalizar as condições de habilitação e qualificação da CONTRATADA;
- f) indicar o executor interno do Contrato, conforme Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e Art. 41, inciso II e parágrafos do Decreto 32.598/2010;
- g) demais obrigações determinadas no Projeto Básico;

Cláusula Décima Segunda – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

12.1 – A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I – Até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II – Comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

12.2 – Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

12.2.1 – A Contratada declara a inexistência de possibilidade de transferir ao Distrito Federal a responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários por ventura



inadimplidos, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública do Distrito Federal.

12.3 – A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

12.4 – A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12.5. É vedada a contratação de mão-de-obra infantil, nos termos do Art. 2º da Lei nº 5.061/2013, sob pena de rescisão do contrato e a aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

12.6. A contratada deverá atender o disposto no Art. 12 da Lei nº 8.666, de 1993, na Lei Distrital nº 4.770/2012 e no Art. 2º do Decreto nº 36.520/2015, no que se refere a tomar medidas para promoção do desenvolvimento sustentável do Distrito Federal, e conforme as condições estipuladas no Projeto Básico – Caderno de Especificações e declaração apresentada durante o processo licitatório.

12.7. Aplica-se a Lei Distrital nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 38.365, de 26 de julho de 2017, é estritamente proibido o uso ou emprego de conteúdo: I – discriminatório contra a mulher; II – que incentive a violência contra a mulher; III – que exponha a mulher a constrangimento; IV – homofóbico; V – que represente qualquer tipo de discriminação; as disposições previstas nessas normas aplicam-se, ainda, às contratações pelo Poder Público de profissionais do setor artístico; o uso ou o emprego de conteúdos discriminatórios, previstos nos referidos normativos Distritais, constitui motivo para rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

12.8. Após a assinatura do Contrato, a Contratada assume inteira responsabilidade sobre os projetos executivos e detalhes apresentados para a obra, que será realizado concomitantemente a execução da obra, não sendo admitida qualquer alegação quanto a omissões de ambos, que venham a onerar a obra.

Cláusula Décima Terceira – Da Alteração Contratual

13.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no Art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

13.2 – O valor será fixo e irrevogável, considerando a periodicidade inferior a um ano do ajuste, nos termos do Capítulo XII do edital.

13.2.1. O índice para eventual reajuste, observada a periodicidade anual, a contar da data limite de apresentação da proposta será o INCC/FGV, esse índice é uma exceção admitida no Decreto nº 37.121/2016 (art. 2º, §1º).

Cláusula Décima Quarta – Das Penalidades

14.1. O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/1993, no Decreto Distrital nº 26.851/2006 e suas alterações posteriores, **Anexo XXV**, observadas as condições estabelecidas no “Capítulo X – Penalidades” do Edital.

Cláusula Décima Quinta – Rescisão Amigável

15.1. O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração e que não seja caso de rescisão unilateral do contrato, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, mediante manifestação



escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato, devendo ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

15.2. É inexistente qualquer possibilidade de transferência ao Contratante de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos pela empresa contratada, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados desta e a Administração, nos termos do art. 71, § 1º da Lei nº 8.666/93. (Parecer 016/2015 PRCON/PGDF).

Cláusula Décima Sexta – Da Rescisão

16.1. O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no Art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo Art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

16.2. Subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do contrato, não autorizadas pela CONTRATANTE, ou nos casos de subcontratação acima do limite de 30% (trinta por cento) previsto no item 19.1 do edital.

Cláusula Décima Sétima – Dos débitos para com a Fazenda Pública

17.1. Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Oitava – Do Executor

18.1. O Distrito Federal, por meio da Administração Regional de São Sebastião, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

Cláusula Décima Nona – Da Publicação e do Registro

19.1 A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Administração Regional de São Sebastião.

19.2. A súmula do contrato deverá ser publicada pela contratante no Portal da Transparência de que trata a Lei nº 4.990/2012, na forma estabelecida pela Lei nº 5.575/2015.

Cláusula Vigésima – Do Combate à Corrupção

20.1. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060, nos termos do Decreto nº 34.031/2012.

Cláusula Vigésima Primeira – Do Foro

20.2. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.



São Sebastião/DF, _____, de _____ de 2023.

Pelo Distrito Federal:

Pela Contratada:

Administrador Regional de São Sebastião

Sócio-administrador

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060, nos termos do Decreto n° 34.031/2012.



ANEXO V – TABELA DE PREÇOS SINAPI
TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV

As Tabelas de Referência de Preços da SINAPI utilizadas na orçamentação dos projetos deste certame estão disponíveis no site www.saosebastiao.df.gov.br, menu: “Serviços”; “Licitações”; “Em Andamento”; Tomada de Preços n° 01/2023 – RA-XIV.



TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023 - RA-XIV

ANEXO VI - CHECK-LIST REFERENTE AO CAPÍTULO IV – DA HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023 - RA-XIV

CHECAGEM DO ENVELOPE 1 - DOCUMENTAÇÃO/HABILITAÇÃO

Obs.: Recomenda-se, para facilitar a conferência, que os documentos indicados Capítulo IV e Capítulo XIX estejam numerados sequencialmente, na mesma ordem apresentada no presente Check-List.

Empresa:				
CNPJ:				
Nome do Representante Legal:				
CPF do Representante:				
Data:			Horário:	
Recebido por:			Matrícula:	
Nº	DOCUMENTO	SIM	NÃO	OBS
	CRC Certificado de Registro Cadastral - Item 4.1.1 - Art. 32 da Lei Federal nº 8.666/93			
1	CRC – NOVACAP com enquadramento e Atestados Técnicos que comprovem parcelas de maior relevância (Item 4.1.1)			
	OU			
	Protocolo de Cadastramento no CRC da NOVACAP até o 3º dia que antecede a TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023 - RA-XIV, conforme item 4.1.1.1 e 4.1.1.2 (Obs.: a empresa recentemente cadastrada terá que apresentar todos os documentos exigidos para a habilitação constante no edital)			
	HABILITAÇÃO JURÍDICA - Item 4.2 – Art. 28 da Lei Federal nº 8.666/93			
2	Cédula de Identidade dos sócios e administrador conforme o item 4.2.1.			
3	Registro comercial, no caso de empresa individual, conforme o item 4.2.2; OU			
	No caso de Sociedades comerciais, conforme o item 4.2.3.			
	a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor registrado			
	OU			
	No caso de Sociedades por ações, conforme o item 4.2.3.			
	a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor registrado;			
	b) Eleição da Diretoria atual;			
	c) Composição societária da empresa; OU			
	No caso de Sociedades civis, conforme o item 4.2.4;			
	a) Inscrição do ato constitutivo;			
	b) Prova da diretoria em exercício; OU			
	No caso de Empresa ou sociedade estrangeira, conforme o item 4.2.5.			
a) Decreto de autorização para funcionamento no País				



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV
Comissão Permanente de Licitação - CPL

	b) Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.			
4	Procuração, pública ou particular para o representante da empresa conforme o item 4.2.6. (Não inabilita, mas impede o pronunciamento até a obtenção do documento - Item 4.2.7)			
5	Comprovação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso, conforme o item 4.2.8. (Anexo XI)			
	HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA – Item 4.3 - Art. 29 da Lei Federal nº 8.666/93			
	CPF, conforme o item 4.3.1. (Internet ou documento)			
6	a) dos sócios			
	b) do administrador			
7	CNPJ, conforme o item 4.3.2 (internet ou documento)			
8	Cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, conforme item 4.3.3.			
9	Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/ Secretária da <u>Receita Federal do Brasil</u> , e regularidade para com a Previdência Social/INSS, nos termos da Portaria do MF nº 358, de 5/9/2014 e Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014, conforme item 4.3.4.			
10	Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) da Fazenda Pública do DF, conforme item 4.3.5.			
11	Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) da Fazenda Estadual e Municipal de seu domicílio ou sede para as licitantes domiciliadas fora do DF, conforme o item 4.3.6.			
12	Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela CEF, conforme o item 4.3.7.			
13	Certidão Negativa (ou Certidão Positiva com efeito de Negativa) junto a Justiça do Trabalho (CND Trabalhista), conforme 4.3.8.			
-	OBSERVAÇÃO: As microempresas e empresas de pequeno porte, se for o caso, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sendo assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis prorrogáveis por igual período, para regularização dos itens exigidos, no caso da licitante for declarada vencedora, nos termos do Art. 42 e Art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006., conforme o item 4.3.9.	-	-	-
	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – Item 4.4 - Art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93			
	CREA ou CAU da Empresa e dos seus Responsáveis Técnicos, conforme item 4.4.1.1			
14	CREA/CAU de outra localidade (se vencedora deve visar no CREA/CAU/DF), conforme item 4.4.1.1)			
15	ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA ou CERTIDÃO (ÕES) do Responsável Técnico, conforme o item 4.4.3.			
	ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICO/ OPERACIONAL ou CERTIDÃO (ÕES) da Empresa, conforme observa o item 4.4.2.			
16	Atestado de Capacidade Técnica - Parcelas de maior relevância: Item 4.4.2.1.			
17	Declaração de inexistência da superveniência de fatos impeditivos (Item 4.6.3 - Anexo IX)			



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

18	Declaração de Responsabilidade Técnica Operacional com Indicação de Equipes Técnica e Indicação de Disponibilidade de Equipamentos Mínimos Necessários para a Execução da obra (Item 4.6.5 e 4.6.5.1 - Anexo XII)			
19	a) Declaração de vistoria ao local dos serviços objeto desta Tomada de Preços, emitida pelo próprio licitante (Item 4.6.1 - Anexo VII) OU			
	b) Declaração de DECLINAÇÃO de vistoria ao local dos serviços (Item 4.6.2 - Anexo VIII)			
20	Certidão do CREA/CAU, OU (Item 4.4.4 e Item 4.4.4.2) - Exigido na Assinatura do Contrato			
	Sócio – cópia autenticada do contrato social ou estatuto social, devidamente registrado no órgão competente; OU			
	Diretor – cópia autenticada do contrato social, em se tratando de firma individual, ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; OU			
	Empregado – cópia autenticada da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT, ou ainda, cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social; OU			
	Autônomo prestador de serviço – cópia autenticada do contrato de prestação de serviços compatíveis com o objeto desta licitação;			
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA – Item 4.5 - Art. 31 da Lei Federal nº 8.666/93				
21	Balanço Patrimonial REGISTRADO na Junta Comercial do estado/Distrito Federal, assinado por contador e titular/representante (item 4.5.1, “a”)			
	Balanço Patrimonial AUTENTICADO na Junta Comercial do estado/Distrito Federal, com Termo de Abertura e Encerramento; assinado por contador e titular/representante (Item 4.5.1, “b”)			
22	Comprovar através das fórmulas apresentadas (Apresentar documento assinado pelo contador e por titular/representante da empresa), conforme o item 4.5.2.			
	a) Índice de Liquidez Geral (ILG), igual ou superior a 1,00 (um).			
	b) Índice de Liquidez Corrente (ILC), igual ou superior a 1,00 (um).			
	c) Índice de Solvência Geral (ISG), igual ou superior a 1,00 (um).			
23	Empresa recém-constituída sem apuração dos primeiros resultados: Apresentação do Balanço de Abertura que demonstre situação econômico-financeira, registrado na Junta Comercial do Estado/Distrito Federal. (4.5.3)			
24	Obs.: Certidões - Ausência de prazo de validade, considerar válidas por 90 (noventa) dias da data de sua expedição (item 4.5.4)			
	a) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata expedida por Distribuidor da sede da pessoa jurídica; e/ou			
	b) Certidão de Nada Consta ou Negativa de Recuperação Judicial ou Extrajudicial.			
OUTROS DOCUMENTOS - 4.6				
25	Declaração de negativa de contratação de funcionário menor (Item 4.6.4 - Anexo X)			
26	Declaração de adoção de medidas sustentáveis (Item 4.6.6 - Anexo XIII)			
27	Declaração de inexistência de nepotismo (Item 4.6.7 - Anexo XIV)			
28	Declaração para os fins do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019 (Item 4.6.4 - Anexo XV)			



CHECADO POR

_____	_____
Secretária	Membro
_____	_____
Membro	Membro
_____	_____
Suplente	Suplente

Presidente	



CHECAGEM DO ENVELOPE 2 - PROPOSTA/CLASSIFICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023 - RA-XIV

Obs.: Recomenda-se que a licitante verifique o cumprimento das exigências referentes à Proposta de Preços, Capítulo V, conforme indicado no presente Check-List.

CHECK-LIST

Empresa:				
CNPJ:				
Nome do Representante Legal:				
CPF do Representante:				
Data:			Horário:	
Recebido por:			Matrícula:	
Item 5.1 – DAS PROPOSTAS DE PREÇO				
Item	Descrição	Sim	Não	OBS
A	Fazer menção ao número desta TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023 - RA-XIV, ser datilografada ou impressa, <u>em UMA via</u> , sem emenda ou rasura, datada e assinada, rubricadas em todas as páginas;			
B	Apresentar sua Proposta de Preços com apresentação e especificação clara e detalhada dos serviços observada às especificações indicadas no Projeto Básico, Planilha Orçamentária, Caderno de Especificações Técnicas e demais anexos que compõe o Edital ao qual a licitante participará;			
	b.1) Especificando claramente que a licitante tem conhecimento de todos os serviços especificados e indicados no Projeto Básico e no Caderno de Especificações Técnicas.			
C	Conter a <u>discriminação dos serviços</u> a serem executados, conforme modelo da Planilha Orçamentária (ANEXO XVIII), contendo a especificação dos serviços, unidades, quantidades, preços unitários e preços totais;			
	c.1) Conter a Planilha de Detalhamento da Composição dos Custos Unitários, relativa às composições próprias (criadas), conforme Modelo do Anexo XVIII (A) (Modelo de detalhamento dos custos unitários referentes às composições criadas);			
D	Conter explicitação detalhada da composição do B. D. I. (Bonificação de Despesas Indiretas); e dos encargos sociais, devidamente discriminados, utilizados na elaboração da referida planilha, nos termos da Decisão nº 4140/2006, que deverá ser assinada pelo responsável técnico ou profissional devidamente habilitado pelo CREA;			
E	Apresentar Cronograma Físico-Financeiro Provisório, detalhando o prazo para execução dos serviços e as etapas componentes;			
F	Conter prazo de execução dos serviços <u>de 90 (noventa) dias corridos</u> , conforme disposto no item 15.2 do Edital.			
G	Consignar prazo de validade da proposta <u>não inferior a 60 (sessenta) dias corridos</u> , contados da data de sua apresentação, para fins de convocação para contratação;			

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

H	Consignar endereço, telefone e e-mail, bem como o banco, a agência e respectivos códigos e o número da conta para efeito de emissão de Nota de Empenho e posterior pagamento.			
J	Conter a indicação da(s) entidade(s) preferencial(is) que será(ão) subcontratada(s) compulsoriamente com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores, para execução de, no mínimo, 5% (cinco por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) do valor do objeto contratado, nos termos do disposto no Capítulo XIX do presente Edital de Licitação, observada a hipótese de dispensa da presente indicação constante do item 19.11 do mencionado Capítulo, conforme Modelo do Anexo(XVI).			
Item 5.4	Conter preço cotado com todos os tributos, taxas, encargos sociais/trabalhistas/fiscais, seguros e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto desta licitação.			
Item 5.5	É obrigatória a assinatura da Proposta de Preços, do Cronograma Físico-Financeiro e das Planilhas Orçamentárias pelo representante legal da empresa e pelo responsável técnico a cujo cargo ficará a execução da obra.			

CHECADO POR

_____	_____
Secretária	Membro
_____	_____
Membro	Membro
_____	_____
Suplente	Suplente

Presidente	



ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA
TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV

Declaramos em atendimento ao previsto nas condições estabelecidas na TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV, que vistoriamos as obras, objeto desta licitação, sendo do nosso inteiro conhecimento as condições e características dos mesmos e tudo o mais necessário à execução total dos serviços.

São Sebastião/DF,dede 2023.

Assinatura e carimbo
(Representante legal)

Observação – 1. Emitir em papel que identifique à licitante.

Observação – 2. Esta declaração “*deve ser facultativa, e não obrigatório, ou seja, não pode ser condição para a participação no certame ou motivo de inabilitação do concorrente e, por isso é prescindível o atesto de servidor público específico, bastando exigir declaração formal assinada pelo responsável técnico ou representante legal da empresa, sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do local assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com o órgão licitante, conforme o Acórdão TCU n° 1.174/2008; Decisão n° 5831/2010 TCDF; Decisão N° 3743/2011 TCDF.*”



**ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DECLINAÇÃO DE VISTORIA
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023 - RA-XIV**

Declaramos em atendimento ao previsto nas condições estabelecidas na TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023 - RA-XIV, que não vistoriamos as obras, objeto desta licitação, sendo de pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do local, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizaremos para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com o órgão licitante.

São Sebastião/DF,dede 2023.

Assinatura e carimbo
(Representante legal)

OBS.: emitir em papel que identifique à licitante

Observação – 1.: Emitir em papel que identifique à licitante.

Observação – 2. A DECLARAÇÃO DE VISTORIA “*deve ser facultativa, e não obrigatório, ou seja, não pode ser condição para a participação no certame ou motivo de inabilitação do concorrente e, por isso é prescindível o atesto de servidor público específico, bastando exigir declaração formal assinada pelo responsável técnico ou representante legal da empresa, sob as penas da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do local assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com o órgão licitante, conforme o Acórdão TCU nº 1.174/200; Decisão nº 5831/2010 TCDF; Decisão Nº 3743/2011 TCDF.*”



**ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS
IMPEDITIVOS**

TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV

Declaramos, em atendimento ao previsto nas condições estabelecidas na TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV, a inexistência de fato impeditivo da nossa habilitação, ciente da obrigatoriedade de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza, conforme Art. 32, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

São Sebastião/DF, dede.....2023.

Assinatura e carimbo
(Representante legal)

OBS.: emitir em papel que identifique à licitante.



**ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÃO NEGATIVA DE CONTRATAÇÃO DE
FUNCIONÁRIO MENOR
TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV**

Declaramos, em atendimento ao previsto na TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV, que **não** possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, nos termos do inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

São Sebastião/DF,de..... de 2023.

Assinatura e carimbo
(Representante legal)

OBS.: emitir em papel que identifique à licitante



**ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE
PEQUENO PORTE**

TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV

....., inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e o CPF nº....., DECLARA, para fins legais, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu Art. 3º, e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Art. 42 a 49 da referida Lei Complementar, e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do Art. 3º da citada Lei Complementar.

São Sebastião/DF,de..... de 2023.

Assinatura e carimbo
(Representante legal)

OBS.: emitir em papel que identifique à licitante



**ANEXO XII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA
OPERACIONAL E INDICAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA
TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV**

A EMPRESA....., inscrita no CNPJ n°....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr. (a)....., portador(a) da Carteira de Identidade n°.....e o CPF n°....., DECLARA, para fins legais, sob as penas da lei, nos termos do §6º do Art. 30 da Lei Federal n° 8.666/93 que possui condições técnicas operacionais e pessoal técnico essenciais para o cumprimento do contrato com a Administração Regional de São Sebastião – RA-XIV relativo a TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV.

Segue abaixo a relação de instalações, máquinas e equipamentos mínimos disponíveis para a execução da obra, conforme item 4.6.5.1:

1. Indicar a relação explícita;

Segue abaixo a relação de pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, conforme item 4.6.5:

2. Indicar a relação de Pessoal técnico especializado essenciais.

São Sebastião/DF, de..... de2023.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

OBS.: emitir em papel que identifique à licitante



**ANEXO XIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ADOÇÃO DE MEDIDAS
SUSTENTÁVEIS**

TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV

Declaramos em atendimento ao previsto nas condições estabelecidas na TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV que cumprimos o disposto no Art. 12 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, na Lei Distrital nº 4.770/2012 e no Art. 2º do Decreto nº 36.520/2015, no que se refere as medidas para promoção do desenvolvimento sustentável do Distrito Federal, e conforme as condições estipuladas no Projeto Básico – Caderno de Especificações.

São Sebastião/DF,..... de de 2023.

Assinatura e carimbo
(Representante legal)

OBS.: emitir em papel que identifique à licitante.



ANEXO XIV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO
TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV

Declaramos, em atendimento ao previsto nas condições estabelecidas na TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV, Item 2.3.2, tópico III, do Edital, a INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO, nos termos do Art. 2º, Inciso II, do Decreto Distrital n° 32.751/2011.

Art. 2º Para os fins desde Decreto considera-se:

I – Nepotismo: a nomeação de familiar para o exercício de cargo em comissão de confiança no âmbito do Poder Executivo;

II – familiar: cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

São Sebastião/DF, dede.....2023.

Assinatura e carimbo
(Representante legal)

OBS.: emitir em papel que identifique à licitante.



**ANEXO XV – MODELO DE DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO N° 39.860,
DE 30 DE MAIO DE 2019**
TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV

ÓRGÃO/ENTIDADE: Administração Regional de São Sebastião
PROCESSO: 00144-00002394/2019-51
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços
NÚMERO DA LICITAÇÃO: 01/2023
LICITANTE:
CNPJ/CPF:
INSCRIÇÃO ESTADUAL/DISTRITAL:
REPRESENTANTE LEGAL:
CPF:

A pessoa física ou jurídica acima identificada, por intermédio de seu representante legal, declara que não incorre nas vedações previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Brasília, _____ de _____ de _____

Assinatura

OBS.: emitir em papel que identifique à licitante.



ANEXO XVI - MODELO INDICAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO COMPULSÓRIA
TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV

ENTIDADE(S) PREFERENCIAL(AIS) A SER(EM) SUBCONTRATADA(S)
COMPULSORIAMENTE:

Nos termos do Capítulo XIX do Edital de Tomada de Preços n° 01/2023, a licitante vem indicar a(s) entidade(s) preferencial(ais) a serem subcontratadas compulsoriamente:

Enti- dade(s) n°	Razão Social	C N PJ	Item da Planilha de Preços	Serviço a ser subcontratado compulsoriamente	Uni- dad e	Q td .	Preço Unitário R\$	Valor Total do Serviço (R\$)
Valor Total a ser subcontratado compulsoriamente								
Valor Total da Proposta de Preços da licitante								
Percentual a ser subcontratado compulsoriamente (%)								

Observações:

- 1) Para cada entidade preferencial a ser subcontratada compulsoriamente preencher uma planilha constante do modelo acima.
- 2) Observar o limite mínimo estabelecido para a subcontratação compulsória, estabelecido no item 19.2 do Capítulo XIX do Edital.
- 3) Não se aplica a exigência de subcontratação compulsória quando o licitante for entidade preferencial, **nos termos do art. 27, §10º da Lei Distrital nº 4.611/2011.**
- 4) Os dados a serem preenchidos no modelo de planilha constante do presente Anexo deverão reproduzir os dados já constantes das propostas de preços da licitante, inclusive no que tange ao BDI.
- 5) A(s) planilha(s) referente ao presente Anexo tem por finalidade apenas detalhar os serviços e valores a serem executados pela(s) entidade(s) preferencial(ais), quando subcontratada(s) compulsoriamente, e não será(ão) levada(s) em conta para fins de julgamento do preço referente à licitação.



ANEXO XVII – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV

Ao

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Administração Regional de São Sebastião

Comissão Permanente de Licitação

Referência: **TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV**

OBJETIVO: Contratação de empresa para execução da obra de construção do "Campo Sintético do Bosque" localizada no Parque Distrital de São Sebastião - DF, com área total de 6.010m² (seis mil e dez metros quadrados), devidamente especificado no Projeto Básico e seus anexos.

Os serviços serão executados conforme as especificações indicadas no Projeto Básico e no caderno de especificações Técnicas e Encargos constantes no Edital TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV.

Valor Global da Proposta: R\$ (.....)

Prazo de Execução dos Serviços:.....

Prazo de Validade da Proposta:.....

A cotação dos preços constantes na proposta é de exclusiva responsabilidade desta licitante não cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

O preço contado inclui todos os tributos, taxas encargos sociais, seguros e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto desta licitação.

São Sebastião/DF,de de 2023.

Assinatura e carimbo

(representante legal)

OBS.: emitir em papel que identifique à licitante



ANEXO XVIII – MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇO
TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ESTIMATIVA

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA ESTIMATIVA							
OBRA:	CONSTRUÇÃO DE CAMPO SINTÉTICO NO PARQUE DISTRITAL DE SÃO SEBASTIÃO, BAIRRO DO BOSQUE						
ENDEREÇO:	PARQUE DISTRITAL DE SÃO SEBASTIÃO - BAIRRO DO BOSQUE, EM SÃO SEBASTIÃO-DF						
ÁREA (m²)	6.010,00m² (SEIS MIL E DEZ METROS QUADRADOS)						
CONTRATANTE	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SÃO SEBASTIÃO - RA-XIV						
RESPONSÁVEL PLANILHA							
FONTE MERCADOLÓGICA							
VALOR TOTAL DA OBRA:							
ITEM	COD		DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE		PREÇO
1.0 SERVIÇOS PRELIMINARES / ADMINISTRAÇÃO LOCAL							
1.1			ART/RRT	un	1,00		
1.2			ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA PLENO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	198,00		
1.3			TOPOGRAFO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	128,00		
1.4			ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	mês	3,00		
1.5			VIGIA NOTURNO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	1080,00		
1.6			DESENHISTA PROJETISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	240,00		
1.7			PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,4 X 1,2* M (SEM POSTES PARA FIXACAO)	m²	12,00		



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

1.8			LOCAÇÃO DE CONTAINER 2,30 X 6,00M, ALT. 2,50, COM 1 SANITÁRIO, PARA ESCRITORIO COMPLETO SEM DIVISORIAS	mês	3,00		
1.9			LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA ESCRITORIO, SEM DIVISORIAS INTERNAS E SEM SANITARIO	mês	3,00		
1.10			TELA PLASTICA LARANJA, TIPO TAPUME PARA SINALIZACAO, MALHA RETANGULAR, ROLO 1.20 X 50 M (L X C)	m	310,00		
1.11	COMPOSIÇÃO 1.11		ENTRADA PROVISÓRIA DE ÁGUA	un	1,00		
1.12	COMPOSIÇÃO 1.12		ENTRADA PROVISORIA DE ENERGIA	un	1,00		
1.13	COMPOSIÇÃO 1.13		ENTRADA PROVISORIA DE ESGOTO	un	1,00		
1.1 DEMOLIÇÃO DE CALÇADAS EXISTENTES							
1.1.1			DEMOLIÇÃO DE LAJES, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_12/2017	m³	3,60		
1.1.2			CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ /128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	3,60		
1.1.3			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	108,00		
1.1.4			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	43,20		
						SUBTOTAL	R\$
2.0 TERRAPLANAGEM							
2.1 REMOÇÃO DE CAMADA VEGETAL DO TIPO GRAMÍNEA (ÁREA DA ARQUIBANCADA)							
2.1.1			ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1A CATEGOR IA COM TRATOR DE ESTEIRAS (125HP/LÂMINA: 2,70M3). AF_07/2020	m³	2,43		
2.1.2			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA,DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	72,90		

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

2.1.3			CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ /128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m³	2,43		
2.1.4			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	29,16		
SUBTOTAL						R\$	
2.2 MOVIMENTAÇÃO DE SOLO (CORTE / ATERRO)							
2.2.1			ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO CARGA E DESCARGA EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (125HP/LÂMINA: 2,70M3). AF_07/2020	m³	1316,25		
2.2.2			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA INTERNA (DENTRO DO CANTEIRO - UNIDADE:M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	85,56		
2.2.3			EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	1316,25		
SUBTOTAL						R\$	
2.3 EXECUÇÃO DE ATERRO DE BASE (CASALHO DE CAVA)							
2.3.1			CASCALHO DE CAVA	m³	1053,00		
2.3.2			CASCALHO DE CAVA	m³	108,00		
2.3.3			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	29.025,00		
2.3.4			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA , ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m³Xkm	29.025,00		
2.3.5			EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILOSO EXCLUSIVE SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	m³	967,50		
SUBTOTAL						R\$	
TOTAL GERAL DO ITEM:						R\$	
3.0 GRAMA SINTÉTICA							



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

3.1			GRAMA SINTETICA, ALTURA /ESPESSURA DE 52MM, FIBRILADO, 100% POLIETILENO, BASE TRIPLA, MINIMO DE 8.000 PONTOS POR M2, INCLUINDO MAO DE OBRA E SISTEMA DE INSTALACAO (FLUTUANTE, UNIAO DOS ROLOS COM TAPEDE 30CM, COLA PU, 30 KG/M2 DE AREIA CLASSIFICADA GRANULOMETRIA 40/45 OU 50/60 E 10 KG/M2 DE GRANULO DE BORRACHA SBR PRETA MALHA 10 (0,7 A 2,0 MM)	m ²	5185,00		
3.2	COMPOSIÇÃO 3.2		CONJUNTO PARA FUTSAL COM TRAVES OFICIAIS 7,32x2,44m	un	1,00		
SUBTOTAL						R\$	
4.0 DRENAGEM SUBTERRÂNEA							
4.1			ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_02/2021	m ³	98,54		
4.2			PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M (ACERTO DO SOLO NATURAL). AF_08/2020	m ²	328,48		
4.3			TUBO DRENO, CORRUGADO, ESPIRALADO, FLEXIVEL, PERFURADO, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (PEAD), DN 100 MM, (4") PARA DRENAGEM - EM ROLO (NORMA DNIT 093/2006 - E.M)	m	727,00		
4.4			ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	40,00		
4.5			SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	40,00		
4.6			JUNCAO DUPLA, PVC SOLDAVEL, DN 100 X 100 X 100 MM , SERIE NORMAL PARA ESGOTO	un	14,00		
4.7			GEOTÊXTIL NÃO TECIDO 100% POLIÉSTER, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO DE 9 KN/M (RT - 9), INSTALADO EM DRENO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2021	m ²	464,14		
4.8			PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE(PARA PREENCHIMENTO DE VALAS)	m ³	109,42		
4.9			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M ³ , EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m ³ Xkm	3.282,60		
4.10			LONA PLASTICA PRETA, E= 150 MICRA	m ²	6222,00		
4.11			IMPERMEABILIZADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	40,00		
SUBTOTAL						R\$	
5.0 BASE DRENANTE							
5.1			PÓ DE PEDRA (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	m ³	103,70		

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

5.2			PEDRA BRITADA N. 0, OU PEDRISCO (4,8 A 9,5 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	m ³	103,70		
5.3			PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	m ³	207,40		
5.4			PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	m ³	259,25		
5.5			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M ³ , EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m ³ Xkm	20.221,50		
5.6			ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRA. AF_11/2019	m ³	622,20		
5.7			ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE UM CILINDRO AÇO LISO, POTÊNCIA 80 HP, PESO OPERACIONAL MÁXIMO 8,1 T, IMPACTO DINÂMICO 16,15 / 9,5 T, LARGURA DE TRABALHO 1,68 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	chp	36,00		
5.8			EMULSAO ASFALTICA ANIONICA	l	650,00		
						SUBTOTAL	R\$
6.0 ALAMBRADO							
6.0.1	COMPOSIÇÃO 6.0.1		ALAMBRADO PARA QUADRA POLIESPORTIVA, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIÂMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 10 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM (EXCETO MURETA). AF_03/2021 COM ACRECIMO DE BARRA 6,3MM PARA AMARRAÇÃO DE TELA.	m ²	1452,00		
6.0.2	COMPOSIÇÃO 6.0.2		ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO DO TIPO MÃO DE FORÇA	m	432,20		
6.0.3			ALARGAMENTO DE BASE DE TUBULÃO A CÉU ABERTO, ESCAVAÇÃO MANUAL, CONCRETO FEITO EM OBRA E LANÇADO COM JERICA. AF_05/2020	m ³	4,60		
6.0.4	COMPOSIÇÃO 6.0.4		PINTURA DE ALAMBRADO COM TINTA ESMALTE	m ²	1500,00		
6.0.5			FERROLHO COM FECHO CHATO E PORTA CADEADO , EM AÇO GALVANIZADO / ZINCADO, DE SOBREPOR, COM COMPRIMENTO DE 6", CHAPA COM ESPESSURA MINIMA DE 1,70 MM E LARGURA /MINIMA DE 5,00 CM (FECHO REFORCADO) (INCLUI PARAFUSOS)	Unid.	2,00		
6.0.6			DOBRADICA EM LATAO, 3 " X 2 1/2 ", E= 1,9 A 2 MM, COM ANEL, CROMADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	Unid.	6,00		
6.1 VIGA BALDRAME PARA FIXAÇÃO DE ALAMBRADO (20X30)							
6.1.1			ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA VIGA BALDRAME, SEM PREVISÃO DE FÔRMA. AF_06/2017	m ³	19,38		



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

6.1.2			CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	m³	19,38		
6.1.3			CORTE E DOBRA DE AÇO CA-25, DIÂMETRO DE 10,0 MM. AF_12/2015	kg	828,75		
6.1.4			ACO CA-50, 10,0 MM, VERGALHAO	kg	828,75		
6.1.5			CORTE E DOBRA DE AÇO CA-25, DIÂMETRO DE 6,3 MM. AF_12/2015	kg	345,53		
6.1.6			ACO CA-50, 6,3 MM, VERGALHAO	kg	345,53		
6.1.7			FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA VIGA BALDRAME, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_06/2017	m²	43,80		
6.1.8			TABUA *2,5 X 30 CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	m	43,80		
6.1.9			PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 21 (2 X 11)	Kg	1,00		
6.1.10			ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	Kg	2,00		
6.1.11			AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	80,00		
6.1.12			CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	80,00		
6.1.13			AJUDANTE DE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	80,00		
6.1.14			ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	h	80,00		
						SUBTOTAL	R\$
7.0 CALÇADAS							
7.1	COMPOSIÇÃO 7.1		EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. 8CM DE ESPESSURA	m²	834,75		
7.2			MEIO-FIO OU GUIA DE CONCRETO, PRE-MOLDADO, COMP 1 M, *30 X 12/15* CM (H X L1/L2)	m	554,00		
7.3			LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *5 CM*. AF_08/2017	m³	41,73		
7.4			REGULARIZACAO E COMPACTACAO DE SUBLEITO DE SOLO PREDOMINANTEMENTE ARGILISO AF_11/2019	m²	834,75		
						SUBTOTAL	R\$
8.0 ARQUIBANCADA							
8.1			LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *5 CM*. AF_08/2017	m³	0,95		
8.2			LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM PISOS, LAJES SOBRE SOLO OU RADIERS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_07/2016	m²	18,90		
8.3			ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m²	120,60		



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

8.4			CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DECONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	m ²	120,60		
8.5			MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	m ²	120,60		
8.6			CASCALHO DE CAVA	m ³	77,76		
8.7			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M ³ , EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m ³ Xkm	2.332,80		
8.8			TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 18 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA , ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	m ³ Xkm	2.332,80		
8.9			CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 6 M ³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M ³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_07/2020	m ³	77,76		
8.10			EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, ÚSINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_07/2016	m ²	86,40		
8.11			APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDE EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_11/2016	m ²	120,60		
8.1	ALVENARIA DE DELIMITAÇÃO DE ÁREA DESTINADA AO CADEIRANTE						
8.1.1			LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *5 CM*. AF_08/2017	m ³	0,08		
8.1.2			ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m ²	10,00		
8.1.3			CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DECONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_06/2014	m ²	10,00		
8.1.4			MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES, ESPESSURA DE 20MM, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS. AF_06/2014	m ²	10,00		
8.1.5			APLICAÇÃO MANUAL DE TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDE EXTERNAS DE CASAS, DUAS DEMÃOS. AF_11/2016	m ²	10,00		
SUBTOTAL						R\$	
9.0	REDE DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, COM CAIXA PARA BOCA DE LOBO E TAMPÃO EM CONCRETO						
9.1			TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA RÍGIDA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_12/2015	m	155		

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Administração Regional de São Sebastião RA-XIV

Comissão Permanente de Licitação - CPL

9.2			EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_07/2016	m ²	109,50		
9.3			CAIXA PARA BOCA DE LOBO SIMPLES RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIMENSÕES INTERNAS: 0,6X1,0X1,2 M. AF_12/2020	Un.	11,00		
						SUBTOTAL	R\$
10.0	GRAMA PARA TALUDES						
10.1			PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS. AF_05/2018	m ²	256,27		
						SUBTOTAL	R\$
						TOTAL:	R\$
						BDI 23,15%:	R\$
						TOTAL:	R\$

OBS.:

1. Este documento deverá ser datilografado, rubricado em todas as folhas e devidamente assinado na última folha, pelo seu RT e representante legal, conforme item 5.5 do presente edital.
2. O preço global para execução total da obra/serviço, deverá ser escrito por extenso.



ANEXO XVIII (A) – MODELO DE DETALHAMENTO DOS CUSTOS UNITÁRIOS REFERENTES ÀS COMPOSIÇÕES CRIADAS

TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV

DETALHAMENTO DOS CUSTOS UNITÁRIOS REFERENTES ÀS COMPOSIÇÕES CRIADAS (PRORPIAS)

Código do Item		DESCRIÇÃO DO ITEM REFERENTE À COMPOSIÇÃO PRÓPRIA CRIADA PELA RA-XIV					
ITEM COMPOSIÇÃO	ITEM	FONTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	UNIDADE CONSIDERADA DA COMPOSIÇÃO: METRO QUADRADO		
					QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
.							
.							
.							
TOTAL							R\$

Observações:

- 1) Os dados dos custos unitários das composições a serem preenchidas no modelo de planilha constante do presente Anexo deverão **reproduzir os dados já constantes da proposta de preços da licitante, sem a inclusão de BDI.**
- 2) No preço unitário dos itens de mão de obra já deverão estar inclusos os encargos sociais correspondentes, inclusive os complementares¹, quando cabível.
- 3) A(s) planilha(s) referente ao presente Anexo tem por finalidade apenas detalhar os custos unitários referentes às composições próprias (criadas), **e não será(ão) levada(s) em conta para fins de julgamento do preço referente à licitação.**
- 4) Este documento deverá ser datilografado, rubricado em todas as folhas e devidamente assinado na última folha, pelo seu RT e representante legal, conforme item 5.5 do presente edital.

1 Conforme o Manual de Metodologias e Conceitos do SINAPI – “Os Encargos Complementares são custos associados à mão de obra como alimentação, transporte, equipamentos de proteção individual, ferramentas manuais, exames médicos obrigatórios, seguros de vida e cursos de capacitação, cuja obrigação de pagamento decorre das convenções coletivas de trabalho e de normas que regulamentam a prática profissional na construção civil. Os valores decorrentes dessas obrigações não variam proporcionalmente aos salários (remuneração da mão de obra)”.



ANEXO XX – MODELO DE PLANILHA COMPOSIÇÃO DE B.D.I.
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023 - RA-XIV

BDI		BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS	
COMPONENTE			
A		DESPESAS INDIRETAS	INCIDÊNCIA
	1		
	2		
	3		
	4		
		SUBTOTAL "A"	
B		TRIBUTOS	INCIDÊNCIA
	1		
	2		
	3		
	4		
		SUBTOTAL "B"	
C		BONIFICAÇÃO	INCIDÊNCIA
	1		
	2		
	3		
	4		
		SUBTOTAL "C"	
BDI			
FORMULA UTILIZADA PARA CÁLCULO DO BDI			
$BDI = \left[\left(\frac{(1 + (AC + S + R + G)) \times ((1 + DF) \times (1 + L))}{(1 - I)} \right) - 1 \right] \times 100$			
AC	Taxa representativa das despesas de rateio da Administração Central		
S	Taxa Representativa de Seguros		
R	Taxa Representativa de Riscos		
G	Taxa Representativa de Garantias		
DF	Taxa Representativa de Despesas Financeiras		
L	Taxa Representativa de Lucro		
I	Taxa Representativa de Incidencia de Impostos		
	Taxa Representativa da Incidência de Impostos é aplicada sobre o preço de		
REFERÊNCIAS:			
Fórmula de cálculo do BDI: Relatório do Acórdão nº 2.622/2013 - TCU / Plenário			

OBS.:

1. Este documento deverá ser datilografado, rubricado em todas as folhas e devidamente assinado na última folha, pelo seu RT e representante legal, conforme item 5.5 do presente edital.



ANEXO XXI – MODELO DE PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023 - RA-XIV

SINAPI - Composição de Encargos Sociais



DISTRITO FEDERAL

VIGÊNCIA A PARTIR DE 10/2018

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A	Total	17,80%	17,80%	37,80%	37,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,76%	Não incide	17,76%	Não incide
B2	Feriados	3,41%	Não incide	3,41%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,90%	0,71%	0,90%	0,71%
B4	13º Salário	10,60%	8,33%	10,60%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,06%	0,07%	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,71%	0,56%	0,71%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,31%	Não incide	1,31%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%	0,09%	0,11%	0,09%
B9	Férias Gozadas	12,57%	9,88%	12,57%	9,88%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,02%	0,03%	0,02%
B	Total	47,47%	19,65%	47,47%	19,65%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	3,94%	3,10%	3,94%	3,10%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,09%	0,07%	0,09%	0,07%
C3	Férias Indenizadas	1,33%	1,04%	1,33%	1,04%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	4,84%	3,81%	4,84%	3,81%
C5	Indenização Adicional	0,33%	0,26%	0,33%	0,26%
C	Total	10,53%	8,28%	10,53%	8,28%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,45%	3,50%	17,94%	7,43%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,33%	0,26%	0,35%	0,27%
D	Total	8,78%	3,76%	18,29%	7,70%
TOTAL(A+B+C+D)		84,58%	49,49%	114,09%	73,43%

Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET

Observações:



- 1) Os encargos sociais sobre preços da mão de obra de horistas e mensalistas estabelecidos neste Edital e seus Anexos foram definidos com base na planilha acima, vigente a partir de novembro de 2019 no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, para o Distrito Federal.

- 2) A licitante deve preencher e encaminhar, juntamente à sua proposta de preços, a respectiva planilha, conforme modelo constante deste Anexo. No entanto, os itens constantes do modelo não são exaustivos, devendo a planilha, a ser apresentada, contemplar os encargos sociais efetivamente arcados pela licitante.



ANEXO XXII – CARTAS CEB / CAESB
TOMADA DE PREÇOS N° 01/2023 - RA-XIV

As cartas CEB / CAESB estão disponíveis no site www.saosebastiao.df.gov.br, menu: “Serviços”; “Licitações”; “Em Andamento”; Tomada de Preços n° 01/2023 – RA-XIV.



ANEXO XXIII – DECRETO Nº 26.851, DE 30 DE MAIO DE 2006

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2023 - RA-XIV

Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal – SINJ-DF

DECRETO Nº 26.851, DE 30 DE MAIO DE 2006.

Regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como o disposto no art. 68 da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ainda, a centralização de compras instituída nos termos da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999, e as competências instituídas pela Lei Distrital nº 3.167, de 11 de julho de 2003, DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas neste Decreto. (Artigo alterado pelo(a) Decreto 27069 de 14/08/2006)

Parágrafo único. As disposições deste Decreto aplicam-se também aos ajustes efetuados com dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos do que dispõe a legislação vigente, e ainda às licitações realizadas pelas Administrações Regionais, até o limite máximo global mensal estabelecido no art. 24, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999.

SEÇÃO II

Das Espécies de Sanções Administrativas

Art. 2º As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções: (Artigo alterado pelo(a) Decreto 27069 de 14/08/2006)



I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal:

a) para a licitante e/ou contratada através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; (Alínea alterado pelo(a) Decreto 27069 de 14/08/2006)

b) para as licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida. (Alínea alterado pelo(a) Decreto 27069 de 14/08/2006)

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. (Inciso alterado pelo(a) Decreto 27069 de 14/08/2006)

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia a interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. (Parágrafo alterado pelo(a) Decreto 27069 de 14/08/2006)

SUBSEÇÃO I

Da Advertência

Art. 3º A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido: (Artigo alterado pelo(a) Decreto 27069 de 14/08/2006)

I - pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato. (Inciso alterado pelo(a) Decreto 26993 de 12/07/2006)

SUBSEÇÃO II

Da Multa



Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais: (Artigo alterado pelo(a) Decreto 27069 de 14/08/2006)

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso; (Inciso alterado pelo(a) Decreto 35831 de 19/09/2014)

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada; (Inciso alterado pelo(a) Decreto 35831 de 19/09/2014)

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega. (Inciso alterado pelo(a) Decreto 35831 de 19/09/2014)

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem: (Parágrafo alterado pelo(a) Decreto 27069 de 14/08/2006)

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e (Inciso alterado pelo(a) Decreto 27069 de 14/08/2006)

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente. (Parágrafo alterado pelo(a) Decreto 27069 de 14/08/2006)

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.



§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no Parágrafo único do art. 2º e observado o princípio da proporcionalidade.

§ 6º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do caput deste artigo.

§ 7º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

Art. 4-A A multa de que trata o art. 4º deste Decreto será aplicada, nas contratações previstas na Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, nos seguintes percentuais: (Artigo acrescido pelo(a) Decreto 36974 de 11/12/2015)

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso; (Inciso acrescido pelo(a) Decreto 36974 de 11/12/2015)

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada; (Inciso acrescido pelo(a) Decreto 36974 de 11/12/2015)

III - 1% (um por cento) do valor do contrato em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração; (Inciso acrescido pelo(a) Decreto 36974 de 11/12/2015)

IV - 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, em caso de rescisão contratual; (Inciso acrescido pelo(a) Decreto 36974 de 11/12/2015)

V - até 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, respeitado o disposto nos incisos I e II. (Inciso acrescido pelo(a) Decreto 36974 de 11/12/2015)

SUBSEÇÃO III

Da Suspensão



Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir: (Artigo alterado pelo(a) Decreto 27069 de 14/08/2006)

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente; (Inciso alterado pelo(a) Decreto 27069 de 14/08/2006)

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva; (Inciso alterado pelo(a) Decreto 26993 de 12/07/2006)

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento. (Alínea alterado pelo(a) Decreto 26993 de 12/07/2006)

§ 1º São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato. (Inciso alterado pelo(a) Decreto 26993 de 12/07/2006)

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal. (Parágrafo alterado pelo(a) Decreto 26993 de 12/07/2006)

§ 3º O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

SUBSEÇÃO IV

Da Declaração de Inidoneidade



Art. 6º A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual. (Artigo alterado pelo(a) Decreto 27069 de 14/08/2006)

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção. (Parágrafo alterado pelo(a) Decreto 27069 de 14/08/2006)

§ 2º A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (Parágrafo alterado pelo(a) Decreto 27069 de 14/08/2006)

CAPÍTULO II

DAS DEMAIS PENALIDADES

Art. 7º As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras e Licitações, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do art. 6º deste Decreto

~~III - aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto. (Inciso revogado pelo(a) Decreto 26993 de 12/07/2006)~~

Parágrafo único. Aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto. (Parágrafo acrescido pelo(a) Decreto 27069 de 14/08/2006)

Art. 8º As sanções previstas nos arts. 5º e 6º poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 ou 10.520, de 17 de julho de 2002: (Artigo alterado pelo(a) Decreto 27069 de 14/08/2006)

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

CAPÍTULO III

DO DIREITO DE DEFESA



Art. 9º É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação. (Artigo alterado pelo(a) Decreto 27069 de 14/08/2006)

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. (Parágrafo alterado pelo(a) Decreto 26993 de 12/07/2006)

§ 4º Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.fazenda.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal – e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

§ 5º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

CAPÍTULO IV

DO ASSENTAMENTO EM REGISTROS

Art. 10. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

Parágrafo único. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

CAPÍTULO V

DA SUJEIÇÃO A PERDAS E DANOS

Art. 11. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas por este Decreto, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os instrumentos convocatórios e os contratos deverão fazer menção a este Decreto, ressalvados os casos em que o objeto exija penalidade específica. (Artigo alterado pelo(a) Decreto 27069 de 14/08/2006)

Art. 13. As sanções previstas nos a



rts. 3º, 4º e 5º deste Decreto serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante, inclusive nos casos em que o descumprimento recaia sobre o contrato oriundo do Sistema de Registro de Preços. (Artigo acrescido pelo(a) Decreto 26993 de 12/07/2006)

Art. 14. Os prazos referidos neste Decreto só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade. (Artigo acrescido pelo(a) Decreto 27069 de 14/08/2006)

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. (Artigo renumerado pelo(a) Decreto 26993 de 12/07/2006) (renumerado pelo(a) Decreto 27069 de 14/08/2006)

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário. (Artigo renumerado pelo(a) Decreto 26993 de 12/07/2006) (renumerado pelo(a) Decreto 27069 de 14/08/2006)

Brasília, 30 de maio de 2006.

118º da República e 47º de Brasília

MARIA DE LOURDES ABADIA

Este texto não substitui o publicado no DODF nº 103 de 31/05/2006

DECRETO Nº 35.831, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

Publicado no DODF nº 197, de 22/09/2014. Pág. 6.

Altera o Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, que regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas leis federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, **DECRETA**:

Art. 1º Os incisos I, II e V do art. 4º, do Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

“I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;”

“II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;”

“V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial os incisos I, II e V, do Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006.

Brasília, 19 de setembro de 2014.



126º da República e 55º de Brasília
AGNELO QUEIROZ

DECRETO Nº 36.974, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2015.

Publicado no DODF nº 238, de 14/12/2015 pags. 9 e 10.

Altera o Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, que regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nºs 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, incisos VII e X, da Lei Orgânica do Distrito Federal, **DECRETA**:

Art. 1º O Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

Art. 4-A A multa de que trata o art. 4º deste Decreto será aplicada, nas contratações previstas na Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 1% (um por cento) do valor do contrato em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração;

IV - 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, em caso de rescisão contratual;

V - até 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, respeitado o disposto nos incisos I e II.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de dezembro de 2015.
128º da República e 56º de Brasília
RODRIGO ROLLEMBERG